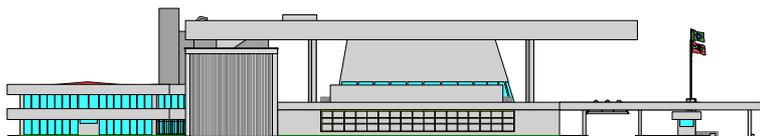


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 07 JUNHO DE 2010

NÚMERO 6.177

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2177 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 046ª Sessão Ordinária realizada em 27/05/20102 Ata da 005ª Sessão Solene realizada em 27/05/2010, às 19h, em Indaial 10 ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA realizada EM 1º/06/2010..... 15 Ata da 048ª Sessão Ordinária realizada em 02/06/2010.....28</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria33 Ata de Comissão Permanente...34 Aviso de Licitação..... 34 Extratos 34 Lei..... 35 Ofícios..... 35 Portarias..... 40 Projetos de Lei..... 42 Projeto de conversão em Lei44 Redações Finais..... 44 Resolução 44</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dieter Janssen - Elizeu Mattos - Jorginho Mello - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta o dia de combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil; aborda o problema da praia da Armação do Pântano do Sul.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao Fundo Municipal de Saúde.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (Pela ordem) - Cumprimenta o presidente da Agesan, ex-deputado Professor Grando.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Refere-se ao saneamento básico nos municípios; comenta a instalação de câmeras de monitoramento na cidade de Guarimir e de tachões na BR-280.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Cumprimenta o presidente da Agesan, ex-

deputado Professor Grando; aborda o projeto Jogue Limpo; critica a cobrança feita por empresas concessionárias dos comerciantes às margens das BRs privatizadas.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Aborda o balanço patrimonial da Casan de 2009; registra a outorga de título de cidadão caçadoreense ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira; refere-se à aprovação das emendas à MP n. 170.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Aborda as emendas à MP n. 170.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Convida para a convenção do PT; comenta a votação da MP n. 170; reporta-se ao problema da praia da Armação.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à colheita da maçã; aborda o problema da manutenção dos Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comenta a votação da MP n. 170; aborda a duplicação da BR-101 Sul.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Registra a passagem do Dia da Costureira e a realização da ExpoGestão, em Joinville; parabeniza a empresa Menegotti pela expansão do seu parque fabril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Trago dois assuntos à tribuna, na manhã desta quinta-feira. Um deles diz respeito ao dia 18 de maio, apesar de já ter passado, na ocasião estávamos em audiências do Orçamento Regionalizado, mas é um dia em que se combate nacionalmente o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil. Mas não é somente no dia 18 de maio que devemos combater esse mal, é preciso combatê-lo todos os dias. E o lema deste

ano, deputado Ronaldo Benedit, é o seguinte: "Esquecer é permitir. Lembrar é combater".

Essa data vem sendo trabalhada desde o ano 2000 porque o Brasil inteiro ficou estarelecido diante do fato ocorrido no Espírito Santo com a menina Araceli Cabrera Sanches, que com 8 anos de idade foi violentada e assassinada.

Então, em homenagem a essa menina que sofreu violência sexual e foi assassinada, desde o ano 2000 no Brasil o dia 18 de maio é de combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil.

Nós, que presidimos a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, trabalhamos isso intensamente com o Ministério Público estadual, na pessoa da dra. Priscila, que é também uma guerreira no combate à exploração sexual infanto-juvenil, e outras tantas mulheres que fazem esse trabalho diuturnamente, em conjunto com alguns senhores.

Falo isso, srs. deputados, porque conversando hoje, informalmente, com alguns trabalhadores desta Casa, fiquei sabendo que ontem, em Itapema, um pai foi preso porque explorava sexualmente sua filha de 12 anos de idade, desde os 10 anos, e a sua amiga. Graças a Deus esse senhor foi preso.

Mas a minha pergunta é a seguinte, catarinenses: o que está acontecendo com essas pessoas? Esse é um ato irracional, é pior do que um animal, porque o animal ainda protege a sua cria! Como um pai pode fazer isso com as suas filhas? Como um homem pode fazer isso com uma criança? Como uma mulher pode expor seus filhos? Isso é uma barbaridade. É uma barbárie, não podemos viver em barbárie.

Por isso, as nossas escolas e as famílias têm que orientar as nossas crianças, os nossos adolescentes porque isso não é normal. É uma anormalidade fazer isso com uma criança ou com um adolescente. Isso é exploração sexual.

Então, não é somente no dia 18 de maio que devemos estar vigilantes, temos que combater esse tipo de crime e denunciá-lo sempre porque não há perdão para esse tipo de tratamento com uma criança ou adolescente. Esses assédios acontecem, inclusive, nos *shoppings centers*, nas portas dos cinemas, nas praças de alimentação, deputado Dieter Janssen, v.exa. que é lá da região de Jaraguá do Sul, do planalto norte. É nesses locais que ficam os pedófilos querendo assediado adolescentes e crianças, inclusive dando dinheiro, comprando tênis, roupas de marcas. É um absurdo o que está acontecendo em Santa Catarina.

É por isto que existe o Disque 100, para denunciarmos, sim, para nos livrarmos de uma vez por todas desse problema, que vem acontecendo a todo momento dentro das casas das famílias e fora delas. Muitos pais fazem isso com seus filhos e essas crianças têm que ser protegidas, têm que estar informadas de como denunciar.

Outro assunto que trago à tribuna desta Casa refere-se ao que vem acontecendo na praia da Armação do Pântano do Sul. Um movimento para solucionar a questão vem sendo liderado

pelos deputados Lício Mauro da Silveira, Edison Andrino, Angela Albino e por nós, além do deputado Décio Góes. Na tarde de ontem reunimo-nos, juntamente com o presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, com o prefeito da cidade de Florianópolis, Dário Berger. Coube a algumas pessoas algumas tarefas e a nossa foi a de contatar a senadora Ideli Salvatti e também o Ibama, através da superintendência regional, na pessoa do sr. Cleber.

A praia da Armação, como já falei, vem sendo destruída pelo avanço da maré e projeto aqui algumas imagens para que todos possam entender melhor.

(Procede-se à projeção de imagens.)

Sr. presidente, srs. deputados e povo catarinense, por causa da catástrofe que houve a praia da Armação está sendo invadida, o mar está invadindo as dunas e destruindo as casas. Além disso, há o grande perigo da água do mar invadir um grande reservatório de água doce, que é a lagoa do Peri, em Florianópolis.

Em virtude dessa grave situação, sensibilizados com o problema daquela comunidade, fizemos uma comissão para trabalhar nesse assunto. E graças a Deus, sr. presidente, srs. deputados e povo catarinense, temos alguém em nível nacional, a nossa senadora Ideli Salvatti - com todo o respeito aos demais integrantes do Senado Federal - que é a única que trabalha, deputado Dieter Janssen. A senadora Ideli Salvatti é a única senadora que traz respostas imediatas para a comunidade.

Já em 2008, foi a senadora Ideli Salvatti que trouxe os recursos do governo federal para este estado. E agora novamente. Ontem vários parlamentares ligaram para ela, que conversou pessoalmente com o presidente Lula que, sensibilizado com o problema de Florianópolis - ele conhece o Pântano do Sul e a praia da Armação -, disse que iria ajudar e ontem mesmo determinou a liberação de R\$ 10 milhões para o município de Florianópolis fazer o muro de contenção, já com a aquisição do Ministério Público Federal e também do Ibama.

Nesta imagem vemos também a ação do governo federal, através do Exército e da Marinha, cujos soldados colocaram sacos de areia para evitar que o mar invada a comunidade local.

Dessa forma, sr. presidente, v.exa. que estava presente à reunião de ontem, poderemos dar a boa nova à comunidade atingida, que é a liberação de R\$ 10 milhões para as obras de contenção, pelo presidente Lula, após o trabalho da nossa senadora Ideli Salvatti, que estará hoje - e faço um convite aos srs. deputados -, às 10h, junto àquela comunidade, mais especificamente na casa do Pompeu, que mora na casa que seria a próxima a ser invadida pelo mar, que iria cair. É uma obra necessária, emergencial, porque agora começa a maré alta em função da mudança da fase da Lua e a comunidade não pode mais esperar.

O prefeito Dário Berger até ontem não contava com nenhuma ação do governo do estado. Isto tem que ficar registrado, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é líder do PSDB, ou seja, até agora não há nenhuma ação do governo do estado para

socorrer a praia da Armação, não houve qualquer liberação de recursos, apesar de se tratar de um problema abrangente, porque se o mar invadir a lagoa do Peri todos irão sofrer o problema da salinização da água.

Sr. presidente, é trabalhando em conjunto, com responsabilidade, com o auxílio dos homens do Exército e da Marinha e com a liberação de recursos pelo governo federal, através da atuação da senadora Ideli Salvatti, que iremos resolver de forma emergencial, imediata, o problema da Armação do Pântano do Sul.

Neste momento, sr. presidente, peço licença para me ausentar do plenário por uma hora, para deslocar-me à casa do Pompeu, na praia da Armação, juntamente com a senadora Ideli Salvatti e com membros da nossa comissão - e v.exa. está convidado -, para ouvir aquela comunidade e fazer o projeto de engenharia que ela tanto necessita.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, prezados catarinenses que estão nas galerias desta Casa e também os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Todos vemos a movimentação diária do governador Leonel Pavan em vários municípios, sempre entregando obras, ordens de serviço, fazendo reuniões com empresários, estimulando os empreendedores, promovendo o desenvolvimento de Santa Catarina, que é o que todos nós queremos.

Existem algumas áreas nas quais conseguimos medir os resultados, mas há outras em que essa aferição é um pouco mais difícil de ser percebida. É o caso da Educação, da Saúde e da Segurança. Como avaliar, como medir rapidamente os resultados de alguma ação?

Certamente, é fácil de contar quantas escolas foram reformadas, quantos quilômetros de estrada foram pavimentados com o apoio do governo, com as obras do governo. É fácil quantificar quando se trata de obras físicas, mas quando se trata de ações é mais complicado medir. E justamente na Saúde, na Educação e na Segurança tudo acontece através de ações, de medidas e não de obras físicas.

Mas destaco que na Saúde, apesar do esforço muito grande que vem fazendo o governo do estado, estamos numa situação em que todos os dias os meios de comunicação anunciam novas técnicas, anunciam avanços, ao mesmo tempo em que as pessoas que dependem do atendimento público de saúde dele são privadas.

Há muitos anos que o número de AIHs que o ministério da Saúde libera para o estado e para os municípios é igual, apesar do crescimento da população, apesar do aumento do número de procedimentos realizados por conta da ampliação do conhecimento humano sobre as enfermidades. Então, hoje há um grande estresse social porque ao mesmo tempo em que se revela o que pode ser feito em saúde, o paciente não tem acesso aos avanços.

Em Santa Catarina temos 26 gestores independentes de saúde. Quem são os 26? Vinte e cinco gestores de municípios que estão em gestão plena, ou seja, municípios que recebem os recursos do SUS diretamente no Fundo Municipal de Saúde. No primeiro dia do mês está depositado na conta do Fundo Municipal da Saúde o dinheiro destinado aos gastos com saúde daquele mês.

Existem muitas vezes cinco, seis, sete ou oito municípios que têm um gestor principal, que é o município que está em gestão plena. Todos os recursos para os mais diversos procedimentos estão depositados naquele fundo. E cito um exemplo, Brusque. Já os municípios de Guabiruba e Botuverá dependem do gestor de Brusque, que coordena todas as suas internações hospitalares. E assim acontece em 25 grandes regiões de Santa Catarina.

Aparentemente isso parece ser interessante, mas gera, por outro lado, a independência de 25 gestores plenos, sobre quem o secretário estadual da Saúde não tem qualquer influência.

Então, o governador, que quer resolver o problema na Saúde de Santa Catarina, não tem acesso aos recursos de 25 polos regionais - de 80 a 120 cidades -, já que o ministério da Saúde os envia diretamente aos Fundos Municipais de Saúde. Há 26 gestores no estado: 25 gestores municipais mais o secretário de estado da Saúde, dr. Roberto Hess. Assim, o dr. Roberto Hess não é o único responsável pelos encaminhamentos destinados a resolver as questões da Saúde no estado de Santa Catarina.

Ora, o que acontece na prática? O cidadão vai ao posto de Saúde da sua cidade e é dado um diagnóstico ao paciente. Se a doença é crônica, uma dor nas costas que nunca consegue resolver, fica ido e vindo tomando um remédio hoje, outro amanhã; depois de dois, três meses o paciente volta e fica naquela lengalenga.

Quando o paciente tem alguma doença passível de solução, tais como cálculo de vesícula, hérnia inguinal, hérnia umbilical, hérnia abdominal, incontinência urinária feminina, é mais fácil, porque operou, resolveu. Só que na maioria dos municípios que estão no entorno daquele que está em gestão plena não se resolve lá e o paciente acaba sendo encaminhado para os hospitais públicos, que estão, na sua grande maioria, localizados em Florianópolis.

Aí vem a tal da "ambulancioterapia" que o secretário de estado da Saúde nunca consegue resolver. Por quê? Porque não depende dele, depende dos outros 25 gestores. Repito: há 25 gestores no estado de Santa Catarina que não resolvem os problemas lá nas suas cidades, nas suas regiões. Eles teriam que resolver lá, mas não resolvem, deixam o paciente solto, que certamente vai procurar tratamento em algum lugar e acaba procurando guarida em Florianópolis, buscando algum hospital para resolver o seu problema.

O superintendente dos hospitais públicos, dr. Libório Soncini, que tem feito um esforço grande, que quer reformar os hospitais, modernizá-los, comprar equipamentos, enfrenta a burocracia. Quando vai reformar um hospital, precisa

fechar a emergência e aí diminui o atendimento. E esses pacientes que acorrem para Florianópolis acabam ficando novamente sem um local para serem atendidos.

Cito como exemplo o Hospital Florianópolis, onde há um grande número de médicos abnegados, enfermeiros, atendentes, enfim, uma boa equipe, que hoje está procurando um lugar onde possa colaborar, onde possa trabalhar, porque o seu hospital está em reforma, parado, fechado. Isso significa que todos os meses talvez mais de mil pessoas vêm sofrendo por falta atendimento.

No Hospital Governador Celso Ramos está sendo reformada a emergência, mais um problema. O Hospital Regional de São José, que tem uma boa estrutura, tem problemas de gestão em função de um sistema muito burocrático e complicado.

Eu quero aqui, sr. presidente, cumprimentar o dr. Roberto Hess pelo seu esforço, o dr. Libório, a equipe da secretaria da Saúde e dizer que há que mudar muitas coisas para que o secretário tenha mais autonomia e possa resolver...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. deputados, tenho sobre a mesa um requerimento de autoria dos srs. líderes que pede a suspensão da sessão, para que o ex-deputado Professor Grandó possa fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) (faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS. (Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero saudar o presidente da Agesan, ex-deputado Professor Grandó, que veio, de certa forma, prestar contas dos primeiros encaminhamentos da agência e também falar desse trabalho que temos feito por todo o estado, que é conscientizar da importância da questão do saneamento. Isso exige de todos os catarinenses, das prefeituras, do estado e União um grande mutirão em torno desse assunto, porque isso reflete diretamente na saúde pública do nosso estado.

Muito obrigado, ex-deputado Professor Grandó. Seja sempre bem-vindo a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos, no horário do PP.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, demais deputados presentes nesta Casa, ex-deputado Professor Grandó que se faz presente aqui na Assembleia, inicialmente,

quero cumprimentá-lo, ex-deputado Professor Grandó, e dizer que eu também tenho uma preocupação bastante grande na região norte de Santa Catarina com relação ao saneamento básico. Uma das bandeiras deste deputado aqui nesta Casa é a questão da infraestrutura. E quando falamos em infraestrutura, estamos nos referindo, principalmente, à questão do tratamento de esgoto. Temos conhecimento de cidades pequenas que estão fazendo os seus projetos para que possam inserir-se nesse grupo de cidades que já possuem o tratamento de esgoto.

A cidade de Jaraguá do Sul é um modelo para essa questão. Temos lá o Samae que já faz esse trabalho também no nosso município. Inclusive, hoje recebemos o balanço da Casan e já o estamos verificando para que possamos, posteriormente, assomar à tribuna e dar o nosso parecer.

Mas, há algumas semanas, eu defendi aqui a distribuição de lucros da Casan. Enfim, nós colocamos que realmente esta empresa tem que enfrentar o problema do saneamento básico com bastante força porque, como falou aqui o ex-deputado Professor Grandó, é uma questão de saúde. Se nós não investirmos no saneamento, com certeza teremos muitos gastos na saúde.

Mas o que nos traz à tribuna na data de hoje é o seguinte: recebemos um ofício da Câmara Municipal de Guaramirim, uma cidade que compõe o norte de Santa Catarina, e uma das questões levantadas pelo município é a implantação de câmeras de monitoramento na cidade.

O município de Jaraguá do Sul, recentemente, recebeu esses equipamentos para fazer o monitoramento da cidade com relação à segurança - e essa é uma das bandeiras também levantadas por este deputado. E essas câmeras de monitoramento, em Jaraguá do Sul, estão sendo bastante utilizadas e dando realmente o seu retorno para a comunidade.

Recentemente, na Associação Comercial, houve uma reunião na segunda-feira retrasada e lá esteve o tenente-coronel Rogério Luiz Kumlehn passando para toda a nossa comunidade as ações do batalhão da Polícia Militar e colocando realmente a importância e o progresso que a cidade de Jaraguá do Sul teve com a instalação dessas câmeras.

Então, os municípios vizinhos, e começando por Guaramirim, uma cidade já bastante grande, com grandes empresas também se instalando nesse município, tendo várias construções novas de moradias naquela cidade, estão necessitando também do apoio. Assim espero que o estado possa colaborar com o município de Guaramirim e peça também, aproveitando este espaço, que todas as cidades da nossa região do vale do Itapocu também sejam contempladas com esse equipamento.

Sabemos que a câmera vai ajudar no monitoramento, fazer o controle da parte central do município e até de alguns bairros que apresentam maiores índices de transgressões, enfim, ela ajuda em situações em que o estado tem que estar mais presente.

Esses dias, em conversa com o próprio Corpo de Bombeiros Voluntários, soube que se quer fazer um trabalho em

conjunto com o Samu, a Polícia Militar e a Defesa Civil para que, num determinado acidente que ocorra no centro da cidade, através das próprias câmeras de monitoramento eles tenham condições de verificar a quantidade de homens e de equipamentos que têm que ser deslocados para aquele determinado acidente, naquela determinada esquina, numa determinada situação.

Então, essas câmeras, além de melhorar a segurança da cidade e de toda a região com relação a crimes - tenho falado bastante aqui sobre a questão das drogas, e quando falo de segurança, eu falo de drogas, e essa é a nossa principal questão -, elas também vêm reforçar a questão de apoio a essas entidades com relação aos acidentes de trânsito no centro da cidade e nas regiões onde há mais trânsito.

Portanto, fica aqui a solicitação deste deputado para que o governo do estado e a secretaria de Segurança Pública verifiquem com mais rapidez essa questão da implantação de câmeras de monitoramento também na nossa região.

Por fim, trago também uma solicitação da Câmara Municipal de Guarapiranga para a instalação de tachões por todo o trecho da BR-280. Nos próximos dias devo usar esta tribuna novamente para falar exclusivamente sobre a duplicação da BR-280, uma obra já muito reivindicada nesta Casa, uma obra federal, mas toda região de Jaraguá do Sul carece dessa melhoria nessa BR para que ela possa fazer o escoamento com mais tranquilidade.

Este deputado, na última sexta-feira, após uma homenagem, que ocorreu nesta Casa, à Ajorpeme, associação das pequenas empresas do nosso estado de Santa Catarina, deslocou-se para Jaraguá do Sul. E quando estava quase chegando a Schroeder, houve um acidente, às 23h, hora da saída da empresa WEG. E havia ônibus aguardando várias pessoas que iam sair da empresa e, devido a esse acidente, o trânsito daquela região ficou trancado, inclusive impossibilitando a chegada da ambulância ao local do acidente.

Então, todo trânsito ficou praticamente parado por uma hora ou por 45 minutos para que as ambulâncias do Samu pudessem chegar ao local do acidente e prestar a assistência. E isso mostra a necessidade dessa duplicação. Mas eu vou usar a tribuna em outra ocasião trazendo mais números com relação à BR-280.

Fica aqui registrado o pedido da Câmara Municipal de Guarapiranga solicitando os famosos tachões, ou olho de gato, para que as pessoas tenham mais segurança, já que o tráfego é intenso, a via é única e não há duplicação. Infelizmente, daqui a pouco, não será possível fazer uma ultrapassagem, mas, com certeza, teremos um trecho com maior segurança, evitando maiores acidentes naquela região como o último ocorrido na sexta-feira, em que tivemos que ficar praticamente uma hora parados no trânsito.

Então, são essas as questões sobre segurança e infraestrutura que queremos trazer a esta Casa para reforçar a segurança na região do vale do Itapocu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente e srs. deputados, não pude estar presente quando o ilustre ex-deputado Professor Grandó apresentou aqui o trabalho que ele está realizando frente à Agesan. É claro que foi muito importante para o governo de Santa Catarina a criação dessa agência que vai cuidar especificamente do meio ambiente. É de suma importância que o governo cuide desses fatos, e isso é muito bom para Santa Catarina.

Sr. presidente, coincidentemente, ontem, houve o lançamento, deputado Elizeu Mattos, e v.exa. não pôde estar presente, e eu atrasei um pouquinho mas pude chegar a tempo -, de um projeto de suma importância para Santa Catarina. Aliás, deputado Romildo Tilton, esse é um projeto que não é inédito porque já existe em dois estados da federação. O projeto chamado Jogue Limpo tem por objetivo dar um destino correto aos detritos dos postos de gasolina.

Deputado, trata-se de um convênio feito com a Petrobras, secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Fatma e Sindicom - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes.

Então, é importantíssimo porque não haverá custos nem para o estado, nem para o município, nem para os sindicatos, porque a própria Petrobras dará o caminhão para a coleta dos resíduos dos postos de gasolina, e esses entregarão à Petrobras, que recuperará os detritos que depois voltarão para o mercado.

Aliás, srs. deputados, falando em postos de gasolina, eu quero fazer aqui um breve comentário sobre a grande injustiça que se está praticando contra os revendedores de combustíveis nas margens das BRs privatizadas, das BRs que foram entregues para a iniciativa privada.

Eu sempre fui a favor da privatização das rodovias federais, todavia dentro de um princípio que não venha a onerar o cidadão que a usa. Mas o que está acontecendo é que delegaram as rodovias para a atividade privada e o que as concessionárias estão fazendo é um verdadeiro massacre, principalmente aos comerciantes nas margens das BRs, deputado Elizeu Mattos. Os postos de gasolina, as lanchonetes, as borracharias e os restaurantes localizados às margens das BRs terão que fazer o seu acesso paralelo à rodovia por conta dos postos de gasolina, por conta dos comerciantes e por força da delegação dada à atividade privada. E o que é mais grave ainda, deputado Elizeu Mattos, é que os postos de gasolina, que realizam uma atividade comercial na margem da rodovia, têm que pagar à concessionária 1% da receita bruta. Isto é um absurdo! Além de a concessionária não fazer o acesso e o proprietário ter que fazer o acesso paralelo, mandar fazer o projeto técnico, pagar do seu bolso, realizar a obra, pagar do seu bolso, ele ainda tem que pagar 1% da receita bruta! É um absurdo o que se está fazendo! Eu não sei como é que nós vamos sobreviver.

Eu fui com o sindicato, deputado Elizeu Mattos, ao Badesc pedir, pelo amor de Deus, para eles arrumarem uma linha de crédito com juros baixos para os postos poderem fazer um financiamento para fazer o acesso.

E há outra coisa: a concessionária dá um prazo tal e, se o proprietário não fizer o acesso, ela vai lá e tranca a entrada. Ela passa uma mureta e fica essa situação, que é grave. São muito complicadas essas concessões dadas a gritos. Eu não entendo isso. Sou a favor das concessões, mas com lógica e não a gritos como foi feito agora.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Ouço v.exa., deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Onofre Santo Agostini, eu não sabia do assunto. Até parece que eu ainda não acordei, porque isso parece piada. Além de proibir, como v.exa. colocou, eu não sabia que para as concessionárias da rodovia havia também a concessão de ser sócio do comércio. Isso não existe! Isso é uma loucura!

Eu acho que nós, como parlamentares, temos que nos levantar e procurar o Ministério Público Federal porque para concessionária alguma se dá a concessão para ser sócia do comércio que está às margens da rodovia. Isso é uma verdadeira loucura. Isso parece piada!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - O presidente do Badesc também teve esse mesmo espanto de v.exa. O dr. Sayde José Miguel, quando eu fui com os proprietários lá, ficou espantado e disse que isso era brincadeira, que não poderia ser verdade. Mas é verdade! Fixaram um prazo tal para se fazer o acesso. Primeiro eles têm que fazer o projeto para aprovarem; depois eles têm que fazer o acesso; e depois eles têm que pagar 1% da receita bruta. Assim vão acabar com as borracharias na beira dos asfaltos, assim como com as lanchonetes, os restaurantes e os postos de gasolina.

Eu sou a favor das privatizações, mas moderadas e não explorando dessa forma. Essas concessionárias estão sendo beneficiadas. E depois é na base do faça, senão eu tranco! E daí qual é a reação que nós podemos ter? Deputado Elizeu Mattos, nós já percorremos todos os caminhos para tentar socorrer essa gente, e a saída que nós vemos é pedir, pelo amor de Deus, ao Badesc, ao BRDE, ao Banco do Brasil ou a algum banco que empreste dinheiro com juros módicos para eles poderem fazer o acesso, senão todos os postos de gasolina vão fechar porque os proprietários não têm como sobreviver e, além disso, pagar essa taxa.

Como disse v.exa., às concessionárias foi decretada essa concessão dando a condição de elas serem sócias dos postos de gasolina. Quer dizer, a concessionária, além de receber o pedágio, ainda fica sócia dos postos de gasolina, das borracharias, das lanchonetes, dos restaurantes, do comércio em geral.

Realmente o espanto de v.exa. foi o mesmo espanto do presidente do Badesc. Ele disse que não acreditava que isso estivesse acontecendo. E é verdade! Os postos de gasolina estão numa situação dramática. Eles querem colaborar. É lógico

que a privatização traz algum benefício, mas não precisa haver essa ganância de querer ser associado aos postos de gasolina sem ajudar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, recebi o balanço patrimonial e demonstrativo contábeis de 2009 da Casan e tomo a liberdade de fazer a leitura do ofício de encaminhamento, assinado pelo diretor-presidente da Casan, Walmor De Luca. E solicito, em seguida, a transcrição nos Anais desta Casa. Imagino que este mesmo ofício deve ter sido dirigido a todos os deputados.

(Passa a ler.)

[...]

"Senhor Deputado,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de passar às suas mãos cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrativo Contábeis da CASAN relativos ao exercício de 2009.

Cumpro salientar que, repetindo o que tem ocorrido com a CASAN desde o ano 2003, novamente apresentamos lucratividade, ao oposto do que costumadamente se passava em governos passados.

Têm sido registrados, Senhor Deputado, nesta Assembleia Legislativa, pronunciamentos diversos discutindo-se questões econômico-financeiras da empresa, muitas vezes sustentadas em informações incorretas, distorcidas ou mal divulgadas.

Para que não surjam dúvidas, solicito sua análise criteriosa aos números constantes no balanço, informando ainda a Vossa Excelência que este balanço é auditado por uma das mais conceituadas empresas de auditoria e independente do país. Aliás, tida e havida como melhor e maior dentre as congêneres nacionais. Refiro-me a BDO - Trevisan.

Além da BDO Trevisan, os balanços da Companhia também são analisados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários -, visto ser a CASAN uma sociedade de economia mista de capital aberto com ações na bolsa de valores, Bovespa.

Em sete anos da atual administração, no governo Luiz Henrique da Silveira, os lucros acumulados somam a importância de R\$ 202.000.000,00. Os referidos recursos foram naturalmente utilizados para o pagamento de dívidas de gestões anteriores, de financiamentos diversos e, sobretudo, na conclusão de 17 obras que encontramos paralisadas em 2003, bem como para o início e conclusão de outras e ainda em projetos mais recentes que estão sendo incrementados.

Os investimentos, somente neste período, ultrapassam a quantia de R\$ 500.000.000,00, graças aos novos financiamentos, aos quais devemos assegurar a contrapartida da CASAN, e só será possível se a empresa continuar sendo lucrativa, já que ninguém empresta dinheiro a quem sabidamente não pode pagar.

Sem mais para o momento, antecipo meus agradecimentos pela atenção que v.exa. dedica a matéria, ao tempo em que me coloco à disposição para qualquer outro esclarecimento, renovando protestos de consideração e apreço."[sic]

Faço aqui esse registro, sr. presidente e srs. deputados, para mais uma vez ressaltar a competência da administração frente à Casan nos últimos anos, que a tirou de uma situação falimentar, transformando-a numa empresa lucrativa, que vem investindo em obras em todo o estado.

Quero também, sr. presidente e srs. deputados aqui presentes, fazer referência a um ato que aconteceu, na última sexta feira, em Caçador, onde o ex-governador Luiz Henrique recebeu o título de cidadão honorário do município. E, dentre dezenas, por certo, tem sido o governador que mais recebeu esse tipo de homenagem dos municípios de Santa Catarina, pelos feitos que tem espalhado por todo o estado.

Mas eu também quero aqui, deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e demais deputados aqui presentes, fazer referência à sessão de ontem em que esta Casa deliberou favoravelmente pelas três emendas apresentadas à Medida Provisória 170. Essas três emendas criam uma despesa, deputado Dieter Janssen, de mais de R\$ 70 milhões por ano.

Eu creio, deputado Décio Góes, que antes de se votar uma matéria com uma repercussão desse nível, os deputados devem saber exatamente o ônus que se está passando ao Executivo. Eu quero aqui dizer deputado que, se o governo, o Poder Executivo não encaminhou os projetos, tanto o da Procuradoria Geral do Estado ou o do Iprev, e não estou aqui fazendo a análise de mérito de projetos...

Para que se tenha uma idéia, são quase 1.000 servidores da secretaria da Educação, são 3.003 servidores da Procuradoria-Geral do Estado e outros do IPREV.

Apenas na secretaria da Administração são R\$ 39 milhões/ano, e o Executivo, naquele momento, entendeu que não havia condições, até em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao limite prudencial, de arcar com tamanha despesa, mas ao mesmo tempo assumiu um compromisso com os servidores de que esses projetos continuariam tramitando junto à secretaria da Administração, da Fazenda, do grupo gestor e que em momento oportuno os três projetos seriam encaminhados a esta Casa após criterioso estudo e análise das condições, inclusive, do Tesouro do estado.

Entendo, respeitando a posição independente de cada um dos parlamentares, até porque passei pelo Executivo, fui secretário de Coordenação e Articulação, entendo que a Assembleia, no mínimo, praticou um ato de vício de origem, porque esta Casa não pode criar despesas. Especialmente em período eleitoral. Estamos a menos de 180 dias das eleições. Ainda que não fosse isso, o que vai acontecer agora? O governador vai receber e terá que vetar, não há outra saída senão o veto. Se não praticar o veto vai incorrer, também, em uma ilegalidade e por consequência disso também será processado por crime eleitoral.

Aqui, precisamos ser coerentes, não fazer demagogia, não querer agradar. Precisamos ter uma postura de coerência,

sempre a mesma, e eu sempre falava isso aos servidores ainda quando lá me encontrava. Se o governador vetar, e eu acredito que é a única saída que ele possui, e se esta Assembleia depois derrubar o veto, como é que o estado vai pagar? Que obras serão paralisadas? São R\$ 74 milhões. Já foi feito o cálculo desse impacto, sua repercussão, deputado Elizeu Mattos. Eu entendo que o estado tem um planejamento e não pode, de afogadilho, da noite para o dia, especialmente no último ano, num ano de eleição, absorver tamanho impacto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não! Ouço o deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Valdir Cobalchini, v.exa. fala com propriedade porque foi secretário da Articulação e acompanhou as tratativas, o impacto dessas questões de melhoria salarial. Eu acho que é um direito do servidor pedir. Claro que é um direito! É um dos seus méritos estar pedindo, mas temos que fazer política com coerência, e eu fui coerente desde o primeiro dia. Foram 16 medidas provisórias, 12 ou 13 que atendem aos servidores públicos. Eu não posso mudar o meu discurso da noite para o dia, deputado Valdir Cobalchini.

Se eu condenei qualquer emenda dos servidores da Saúde por achar inconstitucional, votei contra as emendas na questão de outros servidores, eu não poderia de uma hora para outra achar que um servidor pode ser diferente de outro. Eu mantive minha coerência. Eu vou ser coerente e eu vim para esta Casa para ser coerente. Política se faz com coerência. Eu não posso brincar com o servidor público de faz de conta.

Eu acho, desculpem-me os servidores que estão aqui, que o que nós aprovamos aqui vai dar em nada. Todo mundo saiu feliz, bateram palmas. Mas eu acho que não vai dar em nada, porque eu vou pelo mesmo caminho que v.exa. O governador Pavan não tem alternativa, ou ele vai cometer um crime. Não há condições. O art. 52 da Constituição do Estado - não nos podemos basear na Constituição Federal - é claro. Quando gera despesa, precisa ser de origem governamental. Nós não temos a capacidade de criar despesas, a menos que se faça uma emenda constitucional e mude a Constituição. Ai, nós estaremos dentro da legalidade.

Se for feita uma emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina, no art. 52, tirando esse item que nos proíbe gerar despesa, aí, sim, é outro discurso. Mas ali está claro! Na Constituição do Estado de Santa Catarina está claro!

Eu não posso aqui ser incoerente com a minha posição, como não fui com relação a todas as medidas provisórias. Eu não posso agir de um jeito para uma medida provisória e agir de outro jeito para outra. Eu agi com a minha cabeça, com o meu jeito de pensar. Eu nem quero comentar sobre a sessão de ontem, mas eu acho, sou bem sincero, que o governador Pavan - não sei ao certo, é uma decisão dele - vai vetar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Mais uma vez quero dizer que não estou analisando o mérito desses projetos, mas entendo que tudo tem o seu

tempo, tudo tem o seu momento. E isso é uma prerrogativa do Poder Executivo. Já disse aos servidores que a porta não está fechada.

Nós não estamos aqui, deputado Elizeu Mattos, para sermos enganados e nem para enganar ninguém, sempre digo isso. Quando não se encaminhou esses projetos para cá, foi porque o Executivo entendeu que não possuía condições para arcar, neste momento, com a despesa de mais de R\$ 70 milhões ao ano.

Então, não com o meu voto, esta Casa não deu alternativa ao chefe do Poder Executivo senão vetar essa medida provisória convertida em lei.

Temos aqui, deputado Elizeu Mattos, nosso líder, uma função muito espinhosa. E como já disse aqui, há outros servidores que também pleiteiam justamente gratificações, mas os projetos não foram encaminhados a esta Casa. Cito aqui os servidores do Inmetro, do Porto de São Francisco do Sul, da Junta Comercial do Estado. São projetos que foram encaminhados de última hora ao Poder Executivo e que não tiveram o necessário estudo de repercussão financeira. A todos esses servidores, também junto a esses servidores da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria da Administração, do Iprev, há o compromisso do governo de que, tão logo encerre o prazo impeditivo da legislação eleitoral, esses projetos serão, após uma avaliação criteriosa, encaminhados a esta Casa. E nós estaremos aqui à disposição dos servidores para ajudar com responsabilidade, sem fazer média, sem fazer demagogia com quem quer que seja.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos visitam hoje nesta Casa, eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer dois convites. Um, interno, aos delegados do Partido dos Trabalhadores, aos filiados, aos coordenadores regionais, a todos os militantes que queiram participar da convenção que será realizada, no próximo sábado, nesta Assembleia Legislativa, às 9h da manhã.

Nós vamos até as 17h homologar, definir e aprovar a pré-candidatura da Senadora Ideli Salvatti como candidata ao governo do estado de Santa Catarina, para oferecer uma alternativa de projeto que tenha um olhar menos econômico, voltado mais para as pessoas, para os catarinenses. A exemplo do projeto do presidente Lula, que fez este país crescer, distribuiu renda, olhou o ser humano, a vida, nós queremos apresentar esse projeto aos catarinenses para poder implementá-lo em Santa Catarina nos próximos quatro anos. Então, vamos homologar a candidatura da senadora Ideli Salvatti como candidata ao governo, vamos homologar a candidatura do deputado federal Cláudio Vignatti, como pré-candidato ao Senado da República. Nossa resposta ao Senado será uma candidatura jovem,

dinâmica, um deputado extremamente atuante, que vai renovar a política velha, tradicional, arcaica no Senado da República.

Nós queremos homologar todas as candidaturas proporcionais de deputados estaduais e federais, criar uma ampla mobilização no partido para sairmos daqui, no sábado, dia 29, com muita energia, garra e a confiança de que estamos oferecendo o melhor projeto para Santa Catarina. Estaremos organizando a campanha para em julho podermos conversar com toda a população catarinense sobre esse novo projeto.

Então, reforço aqui o convite. Na verdade a convocação é para os delegados do partido em Santa Catarina. São mais de 500 delegados. E convido os coordenadores, filiados e militantes também para participar desse evento aqui, em Florianópolis, nas dependências da Assembleia Legislativa, no sábado, das 9h da manhã às 17h.

Também estaremos fazendo um diálogo, o Fala Santa Catarina. Trata-se de um diálogo externo para a sociedade. Vai ser o último debate e será realizado lá, em Criciúma, na segunda-feira, às 19h30min, na sede da associação industrial. Estamos convidando a sociedade de modo geral, os setores dos movimentos sociais e sindicais, os filiados, os não filiados, os representantes dos setores produtivos, os empresários, os trabalhadores, enfim, toda a comunidade para discutir as idéias prévias de um plano de governo que está sendo estudado e elaborado com a população. Na verdade a ideia é que a senadora Ideli Salvatti escute mais até do que fale.

Mas estamos convidando, convocando todos para o debate, às 19h30, na sede da Associação Comercial e Industrial, em Criciúma, na segunda-feira, para o Fala Santa Catarina, com a presença da senadora Ideli Salvatti. E nós vamos estar lá acompanhando também, porque consideramos de fundamental importância essa aproximação, esse diálogo da futura governadora com a sociedade catarinense.

Eu também quero fazer uma breve referência à questão das falas dos deputados Valdir Cobalchini e Elizeu Mattos sobre os episódios de ontem aqui na votação desta Casa. Eu entendo que agora falar de demagogia, depois que a base do governo ficou 60 dias fazendo média com os servidores dos três setores, que receberam a sua gratificação ontem, é inadequado.

Nós, no começo, queríamos fazer uma discussão madura, em que todos os servidores fossem contemplados, inclusive chegamos a propor que os R\$ 300 milhões que seriam concedidos nas medidas provisórias para algumas poucas categorias de servidores do governo do estado fossem repartidos entre todos os servidores, de forma que todos pudessem participar de algum ganho, pois isso vem sendo prometido nesses sete anos e meio.

Então, por um lado, a própria base do governo empurrou para essa situação que ontem acabou acontecendo aqui: um desentendimento total. Estavam mais preocupados com o voto em outubro do que com a governabilidade e a responsabilidade que assumiram. Foi um comportamento realmente muito lamentável.

Para finalizar, quero dizer que os

jornais de hoje trazem a reportagem sobre o mar que avança na região da praia da Armação. Primeiro, não é um problema de hoje. Pela situação que se criou ontem, parecia que o problema havia surgido naquele momento, e não é o caso. Esse problema da praia da Armação já existe há muito tempo, que é o mar avançando naquela região, e o estado de Santa Catarina não tomou nenhuma providência até agora. Isso é também lamentável.

Segundo: é feito, é fruto também, assim como em outras regiões em que há desmoronamentos, cheias e vários outros fenômenos naturais, do uso do solo inadequadamente, ameaçando inclusive a água da Lagoa do Peri, que abastece toda a região da Grande Florianópolis, que é um manancial extremamente importante, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da própria sobrevivência da ilha com água potável.

Houve, sr. presidente, toda uma mobilização, a Assembleia cumpriu o papel de articuladora, com todas as forças, para dar as licenças emergenciais, e parabéns ao prefeito por atender os nossos apelos, ao Ministério Público, ao Ibama, à Fatma, enfim, à comunidade, que se mobilizou. Então, eu penso que algum encaminhamento foi dado.

Gostaria de fazer uma saudação e um agradecimento especial à senadora Ideli Salvatti, que imediatamente foi até o presidente Lula levar o problema, voltando com a liberação dos recursos de R\$ 10 milhões necessários para tomar as providências iniciais e dar um encaminhamento resolutivo para essa questão.

Então, é uma mobilização que vai dar certo. Acho que a partir de agora, com esse susto, os encaminhamentos tomarão outro rumo de resolutividade, de enfrentamento do problema, para que esse processo de erosão daquela região seja estancado com medidas corretas e sérias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0299/2010, de autoria do sr. deputado Marcos Vieira; 0300/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0301/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0302/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0303/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0304/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0305/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0306/2010, de autoria do deputado Ronaldo Benedet, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0741/2010 e 0747/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0742/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0744/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0745/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0746/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, e 0748/2010, de autoria do deputado Genésio Goulart.

Esta Presidência comunica ainda que as demais matérias ficarão para a próxima sessão legislativa.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes de darmos a palavra ao primeiro orador inscrito, gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença, nesta Casa, da suplente de vereador de Florianópolis e grande liderança do bairro, sra. Elizete, e a sua amiga Valéria Espindola.

Também gostaríamos de cumprimentar os nossos amigos de Santa Cecília, do *Jornal Ceciliense*, a Jerusa e o César, que estão acompanhando a sessão da Assembleia Legislativa online. Então, é com satisfação que anunciamos que lá em Santa Cecília, deputado Reno Caramori, v.exa. está sendo acompanhado pela internet.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Também aproveito para cumprimentá-los. A imprensa é fundamental, por isso defendemos a liberdade de imprensa. Aliás, ultimamente a imprensa não está tendo muita liberdade, mas torcemos para que cumpra com o seu papel.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje o que nos traz a esta tribuna é uma preocupação muito grande, deputado Romildo Titon, v.exa. que conhece muito bem a nossa região. Ontem, representamos o deputado Odacir Zonta no Ministério Público da União, na Procuradoria-Geral do Trabalho, da 12ª região, que é Florianópolis, presidida pelo dr. Marcelo Ferlin D'Ambroso e Jaime Roque Perottoni, que são procuradores do trabalho, duas pessoas extraordinárias.

A reunião foi muito produtiva e estavam lá presentes, entre outras tantas pessoas, o presidente do Ceasa, sr. Martendal; o presidente da Câmara de Vereadores de São Joaquim, sr. Leandro de Almeida; a consultora jurídica da secretaria do Bem-estar Social; um representante do deputado Valdir Colatto; um representante da Cidasc; o ex-governador Henrique Córdova e o presidente dos produtores de maçã da região de São Joaquim, o meu amigo Antônio Carlos Anselmo.

Nessa reunião nós tratamos de vários assuntos, principalmente o da colheita da maçã, quanto à mobilização de pessoas.

Nós sabemos, deputado Romildo Titon, que em Fraiburgo, por exemplo, na época da safra, há um aumento da população em mais ou menos quatro mil pessoas, que são os trabalhadores que vêm de outras regiões, através das empresas de ônibus, porque tem que ser um transporte legalizado. E aí essa população se espalha pelos pomares, pelas empresas produtoras de maçãs em alojamentos, em casas da cidade, em repúblicas e lá permanecem durante dois ou três meses.

Existe uma série de problemas de toda sorte, por isso eu aqui quero me congratular com o Ministério Público da União, do Trabalho, pela preocupação em buscar uma solução definitiva tanto para o trabalhador quanto para o empregador. E para operacionalizar esse tipo de trabalho, nós tratamos de alguns assuntos que irei registrar aqui, pois são muito extensos.

(Passa a ler.)

“Operacionalização:

Casa do Safrista; doação de terreno pelo poder público ou aquisição pela associação de produtores, formação de consórcio de produtores ou a própria associação; construção de alojamentos padrão; criação de restaurante coletivo; posto de saúde, Polícia Militar; quadra de esportes, sindicato; Sine; agência do MTE; transporte pela associação - horas *in itinere* x redução de jornada x alimentação”.

Chegamos a uma pequena conclusão: no que se resume tudo isso aqui? Nas vantagens para todos. Teoricamente é uma beleza.

(Continua lendo.)

“Conclusão:

Vantagens para todos: Poder público (maior arrecadação, propaganda institucional, para que possamos exportar o nosso produto com mais garantia, melhoria da qualidade de vida, redução de problemas sociais).

Produtores rurais: redução de custos com regularidade trabalhista.

Trabalhadores: respeito aos direitos sociais, cidadania, condições dignas de trabalho.”

Tudo isso nós entendemos que é correto, que é justo e que o poder público tem que se preocupar, mas, deputado Romildo Titon - eu me refiro a v.exa. porque conhece a nossa região - temos sérios problemas. As granjas, as roças, os pomares são distantes uns dos outros, a exemplo de São Joaquim, pela própria topografia do terreno, são distantes da cidade.

Mas esse pessoal que vem de fora na cidade cria situações muito desagradáveis para a cidade porque aí vem o problema da prostituição, vem o problema da bebedeira, vem o problema da anarquia à noite, porque são pessoas que vêm de fora e eles não sabem quem são.

Uma das exigências do Ministério Público é que seja feita uma triagem na origem, que os “gatos”, que são aqueles que contratam as pessoas para vir trabalhar nos pomares, que hoje são empresas organizadas ou são cooperativas, devem fazer uma triagem para ver quem são as pessoas que se propõem a vir trabalhar na nossa região na safra da maçã, pois é exclusivo para a safra da maçã.

Mas nós sabemos que quem se propõe é quem está lá desempregado, quem não quer trabalhar ou quem gosta da vida fácil. E eles se propõem porque são 30 dias, 60 dias para ir para Fraiburgo para buscar um dinheiro, para fazer festa. Isso ocorre na prática, pois nós conhecemos o sistema. Nós convivemos lá e sabemos que é isso. Conversamos com os nossos produtores, com as nossas empresas de maçã e esse é o grande problema.

Então, para que se faça uma triagem na origem, a primeira coisa que se tem que fazer é tirar uma ficha na polícia. O primeiro caminho é ver a folha corrida dessa pessoa. Aí alguém nos disse que isso era muito difícil, porque dentre tantas pessoas boas, vem o malandro, aquele que é fugitivo, aquele que está condenado, que sabe que está longe de casa e pode sobreviver ganhando o seu dinheiro.

Então, a nossa preocupação é muito grande, mas no próximo dia 8 de junho teremos uma reunião em São Joaquim para tratar desse

assunto, juntamente com o ministério do Trabalho, e no próximo dia 9 de junho, em Fraiburgo, para que possamos discutir junto com a sociedade, com o poder público uma maneira de solucionar esse problema.

Mas quero aproveitar também para fazer aqui um registro em defesa dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, tendo em vista os grandes problemas criados por essa polêmica que estamos, desde 1991, discutindo nesta Casa, que é a permanência dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina cuidando da sua comunidade, da sua corporação, dentro do regulamento ético e profissional do que é um bombeiro voluntário e um bombeiro militar.

(Continua lendo.)

“A Associação Empresarial de Caçador - Acic -, entidade que congrega a classe empresarial do município e região, convida, através desta, para importante reunião acerca do processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a prefeitura e os bombeiros voluntários de Caçador, ação esta que também atinge a corporação de Caçador.

A discussão passa pela intenção de migrar as atribuições dos bombeiros voluntários de Santa Catarina para a tutela do estado, hoje sob a responsabilidade do município, representando custo adicional à estrutura financeira do estado e, por consequência, repasse de eventuais valores aos contribuintes.

Pela importância do tema e relevantes serviços dos bombeiros voluntários realizados em Caçador, solicitaram a presença da sociedade organizada para debater o posicionamento do município sobre o respectivo tema.”

Lamentavelmente, nós enfrentamos mais uma vez a pressão, hoje, do Ministério Público, porque a pressão dos bombeiros militares é tão grande que o Ministério Público fica numa situação entre a cruz e a espada.

Eles sabem do trabalho que os bombeiros prestam à comunidade, mas se sentem também acuados pela pressão recebida e por isso nós temos que encontrar um denominador comum.

Já apresentamos uma PEC, nesta Casa, no ano passado, para que fosse regularizada essa situação, mas não houve aceitação por parte das bancadas que dão sustentação ao governo.

Vamos tentar agir novamente, para que com bom senso no Ministério Público, no comando dos bombeiros militares, no governo do estado e na sociedade, possamos encontrar uma maneira de os bombeiros militares ampliarem e cuidarem de suas corporações, porque isso é muito importante e meritório. Da mesma forma, os bombeiros comunitários e os bombeiros voluntários.

Precisamos que nessa parceria a sociedade seja a grande beneficiada, a grande protegida, porque mais de 170 municípios não têm a corporação dos bombeiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos honram com a sua presença, nesta Casa, na manhã de hoje, eu gostaria de dizer que tenho 27 anos de vida pública e em nenhum momento passei por um constrangimento como no dia de ontem. O dia de ontem marca um momento totalmente contrário à minha história de vida, contrário àquilo que sempre preguei. Saí daqui de cabeça baixa, envergonhado com o que aconteceu ontem no Parlamento.

É uma pena que o eminente deputado Décio Góes não esteja aqui porque não dá para admitir que na frente do público faça-se um carnaval em defesa da população e dos servidores, mas na comissão vote-se contra ou se abstenha de votar. E o que é pior: venha aqui depois e, como se fosse o salvador da pátria, faça esse tipo de encaminhamento.

É muito complicado esse tipo de coisa. Toma-se uma estrada, depois ruma-se para outra estrada, para outro caminho. Não dá para admitir isso. É preciso lutar aqui pelo servidor público.

O meu amigo Iburici Fernandes, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, grande companheiro, vive em Brasília lutando, só faltou enfartar, porque conseguiu aprovar um aumento de 7,8% para os aposentados do Brasil, mas a tropa de choque do presidente da República já avisou que vai vetar o projeto aprovado. Lá eles vetam o aumento concedido pelo Congresso Nacional aos coitadinhos dos aposentados, que trabalharam a vida toda, que construíram esta nação com sangue, suor e lágrimas.

Lamentamos profundamente esse tipo de encaminhamento, porque aqui o PT acha que é preciso fazer tudo, mas lá em Brasília, no seu governo, não pode fazer nada, é proibido! Eu acho que do Paraná para baixo é outro país, um país diferente.

Ora, precisamos ser coerentes, responsáveis, senão fica muito difícil conviver neste Parlamento. Todos sabem que a luta do servidor é legítima, que ele deve buscar o seu direito, lutar por ele, não abrir mão. Agora, o que não podemos admitir é que as pessoas passem por cima, atropelam o Regimento Interno! Dar um voto no plenário e outro, diferente, lá na comissão é um negócio que me deixa muito triste, porque o Parlamento catarinense tem dado uma demonstração à sociedade de cumpridor da lei, tem feito um trabalho digno, com responsabilidade.

Então, atitudes como essa acabam manchando o nosso Parlamento e isso nos deixa muito insatisfeito! Eu vim para cá com o objetivo de ser útil ao meu estado. Quero cumprir a missão que as urnas me delegaram. Uma empresa trabalha em cima de resultados, ou tem resultado ou quebra. E o resultado do político, meu caro amigo, deputado Dagomar Carneiro, são as ações em benefício da população. Este é o dever do homem público: trabalhar em cima de resultados.

Temos a honra, na manhã de hoje, uma quinta-feira, de continuar recebendo visitantes que aqui vêm prestigiar o Parlamento catarinense e ficamos triste,

indignado por essas coisas que acontecem por interesse individual. Nesta Casa o parlamentar tem que trabalhar em benefício da população, de toda a população do nosso estado.

Quero levantar outra questão. Eu respondo a quatro processos na Polícia Federal por ter fechado a BR-101 quase 100 vezes, juntamente com muitos companheiros. Há um documento assinado pela associação comercial, pelo CDL, pelos prefeitos, pelos vereadores e entidades da sociedade civil organizada, no sentido de que lutássemos em busca de uma solução para a duplicação da BR-101.

Hoje faz um ano e pouco que acabou o contrato da BR-101, alguns trechos já foram duplicados, outros estão atrasados e alguns estão parados.

Sr. presidente, fechamos a rodovia cinco vezes para que não fosse cobrado pedágio indevidamente. Não entregaram a estrada, como é que podem cobrar pedágio? O pedágio é para a recuperação da rodovia, para melhoria e manutenção. Se não foi entregue a estrada não há manutenção, nem melhoria! Quer dizer, estão roubando o dinheiro da população, e nós fomos eleito para defendê-la! Ai disseram que era uma licitação internacional e que não poderiam fazer nada.

Com relação à duplicação da BR-101/sul, também foi uma licitação internacional. A empresa que tocava o lote 29, de Araranguá a Sombrio, desapareceu, sumiu! Foi para a região de Tubarão, já que tinha dois lotes. Como é que uma empresa desiste de um lote e continua trabalhando em outro? Não há governo? Não há punição? O que faz o ministério dos Transportes? O que estão fazendo as empresas que são pagas só para auditar a duplicação? O que estão fazendo? Não dá para ficar aqui de braços cruzados. Não dá! O trecho Araranguá/Sombrio está parado e as pessoas estão morrendo. No sábado passado seis pessoas morreram em acidentes naquela região. A sinalização está caindo e de noite, com chuva, acontecem os acidentes e as mortes.

Será que vai ser preciso parar de novo a BR-101? E se pararmos não será por meia hora; se pararmos por duas horas a fila se estenderá até Porto Alegre! Então, é preciso que o DNIT tome medidas, cobre! Na licitação foram escolhidas duas empresas para cuidar das que estão duplicando a BR-101, mas há um trecho na região de Içara que já afundou, logo, a obra não tem qualidade, tem defeito, mas não estão fazendo nada! Será que precisamos fechar novamente a BR-101 para dizer para o Brasil que não aceitamos essa forma de ação? O povo lutou a vida toda para conquistar a duplicação e agora em uma região a obra está andando, em outra está parada, em outra está a passos de tartaruga, em outra está baixando, está com defeito!

Talvez tenhamos que fazer uma audiência pública para que saibamos quem são os responsáveis, a quem vamos dirigir-nos para garantir a continuidade de uma obra que é do Brasil, não é apenas do sul do estado, é do Brasil, é do corredor do Mercosul.

Eu, como um parlamentar com 27 anos de vida pública, que trabalhei tanto para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra com satisfação a presença da Associação Beneficente Casa dos Idosos da Amizade, de Navegantes.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, pessoas presentes nesta Casa, grupo de idosos de Navegantes, o que me traz novamente a esta tribuna é registrar e cumprimentar as costureiras do estado de Santa Catarina, pois 25 de maio, terça-feira, foi o Dia da Costureira e não poderia deixar passar em branco essa data porque a região norte de Santa Catarina é bastante forte na indústria do vestuário.

Gostaria, portanto, de cumprimentar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, sr. Gildo Antônio Alves, que é uma pessoa bastante responsável e que conduz o sindicato dessa categoria tão importante para o nosso estado. Porque o setor não é importante apenas para Jaraguá do Sul, mas para todo o norte do estado de Santa Catarina, além das cidades de Brusque e Blumenau, tradicionais na área da confecção.

Jaraguá do Sul se sustenta num tripé, já que três são os setores importantes para a sua economia: o metal mecânico e metalúrgico, o alimentício e o do vestuário. Quando um setor passa por um momento de crise, os outros dois setores acabam segurando para que a economia continue crescendo.

Então, a indústria do vestuário é de grande importância, pois temos empresas como a Malwee, a Marisol, a Lunelli, a Dalila, enfim, uma série de empresas reconhecidamente competentes. Com certeza essas marcas são levadas para todo o país e até para o exterior e quem faz com que os produtos tenham qualidade são os empregados, ou seja, o capital humano das empresas. São os funcionários que realmente fazem com que cada vez mais os produtos de Jaraguá do Sul sejam exportados.

Por isso, repito, quero parabenizar a classe operária do setor do vestuário pelo Dia da Costureira, transcorrido em 25 de maio.

Antes de ocupar a tribuna estava refletindo um pouco sobre a questão da qualificação profissional. Temos hoje oito milhões de brasileiros que estão fora do mercado de trabalho e essas pessoas só estão nessa situação porque necessitam de uma requalificação profissional. Inclusive, estive na semana passada participando da ExpoGestão, em Joinville, e um palestrante da Fundação Cabral colocou a dificuldade que vai haver nos próximos períodos com relação à mão de obra.

O Brasil carece de mão de obra qualificada e necessita de entidades como o Senai, o Ifet, que é o Instituto Federal de Educação, que tem grande valia até pelo fato de proporcionarem cursos gratuitos para a população.

Essa foi a nossa bandeira quando secretário do Desenvolvimento Econômico de Jaraguá do Sul, no sentido de que o Senai

firmasse um convênio com o governo do estado, com o governo federal e com os municípios, possibilitando a qualificação profissional das costureiras, que fazem parte desse universo de oito milhões de brasileiros que precisam aprimorar-se para o trabalho.

Nossas empresas do ramo do vestuário vão crescer bastante e não tenho dúvida de que essas pessoas precisam de qualificação.

Eu sempre defendi, deputado Dagomar Carneiro, que se uma pessoa está desempregada, não terá condições de requalificar-se se precisar pagar para isso. Mas se as empresas resolverem chamar essas pessoas que estão fora do mercado de trabalho e ajudarem-nas a pagar a sua requalificação, com certeza serão exitosas. Caso contrário vai ser muito difícil um desempregado ter R\$ 180,00 ou R\$ 200,00 para pagar a sua requalificação.

Então, é necessário que ocorra cada vez mais o envolvimento da classe empresarial e do governo federal, que já estão presentes através do Senai e do Ifet, respectivamente, para que as pessoas

desempregadas possam qualificar-se, entrar no mercado de trabalho, para que o país consiga enfrentar a necessidade de desenvolvimento que se avizinha.

Ontem à noite vimos pela televisão o ministro Guido Mantega colocar a previsão de crescimento do nosso país: de 5,5% a 6%. Isso vai fazer com que nossas empresas cada vez mais necessitem de mão de obra qualificada.

Para finalizar, gostaria de parabenizar a empresa Menegotti, que é de Jaraguá do Sul, que está fazendo a ampliação do seu parque industrial na cidade de Schroeder, com a inauguração, hoje, às 13h30, de um bellissimo parque fabril. O município de Schroeder sofre bastante com a falta de energia, com a falta de telecomunicações, com o problema da internet, fatos que já cobramos bastante aqui.

Está aqui a prova, um inauguração, hoje à tarde, da ampliação de mais uma empresa no norte do estado de Santa Catarina, a Menegotti Máquinas e Equipamentos.

Gostaria de lembrar a pessoa do sr.

Eduardo Ferreira Horn, já falecido, que foi presidente da Associação Comercial de Jaraguá do Sul e que com certeza contribuiu muito para o engrandecimento de toda a classe empresarial da nossa região.

Então, está de parabéns a Menegotti pela ampliação da sua empresa, exatamente no momento em que comemora 70 anos de fundação, mostrando a sua solidez. Está de parabéns toda a família Menegotti, em memória, especialmente, do sr. Eduardo Ferreira Horn.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Indaial, em homenagem aos atletas de natação da Fundação Municipal de Esportes daquela cidade.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO SOLENE

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H, EM INDAIAL

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM AOS ATLETAS DA NATAÇÃO DA FUNDAÇÃO

MUNICIPAL DE ESPORTES DE INDAIAL

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

SUMÁRIO

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

Comemora os avanços da natação no estado e destaca a importância do esporte na saúde de crianças, jovens e adultos.

JORGE ALBERTO JACOBSEN - Resgata os primeiros passos da instituição e relata suas conquistas.

LETÍCIA BIANCA ZENCK - Em nome dos homenageados, agradece a Deus e aos familiares que participam ativamente da rotina de treino dos alunos.

VEREADOR HENRIQUE FRITZ - Cumprimenta os atletas pela homenagem recebida.

PREFEITO SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS - Cumprimenta os pais e os atletas pela homenagem recebida.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene, a primeira sessão da Assembleia Legislativa oficialmente realizada no município de Indaial.

Convido as seguintes excelentíssimas autoridades que serão nominadas para a composição da mesa:

Excelentíssimo senhor Sérgio Almir dos Santos, prefeito municipal de Indaial;

Excelentíssimo senhor Mário Withoef, vice-prefeito do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor vereador Henrique Fritz, presidente da Câmara Municipal de Indaial;

Excelentíssimo senhor Remir José de Fáveri, vereador do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor Osvaldo Metzner, vereador do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor Rubens Reinhold Ittner, vereador do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor Antônio Carlos Fink, vereador do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor Jurandi Chaves dos Santos, vereador do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor José Klock, vereador do município de Indaial;

Excelentíssimo senhor Luiz Polidoro, ex-prefeito municipal e ex-secretário de Desenvolvimento Regional do Médio Vale.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, todos aqui presentes, vereadores e prefeitos, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem aos atletas da natação da Fundação Municipal de Esportes de Indaial.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pelo Quarteto de Cordas de Indaial, sob a coordenação do maestro Paulo Lira.

(Procede-se à execução do hino.) (Palmas)

Muito obrigado ao Quarteto de Cordas de Indaial pela brilhante execução do

Hino Nacional. E agora teremos a apresentação do vídeo que nos vai contar um pouco mais sobre a Apan.

(Procede-se à apresentação do vídeo.) (Palmas)

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Ademir Packer, diretor da Fundação Municipal de Esportes, do município de Indaial;

Senhor André Vicente Seifert da Silva, consultor jurídico, neste ato representando o excelentíssimo senhor Rogério Raul Theis, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Timbó;

Senhor Marcio Antônio Ferrari, secretário da Articulação, Comunicação e Ouvidoria do município de Indaial e presidente do Diretório Municipal do PMDB;

Senhor Marcelo Lanznaster, coordenador do Sine, neste ato representando o senhor Fabiano Gustavo Bussi, secretário de Desenvolvimento Econômico, presidente do diretório do PSDB e do Rotary Club;

Senhor Anderson Hilário, secretário municipal de Administração e Finanças;

Senhor Paulo Roberto Ledra, secretário do Planejamento e Habitação de Indaial;

Capitão da Polícia Militar, Átila Tiago Royer, comandante do pelotão da PM de Indaial;

Senhora Ivete Terezinha Vanzuita Hansen, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Indaial;

Senhora Paula Faustino de Souza, presidente da Associação Beneficente Favo de Mel;

Senhor José Luiz de Souza, diretor do jornal *A Região*;

Senhor Altair Bogo, presidente do diretório municipal do Democratas;

Senhor João Pereira, diretor do *Jornal de Indaial*.

Gostaria também de chamar para a composição da mesa o representante do secretário de Desenvolvimento Regional de Indaial.

Na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, este deputado fará uso da palavra.

Cumprimentando todos os presentes, agradeço a cada um pela presença e agradeço, sobretudo, além dos servidores da Assembleia Legislativa que aqui estão, ao presidente da Câmara Municipal de Indaial e a todo o seu corpo de servidores que estão contribuindo em muito para a realização desta sessão histórica para o médio vale e para o município de Indaial, em especial, já que se trata da primeira sessão solene oficial desta Casa realizada em Indaial, iniciativa esta que faz com que este Poder esteja mais próximo das pessoas.

Quando propus a realização desta sessão solene, sr. prefeito Sérgio, tomei a iniciativa de realizá-la aqui no município, a fim de homenagearmos mais de perto a Apan. Em vez de realizarmos esta sessão em Florianópolis, trouxe-la para cá, para a Câmara Municipal de Indaial, para perto das pessoas.

E por que essa iniciativa da Assembleia de homenagear o trabalho da Apan? Porque se trata de um trabalho reconhecido em toda Santa Catarina, em diversos estados do Brasil, como um trabalho muito bem executado, com um diferencial de qualidade em relação à nataçao das nossas crianças e jovens.

A ideia nasceu quando, juntamente com o nosso amigo Vandino, visitávamos a piscina de lá, conversávamos com os jovens, com as crianças, para sabermos um pouco mais dos resultados sensacionais já alcançados pela Apan, e acabamos achando que essa iniciativa merecia o reconhecimento da sociedade catarinense, dos representantes do povo de Santa Catarina, através de uma sessão solene da Assembleia, que iria homenagear pessoas importantes da nataçao de Indaial, mas que também serviria para chamar a atenção de todos.

Aqui no município se faz um esforço muito grande - prefeitura, sociedade, servidores, pais - para que a nataçao seja bem apoiada. Mas nós sabemos que o esporte em geral em Santa Catarina e no Brasil carece muito de apoio, de ajuda e de reconhecimento.

Os jovens, as crianças que nós vemos aqui hoje certamente serão aquelas que precisaremos contar para que o Brasil tenha um bom desempenho na Olimpíada que se realizará neste país. Se não cuidarmos dessa juventude como ela

merece, o Brasil não será um país grande. O esporte - estou convencido disso - é a grande mola propulsora para que nós tenhamos uma juventude mais saudável, com mais valores, com espírito de grupo, vinculado à família, com laços de amizade. Alguns podem ser atletas de alto rendimento, isso é muito bom, mas todos que participam da Apan certamente têm aqui lições de vida que jamais serão esquecidas, laços de amizade que permanecerão para sempre, laços de amizade que eu tenho de maneira, srs. vereadores, muito especial com esta cidade.

Nós tivemos o primeiro contato com a sociedade indaialense ainda quando não exercíamos um cargo público, e a Casa Feliz, através do então deputado Cesar Souza, e não preciso dizer que é meu pai, fez uma ação que trouxe mais de R\$ 1 milhão para o Hospital Beatriz Ramos. A partir dali passamos a conhecer as pessoas na cidade de Indaial e a encantar-se com essa cidade de maneira muito especial, cidade essa que procuramos também representar na Assembleia Legislativa. E a Apan é um exemplo do que é a sociedade indaialense.

A cidade recebe tão bem quem vem para cá ajudar a construir os seus sonhos - e quanta gente tem vindo para Indaial -, mas não perde a sua essência. E não pode perder aquilo que ela tem de mais interessante e que mais me cativou aqui, que é a amizade das pessoas. Quando se chega a Indaial, rapidamente é bem acolhido. Quem vem para contribuir com a cidade é recebido de braços abertos. E é por isso que Indaial é, hoje, essa potência no vale do Itajaí e em Santa Catarina.

Orgulho-me muito de estar aqui. Quero parabenizar, de maneira especial, os pais que aqui estão. Eu fui pai, recentemente, a minha filha tem 40 dias de idade, e já começam a vir as preocupações. Eu gostaria que minha filha pudesse participar de um grupo com os seus filhos participam. Aqui sabemos que os filhos estão bem cuidados, que estão entre amigos praticando o bem e fazendo um esporte saudável.

Por fim, queremos aqui pedir o apoio de todos ao projeto de lei que apresentamos na Assembleia que visa reservar 20% dos recursos do Fundesporte para o apoio ao esporte de base de característica olímpica para Santa Catarina poder preparar bem os seus jovens e para que tenhamos medalhistas catarinenses, quicá indaialenses, na Olimpíada que se vai realizar no Brasil.

Esses são recursos que o estado dispõe. E são muitos recursos, mas, às vezes, prefeito, acabam sendo dispersos. Então, é importante concentrarmos pelo menos 20% desses recursos, que daria um valor muito expressivo na preparação dos nossos jovens tanto para a Olimpíada que se vai realizar no Brasil, como também para a mais difícil delas, que é a olimpíada da vida.

Vamos continuar com a sessão homenageando todos, mas agradeço de coração a cada um aqui presente, lembrando a vocês que esta sessão está sendo filmada pela TVAL e será exibida para todo o estado de Santa Catarina para que os catarinenses possam conhecer um pouco mais do município e da nataçao de Indaial.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Na sequência, fará uso da palavra o sr. Jorge Alberto Jacobsen, em nome da Associação de Pais e Amigos da Nataçao.

O SR. JORGE ALBERTO JACOBSEN - (Passa a ler.)

"Sr. deputado estadual Cesar Souza Júnior; sr. Sérgio Almir dos Santos, prefeito do município de Indaial; sr. Henrique Fritz, presidente da Câmara de Vereadores de Indaial; sr. Ademir Packer, diretor executivo da Fundação Municipal de Esportes de Indaial; sra. Sandra Miranda, presidente da Apan Indaial; demais autoridades que compõem a mesa neste ato; demais autoridades já citadas pelo protocolo; pais de atletas aqui presentes; atletas da Apan e Fundação Municipal de Esportes que neste ato recebem essa homenagem; senhoras e senhores.

Alguns pais, que acompanhavam com muito interessante a evolução de seus filhos na escolinha de nataçao onde o sr. André Luiz Giovanela atuava como professor e grande incentivador de seus alunos, perceberam que seus filhos estavam despertando o gosto pelo esporte.

Preocupados em proporcionar-lhes uma vida saudável, livre de vícios e desvios, agindo como verdadeiros construtores sociais notaram que, junto com essa evolução, havia a necessidade de se criar uma forma de melhor dar suporte ao desenvolvimento de tão nobre esporte que ainda era apenas um embrião em nosso município.

Esses pais já se reuniam desde 2004, ano em que se criou a Apan Indaial, porém ainda de maneira informal, contando, inclusive, com um esboço do estatuto, também informal.

E, percebendo a necessidade de oficializar a entidade, foi que em 4 de março de 2005 16 pais de 17 alunos da nataçao reuniram-se e fundaram oficialmente a Associação de Pais e Amigos da Nataçao de Indaial, a Apan, já com novo estatuto totalmente reformulado pelo então amigo e entusiasta do esporte, sr. Juan Carlos Rivas. Naquela oportunidade foi eleita a sra. Tannia de Amorim como a primeira presidente da Apan.

Nessa época, o foco era estruturar e legalizar a entidade, além de continuar dando o costumeiro apoio aos seus filhos, que eram alunos e atletas de nataçao.

Por motivos particulares, após pouco mais de três meses a sra. Tannia necessitou afastar-se da presidência, assumindo a então vice-presidente, sra. Anilse Maria de Freitas Jacobsen, que se empenhou em redigir a Projeto Esportivo intitulado Integração e Saúde, tendo como base o slogan: '*Mens Sana in Corpore Sano*'.

Assim, contando com o apoio incondicional de alguns pais, entre eles, especialmente, as sras. Sandra Miranda, Lourdes Hodecker e Eliete Koprovski, colocou em prática as primeiras ações no sentido de fortalecer a então recém fundada entidade. Para dar continuidade ao projeto, Anilse foi reeleita presidente da Apan por mais um mandato, sendo sucedida, em 2009, pela atual presidente, a sra. Sandra Miranda.

Dessa forma, após esses poucos anos de muito trabalho e dedicação dos pais e do técnico André - e que hoje, infelizmente,

não pôde estar aqui presente porque está com um atleta nosso lá em Belo Horizonte participando de uma competição da categoria Júnior -, contando com o apoio de várias pessoas e empresas da comunidade, poder público municipal e suas secretarias, Câmara de Vereadores de Indaial, Fundação Municipal de Esportes, Sociedade Recreativa Indaial e ocupantes de cargos políticos que se identificam com o nosso projeto, os filhos da Apan, que compõem a equipe de natação da Fundação Municipal de Esportes de Indaial, além de alcançarem um importante crescimento pessoal, colecionam vários títulos de alcance regional, estadual, sul-brasileiro e até brasileiro.

Hoje contamos com 43 pais, 47 atletas e um técnico dedicados a dar o melhor de si.

Entendemos que esta solenidade que aqui acontece é um reconhecimento do trabalho de todos envolvidos nesse projeto de vida e saúde, e só vem provar que estamos no caminho certo, revigorando as nossas energias para cada vez fazermos mais e melhor.

Neste momento, peço permissão para expor uma grande carência que temos em nossa Fundação Municipal de Esportes. Refiro-me ao fato de não possuímos um transporte coletivo próprio, o que dificulta e encarece o deslocamento dos atletas até as competições em que devem participar. Não falo somente da natação, mas de todas as modalidades esportivas do nosso município.

Sendo assim, solicito aos nobres deputados, prefeito e vereadores aqui presentes que se dignem a analisar a possibilidade de viabilizar a aquisição de um ônibus para a nossa Fundação Municipal de Esportes, para que possamos transpor mais essa barreira.

Temos a convicção de que se continuarmos contando com o fundamental apoio de todos os já anteriormente citados poderemos evoluir ainda mais, contemplando mais crianças, jovens e até adultos e, quem sabe, atingir a meta de ter algum atleta local disputando as Olimpíadas de 2016.

A Apan e todos os que de alguma forma lutaram, e lutam, por ela sentem-se muito orgulhosos de ver seus filhos atletas recebendo tão honrosa homenagem.

Pedimos a Deus, que é o Grande Arquiteto do Universo, que continue iluminando, protegendo e dirigindo os passos de todos nós.

Parabéns a todos os atletas ora homenageados, parabéns à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na pessoa de seu presidente, deputado Gelson Merísio, e do deputado Cesar Souza Júnior, pela nobre iniciativa.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, sr. Jorge Alberto Jacobsen.

Convido o mestre-de-cerimônias Washington Luis Mignoni para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo presta uma homenagem à Fundação Municipal de Esporte de Indaial pelo destaque dos atletas de natação que

têm representado, com sucesso, o município e o estado de Santa Catarina no cenário esportivo nacional.

Convido o sr. deputado Cesar Souza Júnior para fazer a entrega da homenagem ao sr. Jorge Alberto Jacobsen, diretor da Associação de Pais e Amigos da Natação de Indaial, neste ato representando a Fundação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Sérgio Almir dos Santos, prefeito do município de Indaial, para, juntamente com o deputado Cesar Souza Júnior, proceder às outras entregas.

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo catarinense homenageia os atletas de natação por sua destacada atuação no cenário esportivo.

Convido para receber a homenagem a atleta Bárbara Benke.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Taniy Laleska de Amorim.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Addressa Torres Feltrin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. Mário, vice-prefeito do município de Indaial, e convido o excelentíssimo sr. vereador Henrique Fritz, presidente da Câmara Municipal de Indaial, para que proceda à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a atleta Marion Isari Buse.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Jean Carlos Fielder.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao vereador Henrique Fritz, presidente da Câmara Municipal, e convido o excelentíssimo sr. Remir José de Faveri, vereador do município de Indaial, para que proceda à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a atleta Nádia Vazuita Hansen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Maria Cecília Radatz Mafra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas.)

Agradeço ao vereador Remir José de Fáveri e convido o excelentíssimo sr. Osvaldo Metzner, vereador do município de Indaial, para que proceda à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o atleta Luis Augusto Miranda.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Willian Frank Isleb.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Lucas Freitas Jacobsen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao vereador Santo Antônio e convido o excelentíssimo sr. Rubens Reinhold Ittner, vereador de Indaial, para proceder à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o atleta Bruno Walter Kopsch.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Pedro Gustavo Moser.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Vinicius Samuel Fischer.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao vereador Rubens Reinhold Ittner e convido o excelentíssimo sr. Antônio Carlos Fink, vereador do município de Indaial, para proceder à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o atleta Leonardo Matheus Zech.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Daniel Lacerda de Jesus.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Thiago André Stahnke, sendo representado pelo seu pai, o sr. André Luis Stahnke.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Adriel Paul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Milena Luebek Vilasboas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o atleta Thomas Luebek Vilasboas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao vereador Jurandir e convido o sr. José Klock, vereador do município de Indaial, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o atleta Leonardo Vieira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Julia Gomes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a atleta Tanity Laleska de Amorim, atleta máster aquática.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vandino Luiz Giovanella, neste ato representando o técnico André Luiz Giovanella.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Cesar Souza Júnior e ao vereador José Klock.

A Assembleia Legislativa sente-se honrada em estar, hoje, em Indaial, prestando essa homenagem.

Neste momento teremos a apresentação do Quarteto de Cordas de Indaial com as músicas *Lua Branca* e *Além do Arco-Iris*, sob a coordenação do maestro Paulo Lira.

(Procede-se à apresentação do Quarteto de Cordas.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado mais uma vez ao Quarteto de Cordas de Indaial por essa bonita apresentação.

Convido para fazer uso da palavra a atleta Letícia Bianca Zeck em nome de todos os homenageados.

A SRA. LETÍCIA BIANCA ZECK - Senhores, senhoras, autoridades citadas anteriormente, Primeiramente, gostaríamos de agradecer a Deus, acima de tudo, pela sua misericórdia derramada sobre nós para que pudéssemos chegar com êxito neste momento de muita alegria para a natação de Indaial.

Falar de pessoas, falar da equipe de natação, falar do técnico e de todos os nossos amigos é prazer, orgulho e satisfação. Vencemos, porém não esquecemos em momento algum de quem, além de nos transmitir os seus conhecimentos, dá-nos apoio de amigo nas horas mais difíceis. Você, professor, André Luiz Giovanella, para nós não é somente o técnico. Você é pai, mãe, médico, psicólogo e um grande amigo. Por merecimento, você foi eleito o melhor técnico em 2009 do estado de Santa Catarina. Você acredita e sempre acreditou em nós e nós confiamos em você.

Aos nossos pais, obrigado pela compreensão e confiança, mesmo quando nos distanciamos de seu sorriso, de seu beijo, de sua alegria. A nossa tristeza é também sua, pois o seu amor, estímulo e carinho são as armas para as nossas vitórias. Amamos vocês. Vocês são maravilhosos.

O Brasil é grande, mas poucos são os que sabem da importância do esporte na educação dos jovens e poucas são as oportunidades que nos são oferecidas. Vida de atleta não é fácil, não! Temos várias horas de treino por semana e temos que conciliar estudos com esporte, pois esporte e conhecimento caminham juntos.

A nossa equipe possui um grande laço de amizade, buscando sempre um ajudar o outro e com o mesmo objetivo: baixar o tempo.

A natação é um esporte que requer muita dedicação e essa dedicação está

relacionada a um sonho. Todos nós temos um sonho. E quem não tem o seu?! Quem sabe, nossos sonhos comecem a se realizar hoje. As coisas não acontecem do nada. Se hoje estamos sendo homenageados pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, isso é fruto de um grande trabalho, de anos de dedicação.

Por isso, Indaial está na elite da natação catarinense e já é reconhecida em nível nacional, porque temos uma das melhores piscinas semi-olímpicas do estado, com o apoio da Fundação Municipal de Esporte, de seu presidente Ademir Packer, do governo do município, prefeito Sérgio Almir dos Santos, do nosso técnico André Luiz Giovanella, da presidência da Apan, através da Sandra Regina Miranda, dos nossos pais e amigos da natação, do professor Vandino Luiz Giovanella, pioneiro da natação de Indaial, do sr. Rogério Patrício, presidente da Sociedade Recreativa de Indaial, e de nós, atletas.

Um atleta é como um diamante bruto, mas para poder brilhar tem que ser lapidado e polido. Tenho certeza de que a partir deste momento político, empresários vão se sensibilizar com os nossos anseios e vão nos ajudar.

Parabéns, Indaial!

Nós, atletas, temos muito orgulho de representar o nosso querido município em todos os lados deste imenso Brasil.

Eu sou a atleta Letícia Zeck, medalhista dos Jogos Abertos de 2009, atualmente a melhor nadadora do estado de Santa Catarina nos 100m borboleta, com apenas 14 anos. Vários atletas da nossa equipe também são.

Em nome de todos os atletas da natação de Indaial o nosso muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, atleta Letícia Bianca Zeck. Falou muito bem em nome de todos os homenageados.

Convido para fazer uso da palavra o sr. vereador Henrique Fritz, presidente da Câmara Municipal de Indaial.

O SR. VEREADOR HENRIQUE FRITZ - Quero cumprimentar o sr. deputado Cesar Souza Júnior, autor do requerimento que ensejou esta sessão solene e que também preside a mesma no dia de hoje.

Desejo também cumprimentar o prefeito municipal, os vereadores, o ex-secretário, o ex-prefeito Luiz Polidoro, os representantes de outras instituições já nominadas pelo protocolo, os funcionários da administração municipal, os funcionários da Câmara Municipal e os funcionários da Assembleia Legislativa.

Senhores e senhoras, jovens, atletas homenageados, pais dos atletas e instrutores, os nossos cumprimentos.

Quero dizer que hoje é um dia histórico para Indaial e pela primeira vez temos uma sessão solene, vereador Clovis, nesta Casa Legislativa.

Queremos em nome da Câmara Municipal de Vereadores agradecer e reconhecer esta honra que a Assembleia Legislativa está nos dando hoje de fazer a primeira sessão solene na cidade de Indaial. É também um momento de alegria e de

justiça pela iniciativa de homenagear esses atletas que trouxeram muita alegria para nós indaialenses, através da conquista de títulos municipais, estaduais e interestaduais. Eles com certeza levam o nome de Indaial para todo o Brasil, com uma imagem excelente, porque todos os atletas fazem o possível e o impossível para fazer o melhor.

A Apan de Indaial tem-se destacado. E digo isso até porque sou amigo de alguns pais que têm filhos nessa instituição e eu sei o quanto eles se dedicam, abrem mão do seu lazer, dos afazeres, como nós fizemos, prefeitos e vereadores, de ficarmos longe da nossa família por estarmos exercendo função política.

Os pais se dedicam diuturnamente, acompanhando seus filhos. Sabemos que é um esporte, a natação, caríssimo. O Jorge que nos antecedeu falou do ônibus. Isso mostra que existe deficiência, tem dificuldade.

Eu e a Nicinha (quando fazia parte da direção) reivindicávamos recursos. Sabemos das deficiências que existem. Mas eles têm projeto; por isso, quero aproveitar esta oportunidade para registrar em nome de todos os vereadores, através de subvenção social, que aloquem recursos para a Apan, que hoje tem o apoio da Fundação Municipal de Esportes, mas precisa de mais recursos. Então, gostaria que o senhor fosse o representante da Apan na Assembleia Legislativa para alocar recursos através de subvenção social para essa instituição que é merecedora.

Aos jovens quero dizer que o sucesso de qualquer pessoa se molda pelo caminho do esporte. Podem ter certeza disso. Quem se destaca no esporte, destaca-se na vida pessoal, profissional e assim por diante.

Continuem levando a sério e com certeza com isso continuarão colecionando mais troféus, mais conquistas. Hoje vocês estão aqui sendo homenageados. Quem sabe daqui a pouco estarão homenageando jovens atletas da Apan que conquistaram o mais alto título da categoria. É isso que nós queremos.

Jovens, continuem na luta. Parabéns a vocês, aos pais e contem conosco.

Boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Gostaria de registrar a presença do atleta Douglas Packer, atleta do Siena, da Itália, filho de Admir Packer, presidente da Fundação Municipal de Esportes de Indaial.

Solicito uma salva de palmas ao Douglas.

(Palmas)

Ele é um indaialense que faz sucesso no esporte internacional e que serve de exemplo certamente para todos os atletas aqui presentes. Com dedicação, talento, é possível chegar lá.

Com a palavra o sr. Sérgio Almir dos Santos, o Serginho, prefeito do município de Indaial.

O SR. PREFEITO SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS - Quero cumprimentar o sr. deputado deputado Cesar Souza Júnior, que

hoje preside esta sessão solene e aqui representa a Presidência da Assembleia Legislativa, que muito engrandece o município de Indaial; o vereador Henrique Fritz, presidente da Câmara de Vereadores, e em seu nome, cumprimentar todos os vereadores presentes nesta sessão; nosso vice-prefeito Mário Withoef; o ex-secretário e ex-prefeito do município de Indaial, sr. Luiz Polidoro, e o sr. André Schroeder, que representa a secretaria regional do médio vale, situada no município de Timbó.

Cumprimento também todas as mulheres aqui presentes, em nome da minha esposa, e os demais secretários municipais, em nome do Ademir Packer;

Senhoras e senhores, imprensa aqui presente, amigos da Apan, atletas jovens, atletas *masters*, quem muito bem representam não só a Apan, mas que sem dúvida nenhuma levam o nome do município de Indaial para toda Santa Catarina, para todo o Brasil e, quem sabe, também em 2016, para o mundo todo.

Em rápidas palavras quero colocar algumas coisas, no sentido de que nada se consegue de graça, nada cai do céu nem mesmo a chuva. Alguns vão dizer que a chuva cai do céu, mas o céu é o infinito. Então, nada cai do céu, tudo depende de trabalho, dedicação e esforço. E se vocês chegaram nesse tempo recorde de seis anos - e acredito que seja uma das mais novas associações do município de Indaial - é porque houve muito esforço, dedicação e trabalho dos atletas, no treinamento, na disciplina, na concentração para poder alcançar seus objetivos, e das pessoas que estão na sua retaguarda, que considero de fundamental e sem dúvida nenhuma da maior importância para o crescimento, amadurecimento e fortalecimento de um jovem, de uma criança, que são os pais. E a eles vocês devem toda a gratidão.

Aqui vejo pais e também avós. Vocês devem a eles tudo o que estão conseguindo, porque tenho certeza de que perderam muitas noites de sono pensando não só no treinamento de vocês, mas no dia da competição, quando estão lá do lado de fora da piscina se perguntando se seu filho conseguirá chegar.

Hoje eu tenho um filho que é atleta, que gosta de jogar futebol de salão. Não tanto eu, mas eu tenho certeza de que a minha esposa não dorme quando tem uma competição oficial da qual ele participa. Posso falar para vocês da preocupação que ela tem, assim como toda a família, para que seu filho seja um vencedor.

A natação é um dos esportes individuais, apesar de existirem competições coletivas também, mas ela é individual, porque depende somente do esforço de cada um. E não pensem vocês que os grandes nadadores brasileiros conquistaram suas vitórias simplesmente num estalar dos dedos. Hoje, o grande nome da natação brasileira é Cesar Cielo, que assinou um contrato com a equipe do Clube de Regatas Flamengo. Mas será que quando ele tinha a idade de muitos de vocês o Flamengo, ou qualquer outra entidade, outro clube brasileiro, estaria interessado naquele menininho?

Então, hoje nós temos aqui alguns menininhos e meninas, atletas nadadores e nadadoras, que poderão chegar lá, sim. Não desistam dos seus sonhos! Agora, vai depender muito da força de vontade, da dedicação, trabalho e empenho de cada um. E vocês podem sempre contar com a Fundação Indaialense de Esportes, apesar das grandes dificuldades que temos, porque existem várias modalidades, deputado Cesar Souza Júnior, a que nós temos que atender.

A pedido da Apan, já estamos repassando um valor um pouco maior. Você, Jacobsen, colocou muito bem, quando disse que temos uma deficiência, que é um ônibus para os atletas. Eu sei que cada vez que há um evento é uma briga danada, no bom sentido. Temos que pegar o ônibus da Educação, daí há uma lei que diz que o ônibus da Educação não pode ser utilizado, mesmo dizendo que a maioria são atletas da rede municipal e da rede estadual.

Temos um ônibus, hoje, que foi há época passado para a terceira idade. Nada contra, mas poderia ter sido utilizado um ônibus para o município de Indaial e a terceira idade poderia usá-lo também. E a própria terceira idade, hoje, aceita, junto com a assistência social, que esse ônibus seja utilizado também pelos atletas do município, mas temos essa deficiência. Estamos tentando, neste ano e cinco meses de administração, resolver essa questão.

Quero dizer aqui que quando pensamos no Ademir Packer para ser presidente da Fundação Municipal de Esportes algumas pessoas até fizeram careta, mas podem ter certeza de que ele tem-se dedicado e tem sido bastante atencioso nas reivindicações que são feitas para a Fundação Indaialense de Cultura.

Antes de encerrar, senhores, quero fazer um convite em nome da presidente Sandra: sábado vai ser realizada a segunda feijoada, eu vi ali a propaganda, e desde já quero agradecer o convite que recebi da Nicinha, que foi hoje de manhã cedo ao meu gabinete entregar o convite. Estive presente na primeira feijoada e com certeza estarei presente na segunda. Quero convidar todas as pessoas que estão aqui e que não fazem parte, que não estão diretamente ligados à Apan, para também prestigiarem esse evento, porque é uma forma de eles estarem indo à luta, de buscar recursos, para não ficarem somente na dependência do Poder Público.

Por isso, deputado Cesar Souza Júnior, esta homenagem que a Assembleia Legislativa faz é merecida, porque essa associação não fica somente esperando ajuda do Poder Público, ela vai à luta. E aqui, meus jovens, continuem lutando, não desistam, respeitando, acima de tudo, Deus e, em segundo lugar, a família, os pais de vocês.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA

JÚNIOR - Muito obrigado, prefeito.

Eu gostaria de agradecer a todos pela presença e fazer uma menção toda especial à Câmara Municipal de Indaial, que recebeu nesse dia a Assembleia Legislativa, pois todos os seus servidores foram muito atenciosos e contribuíram para a realização desta sessão.

Quero agradecer também aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aqui presentes, ao pessoal do cerimonial, da TVAL e a todos os que contribuíram para a realização desta brilhante sessão. Espero que seja a primeira de várias sessões, que não fique por aqui, prefeito, e que possamos trazer novamente a Assembleia para próximo da comunidade não apenas para homenagear, mas também para sessões deliberativas. Eu tenho esse sonho de ver a Assembleia realizando sessões pelas cidades catarinenses. Que houvesse pelo menos um mês para ela realizar as suas sessões divididas pelo estado ou uma semana a cada mês. Eu acho que assim traríamos os deputados, o Poder Legislativo, para mais perto do povo, para mais próximo das pessoas e dos seus anseios.

Por fim, não posso deixar de me manifestar em relação às questões levantadas sobre a ajuda que o vereador Henrique Fritz aqui, muito oportunamente, colocou, que é também a questão do ônibus.

Sendo prático, prefeito, neste ano todos os recursos de repasse de subvenção social estão brecados em função da lei eleitoral. O Brasil é assim, há eleição para tudo, infelizmente. Eu assumo aqui o compromisso de, passado o período eleitoral, montarmos um projeto para garantirmos uma ajuda mais forte à Apan.

Quero dizer, prefeito, que sou parceiro desse sonho do ônibus. Sei que a prefeitura sozinha, neste momento, tem dificuldades para fazer isso, pois são muitas as demandas no município de Indaial, e por isso o governo do estado tem que ajudar. Vamos, então, montar um projeto, como já tivemos parcerias em várias ações com o município, na Beira Rio, na Dr. Blumenau, em várias ações que estão sendo feitas aqui, sempre convocadas por Indaial, que estarei disposto a colaborar, ainda mais para uma causa tão justa quanto esta.

Finalizando também, Vandino, parabéns a você, parabéns ao seu filho. Infelizmente, ele não esteve aqui, mas com certeza o coração desse técnico tão querido pelos seus alunos está aqui presente com todos nós.

Agradeço a todos os vereadores e às autoridades municipais.

Agradeço também, de maneira especial, ao ex-prefeito e secretário Luiz Polidoro, que é a pessoa responsável por nos ter trazido para mais perto de Indaial e dos indaialenses.

Agradeço, enfim, a todos e a todas.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Indaial, letra e música de Marino Patrício, executado pelo Quarteto de Cordas de Indaial, sob a coordenação do maestro Paulo Lira.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Agradecendo a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convoco outra sessão, especial, para o dia 31, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2010

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Tece considerações a respeito de seu partido, PRB; reporta-se ao último encontro da Unale.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Chama a atenção da Fundação Catarinense de Educação Especial; reporta-se aos riscos pelo consumo de crack.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda a falta de estrutura para tratar o dependente químico; parabeniza a Ablufed; reporta-se ao PL n. 0453; tece considerações a respeito de Ingo Greuel.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se ao PL federal n. 12.235; faz referência à XV Conferência da Unale e ao Parlasul.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Manifesta-se a respeito da América Latina Logística.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se às ferrovias no estado; tece considerações sobre o Sustentar 2010.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a manifestação pública contra o aumento das passagens de ônibus; refere-se ao problema da Armação e do Pântano do Sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra mais uma edição da Exponáutica; critica o Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do município de Governador Celso Ramos.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença do deputado José Natal.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Laguna.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Cumprimenta o deputado Pedro Uczai pelo livro Inevitável Mundo Novo; parabeniza o deputado Cesar Souza Júnior por ter PL sancionado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito do uso de agrotóxicos.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Festeja os 18 anos da Coordenadoria de Tecnologia e Informação da Casa.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Paulo Lopes.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Reporta-se ao movimento do PSDB; faz uma reflexão sobre a política.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Cumprimenta o deputado Giancarlo Tomelin pelo tema que aborda.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda o incidente com os navios de ajuda humanitária; reporta-se ao atual momento brasileiro.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Solicita retirada da Mensagem n. 1.495/2010.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de São Francisco do Sul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Convida os deputados para a reunião da Comissão de Educação com a presença do secretário da Educação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao II Encontro Regional da Habitação da Agricultura Familiar, em Chapecó.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Registra convite para a inauguração de um centro multiuso do Sesc; aborda reivindicações de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à Cidasc.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Registra preocupação com a situação de Anitápolis.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Registra o encaminhamento de solicitação de providências do Deinfra.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (aparte) - Pede detalhes da situação da Cidasc diante do PDI.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Parabeniza o governador Leonel Pavan pela atuação pós intempéries; reporta-se ao art. 170.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Reporta-se à educação no trânsito; registra a vinda do secretário da Educação à AleSC.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, demais integrantes da mesa, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, amigos que nos acompanham, público presente nas galerias, parabéns pela assiduidade.

Quero também registrar e agradecer a presença das nossas taquígrafas, da imprensa falada, escrita, televisada. É muito bom termos a nossa TVAL, através da qual nossos trabalhos chegam aos municípios catarinenses. Em breve teremos a TV aberta em todos os lares, para que toda a população catarinense possa conhecer o nosso trabalho, o dia-a-dia do seu parlamentar.

Sra. presidente, quero registrar, com alegria, a presença do presidente do Partido Republicano Brasileiro Jovem de Içara, Daniel Loch, um acadêmico da Unisul, da 8ª fase de Administração, que está visitando o meu gabinete; também está presente o vice-

presidente do PRB de Içara, o amigo Pedro Pacheco, Pachequinho para os mais chegados. Estou muito feliz em tê-los em meu gabinete no dia de hoje.

Quero falar um pouquinho do meu PRB, o Partido Republicano Brasileiro, que ajudei a fundar colhendo as assinaturas necessárias para a sua implantação. Foi um trabalho árduo, deputada Ana Paula de Lima, muitos amigos e simpatizantes nos ajudaram em diversos municípios, porque não foi fácil. Fundar um partido requer muito trabalho, como a coleta de assinaturas, que deve ser levada ao TRE. Então, colaborei na fundação do meu Partido Republicano Brasileiro, que tem o número 10.

Mas o que acontece é o seguinte: depois de trazermos as lideranças para o nosso partido, outras agremiações partidárias, até colegas nossos, diga-se de passagem, não usam da ética e sobrevoam o nosso rebanho partidário, o que muito nos entristece. E aí fazemos aquelas propostas convidando às pessoas que já têm um histórico, uma vinculação partidária, para irem para outro partido. Isso acontece com partidos antigos, que nem precisariam usar dessa artimanha.

Só que quando vamos fazer as visitas, deputado Sargento Amauri Soares, pois estou visitando vários municípios, deputada presidente Ada De Luca, eles nos contam tudo, e a coisa cai nesta mãozinha. E esta deputada, quando volta a este Parlamento, diz: "Cria vergonha! Que feio ir lá e cooptar alguém afirmando que o seu candidato está despontando nas pesquisas!"

Eu não acredito em pesquisa! Eu não acredito em pesquisa, deputado Sargento Amauri Soares! E já disse da tribuna várias vezes isso. A nossa senadora, quando era minha colega - e ainda é minha colega e minha amiga -, Ideli Salvatti, quando era candidata ao Senado, telefonou-me uma noite - no outro dia seriam as eleições - bem desolada. Eu disse: "Minha querida, levanta a tua cabeça, porque estás bem." "Ah, mas na pesquisa estou mal, sou a última! Os grandões estão na minha frente." Eu lhe disse: "Ideli, vá firme, porque eu não acredito em pesquisa, minha filha, você vai despontar e vamos comemorar." Deputada Ana Paula Lima, eu disse isso antes da eleição, e a mulher foi a primeira colocada!

Então, digo sempre para todos que não acredito em pesquisa! Para mim, pesquisa e porcaria são a mesma coisa! Eu não acredito. Um dia desses um deputado me disse: "Olhe a pesquisa." Eu respondi: "Nem me mostre, porque eu não acredito nisso." Acredito no dia em que abrem as urnas e aparecem ali os votinhos para aqueles que merecem. Agora, não se promete dentadura. Nunca dei dentadura para ninguém, graças a Deus! Muito menos bengala etc. etc. Não! Eu acho que a pessoa tem que ganhar na honradez, e ganha quem merece! Se não se merece ganhar, se não fez um bom trabalho, se não defendeu a população, não ganha!

Então, era isso o que tinha para dizer. Estava engasgado na minha garganta e eu tinha que falar.

Agora quero falar da viagem que fiz a Minas Gerais, para participar da XV Conferência da Unale, para a qual fui com muita

expectativa, fui representar o estado, pois sou da diretoria da entidade. Mas voltei decepcionada! A deputada Ana Paula Lima me perguntou: "Foi boa a viagem?" Respondi que foi péssima. Foi a pior reunião de que já participei. Estou participando da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, e essa foi a pior de que participei, porque aquelas pessoas designadas para palestrar, deputado Lício Mauro da Silveira, não apareceram e foram colocando outras.

Nós, um dia antes no jantar de recepção, estávamos cientes de que os candidatos da Presidência da República estariam presentes, conforme estava no convite, mas não apareceu nenhum deles, e eles começaram a colocar tampões! Eu não fiquei! Eu fui para lá para ouvir o vice-presidente da República falar, fui para ouvir a ex-ministra Dilma Rousseff falar, mas isso não aconteceu. Não tivemos traslados, tivemos que pagar do nosso bolso, pela primeira vez, mas não havia dinheiro para pagar os traslados.

O que mais vou dizer? O almoço não foi bom, não foi a contento. E quero dizer a v.exas. que estou pensando em retirar o meu nome da listagem de associada, porque a Unale recolhe uma quantia muito alta de todos os associados no Brasil.

Então, quero dizer a v.exas. que ainda vou voltar com esse tema, amanhã, no horário do meu partido, porque temos que falar! Aqui é Parlamento! É o lugar correto para levarmos os assuntos ao conhecimento da população. Vou voltar com esse tema amanhã no horário do meu partido.

Um abraço a todos. Que Deus os abençoe! Até a uma próxima oportunidade.

(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Muito bem, deputada Professora Odete de Jesus!

Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, antes de adentrar ao assunto, só quero dar um recado à Fundação Catarinense de Educação Especial, a uma determinada diretora, não sei qual é o seu nome, mas saberei daqui a pouco, que simplesmente, através do deputado Antônio Aguiar, impediu que viesse uma pessoa aqui falar dez minutos sobre a situação da fundação, que está numa situação caótica, grave, irresponsável; um triunvirato que dirige aquilo sem condições de fazer gestão, uma irresponsabilidade total. Como ela não vai ter oportunidade, uma vez que o líder não assinando a pessoa deixa de ter a responsabilidade, estou propondo que seja realizada, à tarde, uma audiência pública, com a comissão de Educação, Cultura e Desporto, para tratar desse assunto. É grave a situação daquela fundação! E se não der de fazer essa sessão, eu vou fazer aqui uma novela: vou me pronunciar dez vezes sobre essa fundação, sobre a má gestão e sobre os indícios de corrupção!

Mas o meu assunto hoje, sra. presidente, é outro. Quero falar sobre um tema que assombra não somente a sociedade catarinense, como toda a sociedade brasileira, que é o crack. A droga está sendo cada vez mais consumida e está destruindo milhares de vidas e de famílias em todo o país. Precisamos conscientizar a população sobre os riscos e malefícios desse maldito crack. Precisamos ter políticas de tratamento para os usuários e de apoio aos familiares, além de tudo, um processo de educação firme e atuante.

Feito isso, peço a gentileza de projetar um filme. Peço escusas, antecipadamente, se algumas cenas não são adequadas. Eu acho adequadas, mas às vezes...

(Procede-se à apresentação do filme.)

Esse é um pequeno filme que mostra uma parte das consequências do uso dessa maldita droga, e pensamos em levar isso à Presidência da Casa, para que a Assembleia Legislativa se engaje como instituição combatendo a utilização do crack, logicamente envolvendo outras entidades como a TV Barriga-Verde, a RBS, a nossa TVAL, a Rádio Alesc Digital, para atuarmos de uma forma mais frequente nas escolas.

Podemos montar outro áudio, diferente desse que está aí. Esse foi feito com grande esforço pela minha equipe, na qual se destacaram duas pessoas, a Luciana e a Patrícia. Elas pesquisaram esse assunto por mais de 20 dias para encontrar essas imagens que às vezes são chocantes, mas temos que agir assim mesmo, haja vista que isso faz com que não esqueçamos esse grave problema pelo qual todos passamos.

E, de acordo com os dados da secretaria da Segurança do nosso estado, o número de jovens viciados em crack é cada vez maior, e por ser uma droga mais acessível, atinge a maioria dos jovens de baixa renda. Isso não quer dizer que outros jovens estão fora desse processo. Pelo contrário, muitos jovens de classe média estão dentro desse processo.

Esse cachimbinho foi encontrado aqui atrás da Assembleia. Interessante que é uma peça de uma chave de automóvel, onde se verifica como é utilizado o instrumento. Também usam lata de cerveja, piteira e o diabo a quatro.

Segundo especialistas, uma vez inalado, o crack ataca imediatamente o sistema nervoso, deixando a pessoa em estado de euforia. Porém, a partir do momento em que o usuário não tem mais a droga, um sentimento de violência é aflorado.

É nesse sentido, então, que o perigo do crack vai além do alto grau de dependência física. E Santa Catarina está entre os três estados brasileiros com a maior rentabilidade no comércio do crack, segundo os dados da Polícia de Repressão à Entorpecente do Departamento de Polícia Federal em Brasília.

A proposição para o presidente desta Casa, como já falei no início, seria uma ação integrada, independentemente desta Casa, mas interagindo com outras campanhas, como a do Grupo RBS, TVBV, TVAL, Rede Record, SBT, entre outros, de tal modo que possamos minimizar essa situação de enorme gravidade que vem atravessando a nossa população, principalmente a juventude.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, quero cumprimentar os nossos parlamentares, o deputado Jailson Lima, também os telespectadores que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de agradecer as faixas que foram depositadas nesta Casa, sra. presidente, agradecendo aos deputados pela aprovação, na semana passada, da MPV n. 0170 com a emenda do deputado Jorginho Mello. Esperamos que o governador não vete, e se vetar nós teremos mais algum trabalho. E a nossa orientação para os funcionários públicos é que mantenham a sua unidade e que possam continuar até o fim dessa luta.

Gostaria de parabenizar o deputado Lício Mauro da Silveira por trazer esse tema a este Parlamento e pela sua preocupação com o aumento compulsivo da drogadição no estado de Santa Catarina, principalmente relacionada ao crack.

Deputado Lício Mauro da Silveira, ouvimos vários depoimentos nesse filme que v.exa. exibiu e, realmente, o dependente do crack perde tudo na vida: a dignidade, a família e o amor próprio.

Mas eu vou dizer uma coisa a v.exa.: precisamos ter no estado de Santa Catarina um local para a desintoxicação dos dependentes químicos, porque 80% dos presidiários de Santa Catarina são dependentes químicos e não precisavam estar lá nos presídios, mas, sim, em clínicas de desintoxicação.

E o desespero das mães e dos pais é onde internar, como internar, como abordar. E sabemos também que, se não houver apoio da família e da sociedade, o consumo vai crescer cada vez mais. Inclusive, o deputado Dieter Janssen estará fazendo uma audiência pública no município de Jaraguá do Sul, no próximo dia 14, para debatermos naquela comunidade também o número alarmante de pessoas que estão utilizando drogas.

Também quero dizer a todos os deputados desta Casa que um projeto de nossa autoria, que está com o deputado Elizeu Mattos desde o ano passado, disponibiliza um percentual do Fundo Social para poder repartir entre as comunidades terapêuticas um dinheiro para manter leitos para a desintoxicação dos dependentes químicos. E o deputado Elizeu Mattos precisa urgentemente relatar esse projeto.

O que me traz à tribuna também, sra. presidente, é que no dia 28 de maio, na semana passada, a Ablufdef - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos -, comemorou 22 anos de existência naquele município. A Ablufdef, que é presidida pela sra. Maria Helena Maba, hoje, desenvolve ações oportunizando o desenvolvimento da autonomia, da reabilitação e da inclusão social de 1.840 filiados residentes na cidade de Blumenau e também na nossa região.

Também gostaria de dizer que está nesta Casa um projeto de nossa autoria, de n. 0453, que disponibiliza a obrigatoriedade de instalação de provadores para pessoas deficientes no comércio de Santa Catarina. O projeto encontra-se na comissão de Constituição e Justiça e esperamos que seja aprovado o mais rapidamente possível e também sancionado pelo governador do estado.

Então, quero saudar toda a diretoria da Ablufdef e os associados que diariamente contribuem para melhorar a qualidade de vida de pessoas portadoras e deficiência física. E essa associação, que completou 22 anos no dia 28 de maio, merece, sim, o nosso reconhecimento e os nossos aplausos pelo trabalho exercido.

(Passa a ler.)

"Trago também outro tema a esta tribuna, sra. presidente. É com muito pesar que registro o falecimento desse grande catarinense e desse grande blumenauense, que foi o sr. Ingo Greuel, um ícone na área da informática no estado de Santa Catarina, um visionário, como costumávamos dizer em Blumenau. Ele deixa uma lacuna imensa nos corações daqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver, de conhecer um homem arrojado, um homem inovador, um homem visionário e que cuja alegria e descontração eram contagiantes.

Aprendi a admirá-lo, foi nosso amigo, amigo da nossa família e amigo de milhares e milhares de blumenauenses e catarinenses.

Lamentavelmente, Blumenau despediu-se, na última quinta-feira, de Ingo Greuel, esse homem extraordinário, cujo legado está propagado pelo seu filho Marcos, carinhosamente conhecido como 'Marquinhos', que tem a missão de manter vivo o sonho do pai que na década de 70, srs. deputados e sras. deputadas, ousou, inovou e trouxe a informática para as empresas e para todos os lares catarinenses.

Fundador da empresa Cetil - Sistemas de Informática -, Ingo Greuel deixou a rotina de bancário para alçar vôo na criação de programas de informática com ênfase ao ramo têxtil, abrindo as portas para as novas tecnologias e vencendo os prognósticos negativos dos incrédulos. Isso lá em 1970!

Ingo era um apaixonado pela tecnologia, mas também por animais, principalmente por cavalos. Além de criador desses animais, foi um idealizador da Festa do Cavalo, em 1983, bem como também dividiu sua alegria reunindo os amigos na fundação do Centro de Tradições Gaúchas, o CTG Fogo de Chão, na cidade de Blumenau.

Por esta razão, sra. presidente e srs. deputados, o nosso estado, embora enlutado com a perda desse ilustre catarinense, orgulha-se por ter tido o privilégio de tê-lo por mais de sete décadas e de ver tornar-se realidade o sonho de um homem cuja ousadia, otimismo e perseverança fizeram a diferença em Blumenau e também no estado de Santa Catarina."

É com pesar, sra. presidente, que anuncio essa perda irreparável para a cidade de Blumenau e para o estado de Santa Catarina, que é o falecimento de Ingo Greuel.

Era isso, sra. presidente, o que tinha a relatar no dia de hoje.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em primeiro lugar, quero registrar, no dia de hoje, que quando o vice-presidente da República, José Alencar, estava no exercício do cargo sancionou o Projeto de Lei n. 12.235, do eminente catarinense, à época senador, Vasco Furlan, que instituiu o Dia Nacional de Combate à Dengue. O projeto tramitou em várias comissões, houve apenas emendas redacionais e finalmente chegou à sanção do presidente da República. Assim, o penúltimo sábado do mês de novembro é o Dia Nacional de Combate à Dengue, com o objetivo de mobilizar o poder público e a população para a realização de ações destinadas ao combate ao vetor da doença.

É com muita satisfação que queremos registrar essa iniciativa de um parlamentar catarinense. Por outro lado, vemos o quanto a morosidade impera muitas vezes no Congresso Nacional, ou seja, como demora um projeto para ser aprovado e chegar à sanção do presidente da República.

Parabéns, ex-senador Vasco Furlan, que finalmente conseguiu ver aprovado mais um projeto em prol não só dos catarinenses, mas de todos os brasileiros, tornando o penúltimo sábado do mês de novembro como o Dia Nacional de Combate à Dengue.

Srs. deputados, participamos, nos dias 27 e 28, em Belo Horizonte, do encontro da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Paralelamente, no dia 28, houve o encontro do Parlasul, o qual tive o privilégio de presidir. Participam do Parlamento dos Estados do Sul o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Paraná, o Mato Grosso do Sul e

também países vizinhos, como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Nesse encontro tratamos, mais uma vez, deputado Pedro Uczai, de um assunto que v.exa. tem colocado com muita ênfase e defendido aqui com muita determinação, que é o sistema ferroviário no Brasil, em especial nos nossos estados do sul. Tivemos, inclusive, a participação de Samuel Gomes, que é um exímio conhecedor do sistema ferroviário, com especialização na Espanha.

Poucos conhecem as ferrovias brasileiras e a necessidade, deputado Antônio Aguiar, de retomar as ferrovias no Brasil. Aos poucos estão acontecendo avanços, até porque o presidente da Ferroeste tem feito um trabalho muito importante com dados, informações, projetos e estudos de viabilidade econômica. E já existe, para nossa satisfação e alegria, na Assembleia Legislativa do Paraná, um projeto de lei criando a Ferrosul.

O que é a Ferrosul? É a ligação entre o Paraná, o Mato Grosso do Sul, Santa Catarina - principalmente o oeste catarinense na primeira etapa -, e o Rio Grande do Sul. Já está também em estudos bastante adiantados a ligação do oeste catarinense com o leste, ou seja, com o nosso litoral, chegando aos nossos portos. E são nada mais nada menos do que cinco portos de primeira linha, vamos dizer assim, sendo que alguns estão funcionando e outros estão entrando em operação.

Portanto, com relação a esse assunto, precisamos da participação do Parlamento catarinense e da integração de todos os deputados, porque sabemos da relevância e de como é importante o projeto do sistema ferroviário para o Brasil, tanto no que diz respeito à segurança, como também à competitividade, à mobilidade do setor produtivo, haja vista a situação das nossas rodovias, tanto estaduais como federais.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Na verdade, nobre deputado, quero dizer a v.exa. que realmente se fala muito em ferrovia no Brasil, mas nós, no planalto norte, estamos sendo roubados pela ALL. Estão trocando os dormentes bons por dormentes velhos, na ferrovia. Inclusive, em filmgens que nos foram mandadas, podemos ver que fizeram essa troca. Isso é um roubo! Estão vilipendiando a nossa rodovia há mais de 15 anos. Isso já vem da época de Fernando Henrique Cardoso e continua no atual governo federal. Precisamos, sim, de fiscalização e que o governo federal interrompa essa cessão de uso para a ALL.

A América Latina Logística é, sem dúvida nenhuma, a grande vilã do sistema ferroviário. Em São Paulo já houve uma CPI e ela foi condenada por estelionato: mais de R\$ 1 bilhão.

Então, quero parabenizar v.exa. e dizer que, realmente, a Ferrovia do Contestado está sendo destruída.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Apenas para complementar o que disse o deputado Antônio Aguiar, quero dizer que esse assunto foi tratado também no nosso encontro e que existe um problema muito sério, que é o contrato feito na época, em nosso entendimento um contrato malfeito e hoje está sendo uma dificuldade enorme fazer com que essa empresa cumpra o contrato. Então, é preciso um estudo bem feito para ver se é possível rescindir o contrato ou não.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar v.exa. por trazer esse tema ao debate, já que ele é estratégico, refere-se ao futuro de Santa Catarina e do Brasil.

Em primeiro lugar, sobre a Ferrosul, cujo projeto de lei para sua criação se encontra no Paraná e vai-se estender para os outros três estados da região sul, em Santa Catarina apresentamos em dezembro uma emenda com o objetivo de criar a Ferrosul. Neste momento a emenda está tramitando na comissão de Constituição e Justiça e tem como relator o deputado Joares Ponticelli.

Pois bem, a nossa emenda cria e regulamenta a Ferrosul, permitindo que o estado de Santa Catarina seja parceiro do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Portanto, esse é um projeto fundamental.

Há também os quatro editais da Ferrovia da Integração, previstos ainda para o mês de junho, para que possam ser publicados, a fim de licitar os quatro projetos estratégicos do litoral ao extremo oeste. Aí, sim, nós vamos pensar o futuro de Santa Catarina com mais responsabilidade e não só investindo em rodovias.

Parabéns a v.exa., porque ferrovia é mais barato.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado! Apenas quero registrar que acabei de receber das mãos do deputado Pedro Uczai o livro que ele escreveu, cujo título é *Inevitável Mundo Novo*.

Parabéns pela obra! O deputado Pedro Uczai trata da relação entre as energias renováveis, a produção de alimentos e o futuro do planeta. Penso que é uma grande contribuição do deputado, não só para o Parlamento catarinense, mas para todos nós que estamos tratando desse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada de Luca) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero, e por isso pedi um aparte para o deputado Silvio Dreveck, concluir o raciocínio sobre as ferrovias, que são um tema central e fundamental aqui.

Antes de falar do Sustentar 2010, do sucesso que foi a sua terceira edição, com grandes novidades neste ano, quero concluir o raciocínio, dizendo que ferrovia é um meio de transporte mais barato, mais seguro e ambientalmente sustentável. A ferrovia mantém as empresas no estado e nas regiões por onde passam. Mais do que isso, elas atraem novos investimentos. A ferrovia permite a melhoria da situação das estradas, diminuindo as tragédias, o número de mortes nas rodovias deste estado e do país.

Por isso, defendemos a ferrovia e estamos aguardando com uma expectativa enorme, depois de uma grande audiência que fizemos na semana passada em Blumenau que também reuniu empresários da região não só de Blumenau como também de Itajaí. Estavam presentes representantes de entidades empresariais, lideranças locais, vereadores, representantes do poder público, demonstrando mais uma vez a importância estratégica de integrar o nosso estado não mais só por rodovias, mas por ferrovias.

Em segundo lugar, quero utilizar este espaço para falar do evento que realizamos nesta última semana, através da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck, apoiada integralmente por esta Casa.

Faço aqui o registro e o agradecimento ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio. O Sustentar 2010 teve alguns destaques, algumas novidades. O Sustentar 2008 e o Sustentar 2009 foram realizados aqui na capital do estado, e o Sustentar 2010 no oeste de Santa Catarina, em Chapecó.

A segunda novidade do Sustentar 2010 foi que, além das palestras de especialistas do Brasil, também houve palestrantes do exterior, da Alemanha e de Portugal, que trouxeram novamente experiências extraordinárias tanto na área do tratamento de resíduos sólidos, como a experiência de um século da Alemanha, como também na geração de energia a partir do sol, apresentando a experiência da maior central fotovoltaica do mundo. Moura, em Portugal, uma cidade de 14, 15 mil habitantes, transformou-se a partir da introdução da central fotovoltaica, da fábrica de placas fotovoltaicas, de placas de energia solar. Além disso, a Lógica, uma empresa municipal de direito público em parceria com a iniciativa privada, monta toda a estratégia de desenvolvimento daquela região de Portugal.

Tivemos uma terceira novidade que foram as visitas técnicas no parque eólico da Água Doce e também na hidrelétrica de Itá, em PCH de Xanxerê, na fábrica de turbinas também em Xanxerê e também em uma experiência de utilização de dejetos de suínos para biogás e geração de energia elétrica. Ou seja, dejeito de suíno, que é um problema ambiental, está-se transformando em oportunidade econômica gerando biogás, gerando energia elétrica ou numa outra experiência da Embrapa, gerando compostagem, fertilizante, adubo para a produção agrícola.

A quarta e principal novidade do Sustentar 2010 foi o lançamento de uma proposta assumida por reitores das universidades, por empresários, por diferentes instituições, o Centro Científico e Tecnológico em Energias Renováveis. Houve uma reunião em que participaram reitores de universidades, dirigentes de instituições públicas e de empresas privadas. Havia mais de 20 lideranças representando essas instituições e constituímos um grupo de trabalho que em 30 dias irá montar um projeto, uma proposta de implantação no Brasil, em Santa Catarina, do Centro Científico e Tecnológico em Energias Renováveis.

Vamos fazer pesquisa, mas vamos fazer equipamentos; vamos fazer pesquisa em energia limpa, energia renovável; vamos fazer pesquisa e aperfeiçoar equipamentos que hoje estão sendo produzidos por várias empresas catarinenses. É assim que eu imagino e sonho o futuro de Santa Catarina, para que o estado transforme-se em referência nacional e internacional em energia limpa e renovável. Nessa direção estamos fazendo parceria de empresa catarinense com empresa alemã, já montando uma *joint venture*, uma parceria para montar e construir novas tecnologias na geração de energia elétrica a partir da água substituindo turbinas.

Em segundo lugar, com relação a esse centro científico e tecnológico tivemos o compromisso, numa visita rápida, do deputado federal Cláudio Vignatti e da Senadora Ideli Salvatti, de articular com os 16 deputados federais e com os três senadores, uma emenda parlamentar coletiva referente a R\$ 10 milhões para iniciar o centro científico e tecnológico.

Já duas lideranças se comprometeram para articular com os demais deputados e senadores a constituição do pontapé inicial da construção desse centro. É assim que vamos transformar este estado; é assim que vamos transformar as nossas

regiões. Assim, além de infraestrutura como rodovias e ferrovias, o planalto norte, deputado Silvio Dreveck, pensa e precisa estrategicamente construir novas possibilidades.

Eu dialogava há poucos dias na universidade de Canoinhas, em uma palestra para estudantes de vários cursos de graduação, de pós graduação e mestrado, sobre os grandes potenciais das regiões de Santa Catarina. Em cada região, além de se produzir o tradicional, o que hoje fazem, é necessário se pensar novas estratégias, novos modelos paralelos e complementares ao que já está colocado lá. Além do potencial cerâmico/carvão no sul, o estado tem que pensar um novo modelo junto, paralelo e complementar; o setor moveleiro, no planalto norte, precisa manter-se e se fortalecer, mas paralelo e complementar a outros modelos de desenvolvimento econômico, bem como nas diferentes regiões do estado. Estou aqui só citando duas regiões.

E o sol é de graça, o vento é de graça, essa matéria-prima não se precisa pagar. Se eu preciso transformar este livro, tenho que pagar o papel. A água, o vento, o sol, a biomassa, que é um problema ambiental, pode-se transformar em uma alternativa econômica. Então, na terceira edição do sustentar 2010, o Centro Científico e Tecnológico foi a grande novidade, e nós queremos em poucos anos transformar Santa Catarina numa grande referência nacional e internacional.

A quinta novidade, deputado Silvio Dreveck, deliberada lá - essa idéia havia surgido já ano passado e agora voltou - foi que querem internacionalizar o Sustentar. A Europa, através de Portugal, financia o próximo encontro. E eles gostariam até o final deste ano de realizar a segunda edição do Sustentar não no Brasil, já na Europa, em Portugal.

Então, depende da decisão da Assembleia Legislativa apoiar os parlamentares, apoiar os especialistas. E em poucas semanas já apresentarei uma proposta a v. exa., como presidente da comissão, sobre a possibilidade de editar na Europa o Sustentar.

Para finalizar deixo a todos os deputados o segundo livro do Sustentar 2009, *Inevitável Mundo Novo - A relação entre as energias renováveis, produção de alimentos e o futuro do planeta*. É uma contribuição dos especialistas do Brasil e do mundo para transformar esse debate, um debate democrático, aberto, plural, para que na pluralidade da democracia nós possamos projetar o Brasil e Santa Catarina como um dos maiores produtores de alimentos saudáveis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de registrar a presença do prefeito de Princesa, Edgar Lamberty, e do Gisilfredo.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, servidores que nos acompanham na tarde de hoje neste Poder, demais pessoas presentes, autoridades.

Nós queremos tratar de dois assuntos neste pouco tempo que temos, um deles é ou continua sendo as manifestações legítimas e necessárias e importantes da juventude dos estudantes e da população de Florianópolis contra o aumento da passagem dos ônibus coletivos aqui da capital, a mais

cara do Brasil. Fica mais caro andar de ônibus do que carro.

Os poderes públicos trabalham para satisfazer a ganância do lucro de meia dúzia de empresários, aliás, dois ou três, somando bem não chega a dar meia dúzia. O Poder Público fica à disposição dos empresários do transporte coletivo, que é uma concessão pública. Esses têm interesse em ganhar dinheiro com o serviço que deveria ser público. A população se manifesta, a juventude se manifesta e, infelizmente, a polícia é chamada para reprimir os manifestantes.

Dizem que a manifestação não é pacífica, mas na verdade querem manifestações que não sejam manifestações. Querem manifestações passivas e não manifestações de contestação a essa situação colocada.

Já estamos na quarta ou quinta semana das manifestações, e a juventude não tem parado de se manifestar e merece o nosso aplauso por conta disso.

Na primeira semana, na primeira quinta-feira, houve sessão aqui; na segunda-feira quando aconteceram as manifestações, nós estávamos no interior participando das audiências do Orçamento. Mas se nós estivéssemos aqui na semana posterior, eu teria elogiado a atitude do coronel Nilton, comandante do 4º batalhão, na primeira semana das manifestações, porque quando outro lá, quase chefe, determinou que fosse baixado o porrete, ele pelo rádio disse que não com a seguinte frase: "Nós somos policiais e temos que manter a tranquilidade. Essa é a nossa obrigação profissional". Eu iria parabenizá-lo por essa postura, mas, na semana seguinte quando estávamos no interior, o coronel Nilton voltou a ser o que era antes, um combatente dos movimentos sociais, e ontem estava lá na Udesc, inclusive entrando na universidade, para reprimir e prender mais uma vez estudantes. Já foram mais de 20 pessoas presas, inclusive jornalistas, por conta das manifestações contra o aumento da tarifa, que é abusiva, criminosa e atenta contra os interesses públicos da população de Florianópolis e da grande Florianópolis.

Então, quero dizer que, na nossa posição, a responsabilidade é das autoridades municipais, estaduais e inclusive federais, porque é preciso uma política pública de transporte para as grandes cidades, e não há, o que é uma vergonha. A população está refém e à mercê dos interesses e da ganância dos empresários, que enriquecem às custas do povo trabalhador das maiores cidades deste estado e do país.

Outro assunto, ainda, que preciso falar, diferente deste que falei até agora, é a situação da Praia da Armação do Pântano do Sul. Como falávamos na semana passada, estamos cobrando das autoridades municipais e estaduais uma atitude rápida para evitar um desastre social e ambiental nessas praias, com a possibilidade do mar invadir o rio sangradouro e a própria Lagoa do Peri.

Quero, portanto, parabenizar o chefe do coronel Nilton, o prefeito Dário Berger, que esteve aqui reunido, organizou e tomou as iniciativas para que fosse feito o primeiro combate para defender a praia da Armação, a comunidade da Armação, a Lagoa do Peri e o meio ambiente.

Portanto, neste aspecto, neste caso, quero parabenizar o prefeito Dário Berger, pela atitude rápida que a prefeitura tomou.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, deputada Angela Albino, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Aleisc Digital, catarinenses que participam desta sessão, cumprimento todos em nome do secretário Douglas, de Biguaçu, que vem divulgar mais uma edição da Exponáutica, que irá acontecer na terceira semana do mês de junho. Certamente trata-se de uma grande feira náutica de Biguaçu, da grande Florianópolis e de Santa Catarina. Seja bem-vindo ao Parlamento.

Deputados Pedro Uczai, Cesar Souza Júnior e Antônio Aguiar, o assunto que quero abordar no horário destinado ao meu partido, na tarde de hoje, já abordei na reunião desta manhã, na comissão de Constituição e Justiça. É uma questão que esta Casa precisa de uma vez por todas, deputada Angela Albino, dar um encaminhamento.

Na semana retrasada não houve sessões aqui na Assembleia. Alguns deputados estiveram juntos com a comissão de Finanças e Tributação percorrendo o estado, da BR-116 para lá, tratando daquilo que dispõe a Constituição Estadual, que são as audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Na semana que vem, novamente, não haverá atividades, sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, durante uma semana inteira, porque vamos dar continuidade às audiências públicas do Orçamento Regionalizado, deputado Genésio Goulart, desta vez nas regiões próximas do litoral. Serão duas semanas sem atividades nesta Casa, num ano em que já adotamos um calendário especial em função das eleições, deputado Onofre Santo Agostini, e desde que isso foi implantado de resultado positivo para a população houve nada ou quase nada.

Eu sou um crítico, deputado Genésio Goulart, do Orçamento Regionalizado aqui, nesta Casa, desde 2007. E v.exa. sabe disso, porque a Assembleia Legislativa sai com toda uma estrutura, ficamos duas semanas sem atividades, envolvendo um grande número de servidores desta Casa, de deputados, que adaptam suas agendas para fazer essas audiências, chamam as lideranças da região, que vão lá discutir prioridades, e a imprensa notícia como se a região tivesse ganhado o que é elencado nas prioridades. Mas termina o ano, termina a execução orçamentária e nada da ação acontecer, deputado Genésio Goulart. E não é só neste governo, não. Nunca funcionou.

O Orçamento Regionalizado já deve estar previsto na Constituição há uns 15 anos, 16 anos, deputado, e nunca funcionou. E nós ainda não tivemos coragem de tomar uma atitude contra isso.

Por isso, quero, no plenário, nesta tarde, fazer um apelo. Propus uma proposta de emenda à Constituição do estado em 2007, portanto, há três anos, a PEC n. 0001/2007, que dorme na gaveta de algum parlamentar, propondo alteração para dizer que os 3% destinados ao Orçamento Regionalizado terão que ser impositivos. O governante de plantão, seja ele quem for, do partido que for, tem que executar aquilo que está previsto no Orçamento Regionalizado.

Ou transformamos esse Orçamento Regionalizado em impositivo, deputado Onofre Santo Agostini, ou vamos ter a coragem de retirar essa farsa da Constituição de Santa Catarina. Inclusive, não participo mais das audiências desde 2007, porque este é um processo de enganação que esta Casa não pode continuar fazendo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, quero assinar embaixo do que v.exa. está dizendo. É ridículo o que estamos fazendo. Eu também não participo dessa farsa, porque passamos a maior vergonha do mundo. Vamos lá gerar expectativas e nada acontece.

Recordo-me, deputado, que fui uma vez apenas. Uma só e nunca mais fui, porque as bases disseram que a prioridade no Orçamento era tal obra, e aqui, deputado, os deputados que dão sustentação ao governo votaram contra. Então, estamos fazendo um papel ridículo.

Concordo com v.exa. que não se pode mais gerar expectativas e nada acontecer. V.Exa. tem toda razão. Assino a emenda que v.exa. propôs. Voto a favor e não participo das audiências públicas para discutirmos o Orçamento Regionalizado.

Em sistema presidencialista, meu caro deputado Joares Ponticelli, e eu não preciso ensinar a v.exa. nem a ninguém, quem manda é o Poder Executivo e fim de papo. Se constar no Orçamento, o governo faz se quiser. Se não constar, o governo faz se quiser.

Então, não precisamos mais gastar dinheiro, gerar expectativas e fazer ao povo um papel ridículo que se faz com meia dúzia. Dizem que numa das regiões 70% eram funcionários da Assembleia Legislativa e que os outros 30% eram desiludidos que foram lá ver uma farsa que não resolve coisa nenhuma. Portanto, comungo com o pensamento de v.exa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini, incorpo a manifestação de v.exa. ao meu pronunciamento e espero que possamos desengavetar essa PEC, para transformar o Orçamento Regionalizado em impositivo ou então ter a coragem de retirar isso da Constituição do estado, para não fazer mais esse papel de enganação, que infelizmente, cumprindo o dispositivo constitucional, faz-se a cada ano.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o meu líder, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Apenas para registrar que participei de audiências no oeste catarinense, no meio oeste e para registrar e validar o quanto v.exa. tem razão em se pronunciar aqui neste Parlamento a respeito desse assunto.

Das audiências que participei, o que teve de participação foram funcionários das secretarias regionais e lideranças totalmente decepcionadas, por razões que já foram ditas aqui.

Então, ou mudamos e fazemos isso acontecer de forma impositiva, em que o governo assume o compromisso de destinar parte desses recursos e executar, ou não vamos mais participar de audiências públicas regionalizadas, porque estamos enganando e sendo enganados a cada ano que passa.

Portanto, fica aqui o nosso protesto. E vamos desengavetar essa sua proposta de emenda constitucional, para de fato acontecer o que pretendemos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Silvio Dreveck, incorpo a manifestação de v.exa. também.

Faço esse registro hoje, deputado Genésio Goulart, porque na semana que vem é na nossa região, o sul do estado. E já quero me antecipar, porque v.exa. sabe que não funciona. V.Exa. também já há muito tempo não acredita mais nesse processo, porque ele não funciona; enquanto não for impositivo, não vai funcionar.

O momento é agora, porque no ano que vem vai ter outro governante. E espero que

seja uma mulher, de cabelos lisos, que vá governar o estado. Então, que façamos a mudança agora, porque aí pelo menos 3% do Orçamento vão ser impositivos, vai ser obrigatório, ou seja, o governo vai ter que executar, e vamos conseguir atingir o objetivo das audiências do Orçamento Regionalizado. Mas enquanto isso não acontecer, não participo mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Gostaria de fazer o registro da presença de dois ilustres vereadores e lideranças do município de Governador Celso Ramos, meus amigos Mário Cesar e Anderson, que aqui vêm fazer reivindicações em favor daquele próspero município, principalmente à Quinta dos Ganchos, que é um compromisso do governo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Feito o registro, as boas-vindas aos vereadores de Governador Celso Ramos, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Apenas para registrar a presença aqui em plenário do deputado José Natal Pereira, do PSDB, homem que honra as fileiras tucanas e que tem dado a sua contribuição diuturnamente para o partido.

Hoje, inclusive na nossa reunião da bancada, o deputado José Natal que está aqui colocou as suas ponderações como homem de partido, homem simples, homem do povo, que certamente retornará a esta Casa com um mandato de mais tempo. Com certeza o deputado José Natal estará aqui para ajudar o PSDB a construir o futuro, porque o PSDB quer construir o futuro.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Boas-vindas ao deputado José Natal.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero registrar também a presença do nosso vice-prefeito, agora reabilitado, do município de Laguna, nosso querido amigo Fernando, que junto com mais alguns amigos de Laguna está na capital tratando de assuntos de interesse daquele próspero município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Boas-vindas ao vice-prefeito Fernando.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, dois rápidos assuntos couberam a este deputado, por determinação do meu líder Cesar Souza Júnior, neste Horário dos Partidos Políticos.

Primeiro, quero cumprimentar o ilustre deputado Pedro Uczai, que fez chegar às mãos de todos os deputados o livro de sua autoria *Inevitável Mundo Novo*, volume II, relação entre energias renováveis, produção de alimentos e futuro do planeta. Inclusive, principalmente, srs. deputados, numa das

páginas, a 215, ele faz referência às PCHs construídas em Santa Catarina. E aqui, deputado Antônio Aguiar, quero fazer justiça ao grande ex-governador Luiz Henrique da Silveira, pois foi graças à sua política de governo, em que tive o privilégio de ser secretário de estado, que tratou das PCHs em Santa Catarina. Só no período em que fui secretário, foram liberadas 80 PCHs, 80! São 176 em andamento; 80 já estão liberadas, 36 concluídas, 26 em andamento e 20 na fase inicial.

Todas as PCHs liberadas, deputado Antônio Aguiar, vão gerar 26% da energia necessária no estado de Santa Catarina, só as PCHs gerarão 26%! Não causa impacto ambiental e realmente traz grandes benefícios para o estado de Santa Catarina. E aqui o deputado Pedro Uczai faz referência à PCH Santa Laura, mas são 80 já devidamente autorizadas no estado de Santa Catarina.

Também quero ter o privilégio de poder cumprimentar o meu querido amigo, líder, deputado Cesar Souza Júnior, por uma razão simples, srs. deputados: ele está muito contente hoje, e como diria o caboclo lá da minha terra, deputado Antônio Aguiar, "tá mais contente do que uma égua de dois potrilhos". Por quê? Porque é o primeiro projeto de lei do deputado Cesar Souza Júnior, o primeiro que se torna lei!

Eu sei que v.exas. também viveram esse momento de felicidade, quando viram o primeiro projeto de sua autoria ser sancionado lei, tornar-se lei.

O deputado Cesar Souza Júnior entrou com um projeto de lei quando assumiu a Assembleia Legislativa e agora vê esse projeto coroado de êxito: passagem gratuita intermunicipal à pessoa que nós chamamos de idosa, a partir de 60 anos de idade.

Esta Casa votou o projeto de autoria do deputado Cesar Souza Júnior que por unanimidade foi aprovado. Houve o debate, as críticas etc., mas já se tornou lei, porque o nosso presidente da Assembleia promulgou a lei, deputado Cesar Souza.

Estou feliz por v.exa. ter sido o autor da matéria e por eu ter sido o autor do requerimento, porque esse projeto estava há mais de um ano nas gavetas das comissões. Então, fomos lá, através de um requerimento, e desengavetamos esse projeto.

Portanto, deputado Cesar Souza Júnior, meus parabéns! Parabéns mesmo! Eu me sinto feliz, deputado Cesar Souza, Cesinha, como eu digo na intimidade. Eu fico feliz de ser liderado por v.exa., fico contente porque o ilustre parlamentar tem sido útil ao povo de Santa Catarina, de modo especial às pessoas que nós, burramente, chamamos de idosas, quando na realidade são pessoas mais vividas do que nós. Aliás, eu já estou nessa fase, viu deputado? Eu já estou incluído nessa fase também. Mas essas pessoas que são mais vividas do que nós merecem o nosso respeito e, às vezes, nós, Poder Público, autoridades, não lhes damos o devido respeito. Precisou que v.exa. entrasse com o projeto de lei; e graças a Deus, a partir de hoje, é lei em Santa Catarina o transporte gratuito intermunicipal à pessoa da terceira idade. Claro que existe uma lei federal, mas em Santa Catarina, a partir do vigor da lei, estará sendo cumprido.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ouço v.exa. com muita alegria.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini. Agradeço suas palavras, só a parte da égua que... Mas, deputado, agradeço e digo o seguinte: esse é um projeto dos 40 deputados. A lei federal, o Estatuto do Idoso, já previa a

passagem gratuita para o idoso, para a pessoa com mais de 60 anos e que ganhe menos que dois salários mínimos, mas em Santa Catarina não havia essa possibilidade por não haver lei estadual.

Então, a lei foi aprovada por esta Casa e promulgada pelo deputado Jorginho Mello no exercício da Presidência. Agora é a cobrança sobre o Deter para que fiscalize a lei, para que divulgue a existência dessa lei, para que a pessoa com mais de 60 anos e que ganhe menos que dois salários possa fazer uso do benefício da lei. Inclusive, deputado, já convoquei uma audiência com o presidente do Deter e peço a v.exa. e a qualquer deputado que queira nos acompanhar para irmos até ao Deter exigir o cumprimento desse importante benefício já previsto no Estatuto do Idoso e até então não regulamentado em Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado, eu vou encerrar, mas agora, presente o ilustre deputado Pedro Uczai, quero na presença de s.exa. cumprimentá-lo pela feliz ideia.

Ainda bem que v.exa. é a favor das PCHs, porque encontramos muitos deputados que não têm as devidas informações e são contra a construção das pequenas usinas. Mas v.exa. aqui deixa bem caracterizado, e é a forma que temos, deputado, caso contrário teremos que ter energia nuclear, se tomarmos as devidas providências.

Por isso, vou ler com muito carinho, mas quero cumprimentar v.exa. pela ideia. Veja, ilustre deputado, que muitas vezes discordamos, mas no campo das ideias v.exa. tem uma posição clara como eu também tenho, mas tenho respeito e admiração por v.exa. e por todos os parlamentares. Podemos discordar no campo das ideias, não é? O que seria do Vasco se não existisse o Flamengo, e o que seria do vermelho, se não existisse o amarelo?

Muito obrigado, deputado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado pelos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos compartilhados com o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o nosso presidente em exercício, que representa a região de Brusque, os colegas parlamentares, as senhoras e os senhores deputados, você que nos assiste pela TVAL e escuta-nos pela Rádio AleSC Digital.

(Passa a ler.)

"É da maior gravidade o assunto que hoje apresento desta tribuna, motivo de reportagem especial na edição de domingo do jornal o *Estado de S.Paulo*: "Brasil se torna principal destino de agrotóxicos banidos no exterior".

Veja a importância desse nosso pronunciamento! A nossa alimentação está sendo prejudicada devido ao uso inadequado dos agrotóxicos, que repercuta na condição de médico e autor do projeto de lei apresentado nesta Casa sugerindo a adoção de conteúdo e atividades voltadas à orientação relativa ao manuseio de agrotóxicos e similares no currículo do ensino fundamental de escolas de áreas rurais.

Apresentei tal projeto em março do ano passado, mas foi arquivado pelo entendimento de vício de origem na apresentação da matéria. Ora, o nosso país, senhoras e senhores, tornou-se o principal destino de agrotóxicos banidos no exterior. O Brasil, que já é o campeão mundial no uso de agrotóxicos, também se tornou o principal destino de

produtos banidos em outros países. Nas lavouras brasileiras são usados ao menos dez produtos proscritos na União Europeia, nos Estados Unidos, na China, na Índia e até no Paraguai. As informações são da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, com base em dados das Nações Unidas e do ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O governo federal não leva adiante a reavaliação de tais produtos, etapa indispensável para restringir ou retirar do mercado aquilo que outros países já comprovaram que faz mal à saúde.

Desde a criação do sistema de avaliação de agrotóxicos, somente quatro substâncias foram banidas. Outras 14 tiveram avaliações sugeridas em 2008, mas divergências no governo, pressões políticas e ações judiciais impedem o avanço do trabalho da Anvisa. É muito grave! Somente uma substância, a Cihexatina, empregada na cultura de frutas cítricas, será banida a partir do próximo ano. Três outros produtos aguardam análise na comissão tripartite formada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o Ibama, o Ministério da Agricultura e a Anvisa.

Enquanto se aguarda decisões sobre a utilização de produtos suspeitos de danos à saúde das pessoas, o que vemos é o aumento desenfreado da importação de tais substâncias. É o caso, por exemplo, do Endossulfan, considerado um produto de alta toxicidade aguda, que está sob suspeita de provocar desregulamentação endócrina e toxicidade reprodutiva. É usado na cultura da soja, cana-de-açúcar e café. Saibam que a importação desse produto saltou de 1.800 toneladas, em 2008, para 2.370 toneladas, em 2009.

No mesmo caminho estão o Acefato e o Metamidofós. O Acefato já foi banido na União Europeia e nos Estados Unidos, por ser comprovadamente tóxico para o sistema nervoso, por suspeita de tóxico para o sistema reprodutivo e por provocar câncer. E está aí sendo usado nas culturas de tomate, soja, feijão, batata e amendoim, entre outras plantações.

Parece cômico, se não fosse trágico, o fato de o Metamidofós já ter sido banido no Paraguai, China, Índia e União Europeia por alta toxicidade aguda e por ser tóxico para o sistema nervoso e ser utilizado nas culturas de tomate, trigo, soja, feijão, batata e amendoim, produtos que são plantados aqui em Santa Catarina.

Vejam que o absurdo é tal que em fiscalizações em sete indústrias de agrotóxicos feitas pela Anvisa seis foram fechadas e a sétima foi atuada por omissão de informações. Houve até caso de adição de essências aromáticas para camuflar o cheiro do veneno, com o objetivo de tornar o produto mais tolerável pelos agricultores e vizinhos das indústrias que embalam os produtos. Isso é um crime, porque o próprio cheiro forte é para alertar sobre o risco da toxicidade.

No alho, no arroz e na cebola também é usado a Parationa-metilica, tóxica para o sistema nervoso, suspeita de desregulação endócrina e com potencial de provocar mutação nas células. Nós estamos falando de agricultura, de produtos que estão na nossa mesa e da saúde das pessoas, especialmente dos agricultores, de um custo imensurável para a saúde, pois quem fica doente aos poucos vai bater às portas dos nossos postos de saúde e hospitais e aumentar as filas do SUS, além de causar apreensão e dor para as famílias catarinenses e brasileiras. Isso tem que mudar!

As indústrias analisadas detêm 80% do mercado nacional. Lá foram aprendidas mais

de nove milhões de toneladas de agrotóxicos suspeitos.

Vejam que os agrotóxicos já são a quarta causa de intoxicação, atrás apenas de intoxicações por remédios, animais peçonhentos e produtos de limpeza, mas não há estatística para casos de intoxicação pelo consumo de alimentos contaminados."

Ora, tudo o que está acontecendo com agrotóxico, no Brasil, depende, sim, de fiscalização. Estamos nós, aqui, prontos para fazer com que essa fiscalização seja realmente efetuada pelos órgãos competentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O restante do tempo do PMDB será usado pelo deputado Renato Hinnig.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pelo restante do tempo do PMDB, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo este espaço no horário dos Partidos Políticos para fazer uma justa homenagem que tenho certeza que tem o apoio de todos os parlamentares desta Casa, haja vista que se trata de uma homenagem a uma coordenadoria desta Casa que completa 18 anos e atinge a sua maioria neste momento. Falo da coordenadoria de Tecnologia da Informação, que vou fazer aqui um breve histórico de como o trabalho foi-se desenrolando e desenvolvendo-se nesses 18 anos.

(Passa a ler.)

"Em 1981 foi criado, através da Resolução 615/1981, o serviço de teleprocessamento de dados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Sedetel. O serviço era composto por um terminal e uma impressora conectados ao sistema de informações do Congresso Nacional, através de uma linha de transmissão de dados da Embratel. O objetivo da criação do serviço era poder acessar a legislação, os projetos, as jurisprudências, entre outras informações federais (Informática AL, 2004).

No ano seguinte, 1982, foram compartilhados junto ao Tribunal de Justiça recursos operacionais de um computador Cobra 530, onde se operava os sistemas de contabilidade e execução orçamentária da Alesc.

O primeiro computador adquirido pela Alesc foi um modelo Cobra 405; depois vieram outros modelos, como o Cobra 530/580, o Medidata 486, e assim a Alesc começou a montar a sua estrutura informatizada de acordo com as necessidades da época.

A Divisão de Informática foi criada em maio de 1992, através da Resolução DP n. 42, de 29 de maio de 1992, e no período entre 1992/1993 a divisão definiu a implantação de uma rede de computadores, um processo difícil na época, visto que não havia, em qualquer órgão federal, estadual ou municipal, nenhuma experiência em rede Novel voltada para os objetivos da Alesc.

A rede foi instalada para atender, inicialmente, a três divisões: Divisão de Taquigrafia, Divisão de Anais e Divisão de Serviços Gráficos, com a finalidade de agilizar e minimizar custos na elaboração de documentos que eram submetidos à diagramação e posteriormente à impressão do Diário da Assembleia.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina passou a ser referência nacional no que diz respeito à informatização dos Legislativos estaduais; atualmente conta com um conjunto de aplicações orientadas para atividades relacionadas à Alesc e vem desenvolvendo diversos sistemas que visam aprimorar e agilizar as atividades tanto dos

processos administrativos quanto nos parlamentares (Informática, AL 2004).

Os anos foram passando, os demais setores da Casa foram sendo informatizados, as necessidades da Casa na área de informática cresceram e em 22 de dezembro de 2009 a então Coordenadoria de Informática é transformada em Diretoria de Tecnologia e Informações, agregando algumas coordenadorias e criando outras. Cito a Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, a Coordenadoria de Informações, a Coordenadoria de Redes, a Coordenadoria de Suporte e Manutenção e a Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento.

Hoje é considerada o coração da Alesc, uma vez que todos os setores da Casa necessitam utilizar a rede de computadores para realizar suas atividades."

Com esse breve histórico, faço menção e parabeno todos os servidores da diretoria de TI desta Casa, que com a sua dedicação e trabalho facilitam o dia a dia dos funcionários da Casa e de nós, parlamentares.

Para homenagear a diretoria, eu gostaria de contar com a participação do diretor e do coordenador fazendo a entrega de uma placa em homenagem ao diretor de ITI da Assembleia, sr. Carlos Mestre Crespo Luz, com os seguintes dizeres:

(Passa a ler.)

"Homenagem à Diretoria de Tecnologia e Informações pelos 18 anos de muito trabalho, desenvolvimento e inovações em prol do crescimento desta Casa. E que o futuro seja tão grandioso quanto foram esses primeiros anos de existência.

Florianópolis, 29 de maio de 2010"

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Antes de concluir, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, na data de hoje, do vereador Roberto Enning, conhecido como Mameta, dos vereadores Anderson Ajair Santos e Carlos Paz, de Governador Celso Ramos.

Muito obrigado pela presença e sejam sempre bem-vindos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu queria registrar a presença, no plenário da Assembleia Legislativa, do Agnaldo, presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Paulo Lopes. Ele coordenou uma grande reunião, na semana passada, na companhia do Neném, a quem não poderia deixar de parabenizar pela preocupação com o desenvolvimento econômico daquela região, o qual está aqui fazendo as justas reivindicações da cidade de Paulo Lopes.

Então quero agradecer a ele a presença em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, meu líder, deputado Serafim Venzon, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores presentes no plenário, hoje eu trago aqui à tribuna,

deputado Serafim Venzon, os dois grandes movimentos que o PSDB tem internamente. O primeiro é o movimento da juventude e o segundo é o movimento das mulheres. Mas vou encaminhar, inicialmente, o meu pronunciamento, na tarde de hoje, fazendo uma reflexão sobre política.

Quero dizer que aprendi em casa que o mais importante do que ser um homem de sucesso é ser um homem de valor; mais importante do que obter os resultados é cumprir os compromissos; mais importante do que o sucesso é a ética, é a moral, é o respeito ao meio ambiente. E o PSDB, através do seu núcleo de juventude, que se espria por toda Santa Catarina, começa a fazer uma grande discussão acerca de uma nova forma de fazer política. A política que precisa ser e é preciso voltar a ser, principalmente, o lar ampliado. O que é a política senão o lar ampliado? O que é a política senão os conceitos de família, de verdade, de ética e de moral que têm que ser colocados para o ente público?

Esse resgate o PSDB, através do núcleo de juventude do partido, tem feito, pelos quatro cantos de Santa Catarina, através do vereador Napoleão Bernardes, de Blumenau, do Andrijo Berber, de Blumenau, do Silvio Zimmermann, diretor do Desenvolvimento Econômico de Blumenau, do Olnear Ortis Ceccato, o Cecatinho, nosso vereador em Xanxerê, do Fábio Alexandre Dalonso, de Joinville, do Luiz Carlos Pinheiro, vice-prefeito de Lages, do Olimpierre, do Nikolas Salvador Bottós, do Jefferson Fonseca, do Bruno Negri, de Florianópolis, do Fabrício Oliveira, vereador de Balneário Camboriú, e da Katsumi Yamaguchi, junto com Moisés Faron, na cidade de Lages, do Índio da Silva, de Balneário Camboriú, do Matheus Bortoluzzi, de Xanxerê, e de tantas lideranças do PSDB que eu não posso esquecer-me de citar o nome deles porque têm feito esse debate, como o Waldir da Silva Neto, de Brusque, para que possamos incluir a juventude na política.

Infelizmente, a política tem aversão aos jovens, e os jovens começam a ter aversão à política. E para que isso não aconteça, para que a juventude possa retornar à política e que a política possa aceitar a juventude, é preciso participar. Ninguém pode se comportar como Pôncio Pilatos lavando as mãos e deixando para aqueles que aí estão continuar o caminho.

Eu vejo, neste plenário, o deputado Dieter Janssen, representante dessa nova geração, de uma geração que quer construir o futuro, que sonha pelo futuro, que quer entender o passado, mas que quer construir o futuro. E o PSDB jovem está de parabéns pelos movimentos que tem feito ao longo deste ano. Hoje, o partido tem o governador do estado, que muito nos orgulha pela sua responsabilidade, pelo seu jeito sincero e que não mudou. Leonel Pavan, antes e depois de ser governador, continuou sendo o mesmo Leonel Pavan, e a juventude tem-se espelhado no seu exemplo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Parabéns por v.exa. destacar aqui a importância que tem a juventude dentro da estruturação política.

A conduta, o exemplo tem que ser dado pelos mais velhos, por nós que estamos na frente, mas o partido se renova, adéqua-se com as realidades que temos através da juventude. São os jovens que trazem para dentro do partido as novidades, as necessidades novas, digamos assim, que precisam ser incorporadas, todos os dias, ao partido. E elas são trazidas e gestadas pela nossa juventude.

Quando eu era jovem, caro amigo deputado Giancarlo Tomelin, não com tanto entusiasmo como v.exa., eu me lembro de inúmeras vezes ter participado de movimentos estudantis, época em que levávamos aquelas placas, aquelas faixas com frases de impacto para os nossos governantes daquilo que deveriam fazer. Na verdade, aquelas frases, aquelas determinações que nós dávamos, sobrou para nós. Vinte anos, 30 anos depois daquilo que nós fazíamos temos que defender e fazer agora. De forma que quando a juventude traz alguma ideia para dentro do partido ele se renova, e a perspectiva é que no futuro o partido faça aquilo que eles estão pedindo e exigindo.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - É verdade, deputado. O partido oxigena-se, mas oxigena-se também com a presença das mulheres, porque a política sem as mulheres é como um céu sem estrelas: é opaco, é escuro.

Então, tenho convicção, deputado Serafim Venzon, de que o PSDB Mulher, coordenado por Helenice Luchetta, pela Celinha, pela Shirlei, pela Renata, pela Lealda, pela Márcia, pela prefeita de Cunha Porã, pela Luzia Coppi Mattias, que têm como exemplo Ruth Cardoso, incluirão a mulher e a juventude como dois braços tucanos fortes. Ruth Cardoso foi a criadora da Rede de Proteção Social, apelidada pelo atual governo de Bolsa Família.

Por isso tenho convicção absoluta de que esses dois movimentos, o da juventude e o das mulheres, precisam dar as mãos para que o PSDB e a sociedade possam construir um futuro melhor.

A construção do futuro depende de nós. Não adianta reclamarmos daquilo que deixamos de interagir, como no brilhante pensamento de Bertold Brecht sobre o analfabeto político, aquele que escanteia a política, que joga de canto como se dela não fosse parte e que não quer ser participe. Aqueles que não vêm para o debate público, para o debate de ideias, para o debate de posturas não podem depois reclamar das suas consequências.

Por isso estes dois movimentos, o PSDB Mulher e o PSDB Jovem, são importantes dentro do partido.

Mas não poderia encerrar o meu pronunciamento sem falar que ontem foi comemorado o Dia Mundial de Combate ao Tabagismo e ao Fumo. E o PSDB Mulher e o PSDB Jovem apoiam essa causa. Fomos um dos autores, juntamente com os deputados Antônio Aguiar, Cesar Souza Júnior e tantos outros deputados que interagiram, da lei de combate ao fumo. Essa não é exatamente a lei que eu queria. Ela teve modificações dentro deste Parlamento e confesso que fui voto vencido. Eu queria uma lei mais dura porque para problema grave não existe solução perfumada. Mas espero que possamos continuar nessa luta.

Não poderia encerrar o meu pronunciamento de hoje sem falar de Ingo Greuel, um líder da cidade de Blumenau, que fez com que a informática estivesse a serviço do homem. E assim ele fez criando o Cetil, na companhia de Décio Salles, dando um exemplo de empreendedorismo na região de Blumenau, que se espalhou pelo Brasil e pelo mundo.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna no horário do nosso partido para fazer

manifestações sobre grandes temas da conjuntura nacional e internacional.

Em primeiro lugar, quero dizer que este Parlamento precisa manifestar-se e repudiar uma ação autoritária e truculenta do governo de Israel contra navios de ajuda humanitária para a população da Faixa de Gaza. Quero fazer isso por uma questão humana, por direitos humanos e pelo direito que os povos têm de possuir seu próprio governo, seu território e sua soberania.

Então, por duas razões eu me manifesto em nome do PT. A primeira é pela autodeterminação dos povos. O povo da Palestina tem que conquistar a sua independência, a sua soberania e o seu território, da mesma forma que Israel conquistou em 1948.

Portanto, essa é a primeira posição em favor da luta do povo da Palestina, a favor da paz no Oriente Médio, a favor da autodeterminação dos povos.

Em segundo lugar, o repúdio à violência, à truculência não só de Israel com o navio, com o povo e com os agentes humanitários que levavam medicamentos e ajuda ao povo da Faixa de Gaza, mas à própria violência que Israel coloca, e coloca sempre mais, contra o povo da Palestina.

Então, acho que o Parlamento devia fazer uma moção aqui repudiando a violência de Israel.

E novamente os Estados Unidos, cada vez com menos força no cenário mundial, cada vez com menos hegemonia, encontram-se numa posição extremamente tímida na produção do documento da ONU. Teriam que ser muito mais veementes, muito mais decisivas, muito mais condenatórias a posição e o documento da ONU em relação à violência praticada pelo exército de Israel.

Eu quero falar aqui no Brasil. Eu estou muito feliz por esse momento que estamos vivendo no cenário econômico brasileiro. Nas últimas semanas, houve a projeção da nossa economia, a projeção do emprego, a projeção do desenvolvimento do país. Qual é a diferença central da política econômica construída nesses últimos anos? E o próprio crescimento econômico deste ano é diferente de outros tempos em que crescia a economia e concentrava-se o bolo. Ainda havia teses econômicas de que tinha que concentrar para depois distribuir, e nunca foi distribuído esse bolo nos tempos passados. Agora se casou um modelo de desenvolvimento econômico, uma política macroeconômica e uma política social que casa crescimento econômico com distribuição de renda.

Durante a ditadura militar o país cresceu muito, mas concentrou a riqueza produzida. Nesses tempos de governo do presidente Lula, é a primeira vez no Brasil em que a síntese de um governo é o crescimento com distribuição de renda, com aumento do poder de compra da classe trabalhadora, com geração de empregos. E é por isso que a crise foi dissipada com tanta rapidez. Por isso que este ano, enquanto a Grécia e a Europa passam por diferentes dificuldades sociais e econômicas, com medidas neoliberais novamente...

E isso me lembra os governos anteriores. Vejam: em Portugal havia 300 mil pessoas manifestando-se na última semana contra a receita dos neoliberais. Colombo disse que acabou o neoliberalismo há 30 anos. Mas o que eles fizeram? Em primeiro lugar, arrocaram o salário, congelaram os investimentos públicos e aumentaram impostos. A receita do FMI foi o aumento de impostos. O presidente Lula baixou a taxa tributária em setores estratégicos, como o da

construção civil, o da linha branca e o de automóveis.

Em segundo lugar: contenção do crédito. O governo Lula aumentou o crédito através do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

Em terceiro lugar, o governo de Portugal e alguns países da Europa reduziram os investimentos públicos. O governo Lula aumentou os programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, que prevê a construção de um milhão de casas - 800 mil já foram contratadas.

Portugal e Grécia contiveram os recursos de salários, não aumentaram os salários, e os servidores públicos tiveram congeladas as suas condições. O governo Lula aumentou em 16% o salário mínimo numa única vez, permitindo um maior poder de compra, aumentando o poder aquisitivo, permitindo a geração de emprego, um recorde em abril com 305 mil trabalhadores com Carteira de Trabalho assinadas. Esse é um recorde histórico e demonstra que esse caminho não tem mais volta; que este Brasil vai-se transformar num grande país que não mais se ajoelha às receitas do FMI, que agora está recebendo para a Grécia, para Portugal e para os demais países europeus.

Por isso estou feliz em comemorar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, esses números e esses dados. Não gostaria que a Grécia estivesse nessa condição e que os 300 mil trabalhadores de Portugal precisassem manifestar-se.

Mas quero dizer que o Brasil está levando a sério o compromisso que o presidente Lula assumiu em 2003, crescer e desenvolver-se e distribuir renda e gerar emprego. E é nesse contexto que estamos construindo este projeto e esta nação.

Fico feliz porque junto com os programas sociais estamos expandindo novas escolas técnicas federais e novas universidades federais. Quando sinalizei aqui, no meu pronunciamento anterior, constituir-se um centro científico e tecnológico relacionado às energias renováveis foi porque teremos no governo federal um grande parceiro e financiador dessa iniciativa.

O deputado Onofre Santo Agostini esteve nesta tribuna parabenizando o deputado Cesar Souza Júnior pelo projeto dos idosos. E antes de concluir o meu pronunciamento, quero fazer uma referência ao benefício de mobilidade aos idosos, até porque este deputado, há dez anos, apresentou um projeto e faltaram dois votos para aprová-lo. Na época, inclusive, o plenário estava cheio de idosos dizendo: "Vote, deputado, vote, deputado"! Escrevi um livro também discutindo isso; depois retornei e fui prefeito de Chapecó. O deputado Cesar Souza apresentou, à época, projeto de lei no mesmo sentido, mas não conseguiu aprová-lo; agora o deputado Cesar Souza Júnior apresentou um projeto definindo que, a partir dos 65 anos, os idosos têm direito ao benefício. Este deputado apresentou uma emenda diminuindo a idade mínima para 60 anos. Vimos ser aprovada a emenda e, então, comemoro essa vitória dos idosos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte para que eu possa resgatar a verdade?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAU - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. tem toda razão, pois o projeto é de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, mas v.exa. apresentou uma emenda diminuindo a idade de 65 para 60 anos. Faça justiça a v.exa.!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Onofre Santo Agostini, muito obrigado.

Concluo comemorando, pois os idosos terão transporte intermunicipal grátis a partir dos 60...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, antes de iniciarmos a Ordem do Dia, esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se concordam com a suspensão da sessão por dez minutos para que possamos fazer, na Sala de Imprensa, a promulgação da PEC aprovada na semana passada e até para termos simetria na divulgação dada à matéria semelhante aprovada recentemente.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei Complementar n. 0005/2010; e Projetos de Lei n.s: 0130/2010 e 0132/2010.

Srs. deputados, nós temos na pauta a discussão e votação de um veto parcial ao PL n. 0423/2009. Temos também sobre a mesa o requerimento subscrito pelos srs. líderes para que seja suspensa a sessão, a fim de ouvirmos o prefeito de Anitápolis, sr. Fábio Pereira, falar sobre as questões do município.

Como temos deputados que agora estão concedendo entrevistas na Sala de Imprensa, vou suspender novamente a sessão para que o prefeito use a palavra. Logo em seguida apreciaremos o veto, porque precisamos de quórum qualificado.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dieter Janssen, de Jaraguá do Sul.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, gostaria de me solidarizar com o prefeito de Anitápolis e com as demais lideranças do município que estão aqui.

Como testemunho, presidente do CDL, o meu cunhado, que é médico no município, trabalha na Clínica Solar das Colinas, e frequentemente ele nos coloca a dificuldade de acesso à clínica para poder fazer os atendimentos. Inclusive, na última semana, havia dificuldade para se ter acesso à cidade, e não podiam fazer o atendimento dos pacientes que estavam internados na clínica em recuperação.

Então, quero dar este testemunho da necessidade do apoio do governo do estado para aquela cidade com relação às dificuldades de acesso.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, primeiro gostaria de agradecer a v. exa. e às lideranças por conceder este espaço para o prefeito Saulo Weiss, para o presidente do CDL, e dizer que a bela cidade de Anitápolis passa pelos momentos, quem sabe, mais difíceis de sua história, e é importante o apoio desta Casa no sentido de darmos estrutura para que o município possa se recuperar, já que, das 27 comunidades, todas ficaram com o acesso prejudicado.

Quem sabe consigamos ajudar com a luta, principalmente dos deputados da grande Florianópolis, Marcos Vieira, Lício Mauro da Silveira, Cesar Souza Júnior, Renato Hinnig, com um trabalho suprapartidário, com o apoio de outros deputados que aqui se manifestam de outras regiões, com esse espírito de solidariedade junto ao governo do estado de Santa Catarina, porque foi o único município da grande Florianópolis a ter o problema.

Então, o apoio da Assembleia Legislativa é fundamental para que Anitápolis se recupere, continue a ser um município produtivo e a bela cidade que é. Mas, hoje, depende essencialmente do apoio político desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu quero cumprimentar as lideranças de Anitápolis, o prefeito, os dirigentes e os vereadores que estão aqui, porque há realmente essa necessidade. Nós conhecemos muito bem esse caminho e a demora da realização do acesso asfáltico ao município. Faz muitos e muitos anos que as obras estão em andamento e não chegam ao fim. Nos dois lados há problemas, até no sul, no sentido da grande Florianópolis ao município.

Então, existe a necessidade, sr. presidente, de um esforço concentrado do governo do estado de investimentos tanto na questão das pontes, dos acessos às comunidades, como também do próprio acesso ao município.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sr. prefeito Saulo Weiss, assomo a esta tribuna para fazer um apelo aos deputados desta Casa para que se somem aos apelos feitos pela população da cidade de Anitápolis.

Quero deixar também registrado que recebi dos srs. vereadores, do presidente da Câmara, o vereador Davenir Machado, que se faz presente, também um apelo no sentido de fazer com que o governo do estado agilize a retirada das barreiras que estão interrompendo a rodovia.

Ainda ontem falei com o secretário Rubens Spornau e hoje com o presidente do Deinfra Romualdo França. Eles afirmaram que, a partir de amanhã, haverá mais uma patrulha para fazer a retirada das barreiras, posto que, na semana passada, houve realmente muita chuva, o que impossibilitou a desobstrução da rodovia. Mas o governo do estado está tomando providências.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Da mesma forma que os deputados fizeram suas colocações com relação à SC-407, quero saudar aqui as autoridades de Anitápolis, também o presidente do CDL, o presidente do meu partido, e dizer da gravidade da situação que se encontram Rancho Queimado, Anitápolis e Santa Rosa de Lima. Está um caos. E temos que fazer aquilo que o deputado Edison Andrino sugeriu aqui, ou seja, juntarmos-nos para buscar uma solução o mais rápido possível para que esse problema seja atenuado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, eu gostaria de cumprimentar o prefeito Saulo e as lideranças de Anitápolis que estão nesta Casa, nesta data, que fazem um relato de todo o problema vivenciado por Anitápolis em função desses eventos climáticos que se têm abatido sobre este estado, especialmente pelas chuvas em grande volume que aconteceram nos últimos dias. A situação ficou muito complicada no município de Anitápolis que precisa do envolvimento político que o prefeito e as lideranças estão buscando. E cabe a nós, deputados com representação nesta Casa, reivindicar ajuda junto ao Executivo e aos órgãos que têm responsabilidade e condições de auxiliar a população e o município de Anitápolis, que passa por este momento de dificuldades.

Quero mais uma vez colocar-me à disposição do município de Anitápolis para ajudar em tudo aquilo que for possível e no que estiver ao nosso alcance.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero solidarizar-me com o prefeito e com todas as lideranças de Anitápolis que aqui estão. Até o deputado José Natal, que foi o último a passar por lá, já me tinha colocado como a situação é crítica. Conversei com o prefeito Celso Heidemann, de Santa Rosa de Lima, que também nos relatava as dificuldades e o verdadeiro estado de abandono.

Agora, não posso ficar ouvindo aqui - até porque sou católico e estamos no mês de junho, o mês de aniversário de São Pedro e São Paulo -, os deputados do governo colocarem a culpa em São Pedro. A culpa é de um governo que está há sete anos e meio enganando aquela gente. E não venham tascar a culpa no coitado do São Pedro porque chegamos ao mês dele. Vamos respeitar pelo menos os santos. O governo precisa resolver isso urgentemente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tenho dito às vezes, e é um ditado gaudério, do meu Rio Grande amado, que morro e não vejo tudo. Vou morrer de velho e não vou ver tudo o que está acontecendo. Jamais eu imaginaria que um prefeito teria que assomar a esta tribuna deste Parlamento para fazer um apelo a fim de que o governo tome providências. O que é que as secretarias de Desenvolvimento Regional estão fazendo? Há uma estrada em Macieira, já faz mais de sete anos, que quando chove o pessoal fica ilhado. Não é só em Anitápolis, mas em muitos outros municípios. O deputado Romildo Titon conhece a situação de Campos Novos, de Ibiama, de Tangará,

municípios em que está impossível trafegar. E é assim em tantos outros, sr. presidente.

Sr. presidente, isso depõe contra o estado de Santa Catarina. Como catarinense, como deputado desta terra, eu não consigo entender e assistir ao desleixo deste governo. Pelo amor de Deus!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Meu caro presidente, eu estava atento aqui e quero me colocar à disposição para ajudar, para contribuir. Agora, não posso aceitar quando o deputado Joares Ponticelli diz que já estamos no governo há sete anos e meio e não fizemos nada. Eles estiveram por oito anos e quero que me digam o que foi feito.

Então, vamos analisar as coisas, pois um momento é diferente do outro. É preciso haver um pouco de respeito, pois foram sete anos de trabalho, de dedicação de Luiz Henrique, e hoje Leonel Pavan vem cumprindo a sua missão.

Agora, precisamos lembrar, por exemplo, que a BR-101 já está em obras há seis anos, mas que era um compromisso de três, quatro anos e ainda não está pronta. Então, não dá para cobrar tudo isso, precisamos olhar um pouquinho para trás. E o deputado Joares Ponticelli deve saber que durante os oito anos em que estiveram no governo não realizaram nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.495/2010, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0423/2009, de procedência governamental, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais em Santa Catarina, instituído pela Lei n. 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Considerando que o deputado Onofre Santo Agostini não está presente e que esta é uma matéria que ele tem acompanhando desde o início, solicito, se for possível, a sua retirada da pauta no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver concordância de todos os srs. líderes a matéria poderá ser retirada. Se não houver, ela será votada.

Consulto os srs. líderes se há concordância sobre a retirada da matéria. (Os líderes aquiescem.)

A matéria está retirada de pauta e retornará à Ordem do Dia de amanhã.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0307/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0308/2010 e 0309/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; e 0310/2010, 0311/2010 e 0312/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere os Requerimentos n.s: 0749/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0750/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 0751/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0752/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0753/2010, de autoria do deputado Edison Andrino; 0755/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0756/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0757/2010, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0759/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0760/2010 e 0761/2010, de autoria do deputado do deputado Giancarlo Tomelin; 0762/2010, 0763/2010 e 0764/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0765/2010 e 0766/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai.

Requerimento n. 0743/2010, de autoria do deputado Edison Andrino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, sugerindo que seja permitida a alteração de zoneamento e de gabarito na área do aterro da baía sul, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0754/2010, de autoria do deputado Edison Andrino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Pesca e Aquicultura, ao presidente e ao superintendente do Banco do Brasil e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a prorrogação por pelo menos 60 dias dos vencimentos de parcelas de empréstimos e financiamentos concedidos aos pescadores das regiões afetadas no litoral de Santa Catarina pelas más condições do mar e pela erosão da praia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0758/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria das empresas Claro, Tim e Vivo, solicitando a instalação de antena de telefonia móvel no Distrito de Taquara Verde, município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0767/2010, de autoria do deputado Dagomar carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Pesca e Aquicultura, solicitando urgência na tramitação do processo de legalização da atividade de maricultura e do maricultor, através da cessão das áreas do cultivo e da obtenção do registro de aquicultor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0042/2010, de autoria do deputado Reno Camorini, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando medidas administrativas e emergenciais visando à implantação de uma unidade da Rede de Hospitais Sarah Kubitschek e de Reabilitação no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0043/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, solicitando a incorporação de 16,78% aos servidores públicos da Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0044/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Infraestrutura, solicitando mudanças que beneficiem a população através da Lei do Passe Livre aos usuários do *ferry boat* entre Itajaí e Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0076/2010, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, solicitando informações sobre a divulgação dada para a garantia da composição do conselho gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina, referente às cadeiras reservadas aos representantes da sociedade civil organizada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Na ausência do deputado Marcos Vieira, com a palavra o próximo orador, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero aqui registrar, no dia de hoje, o grande evento que aconteceu, na última sexta-feira, no município de Chapecó, o II Encontro

Regional da Habitação da Agricultura Familiar. Foi um encontro que marcou. E para coroar esse processo todo de organização, de debate e de luta dos agricultores familiares, para construir uma política nacional de habitação para a agricultura familiar, no dia de ontem, aconteceu a assinatura de 43 contratos, em Chapecó na Caixa Econômica Federal. Eram os primeiros 43 contratos do Programa Nacional de Habitação para a Agricultura Familiar do grupo I, de pessoas de baixa renda do meio rural.

Ao todo 193 contratos serão assinados durante esta semana e na semana próxima, o que marca a grande vitória de uma luta que vem ocorrendo nos últimos 20 anos. Os agricultores vêm colocando em suas pautas de reivindicações uma política de habitação diferenciada, porque a sua realidade é diferente da realidade de um operário, de um trabalhador que recebe mensalmente o seu salário, que paga seu Fundo de Garantia, seus direitos junto ao salário, porque o agricultor tem a sua safra anual muitas vezes prejudicada e existem diversas atividades na agricultura familiar.

O que está comprovado com a experiência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Pronaf, é que os agricultores pagam seus créditos em dia. Nós nunca chegamos numa situação de mais de 2% de inadimplência no Pronaf; por isso, esse tratamento diferenciado, essa política diferenciada para os agricultores, na área da habitação rural. Então, são famílias que vão receber um benefício de até R\$ 12 mil a fundo perdido, e esses recursos serão destinados para obterem a sua casa própria.

Além disso, além desse programa relativo ao grupo I, já está regulamentado também o grupo II e III, e este último grupo praticamente quer apenas o financiamento para os agricultores que querem fazer reforma ou construção de suas casas.

Então, esse encontro realizado na sexta-feira, com mais de seis mil agricultores e agricultoras dos três estados do sul, teve uma repercussão muito positiva e contou com a presença de ministros, lideranças, deputados, senadores.

Enfim, um grande número de lideranças sindicais e de movimentos sociais em cooperativas marca essa nova etapa que - sempre digo - foi uma das grandes conquistas dos últimos 30 anos dentro da luta da Previdência, da aposentadoria, do Pronaf e agora da habitação rural.

Ficamos muito felizes de poder ter participado dessa história da luta por uma política pública em que o estado, a política pública, o recurso público, volta a beneficiar a nossa população no sentido de ter uma casa digna, um local digno para poder morar.

Então, deputado Pedro Uczai, ontem à tarde, quando houve a assinatura dos primeiros contratos, homens e mulheres que moram no meio rural já haviam perdido a esperança de um dia ter uma casa digna. No meio rural, inclusive, alguns que foram para a cidade voltaram para o interior morar com os pais, com a família, para cuidar do pai, da mãe, ficar na propriedade morando junto com os pais, mas sempre queriam ter a casa própria.

Assim, é um momento bastante importante, um momento que dá largada a uma nova política e que o nosso governo, o governo do presidente Lula, cria esse sonho.

Antes muito se falava em valorizar a agricultura familiar, as pessoas que produzem alimento, mas a política pública não chegava, o recurso público não chegava. E agora nós temos essa importante política sendo iniciada, mais uma das grandes conquistas que vêm justamente mostrar essa perspectiva de que a agricultura familiar precisa ter uma política

séria de habitação para dar uma casa digna para os agricultores poderem morar bem, poderem continuar trabalhando, lutando, para a juventude ficar lá para continuar essa atividade tão importante que é a produção de alimentos.

Então, fiquei muito feliz ontem em poder também representar a Assembleia Legislativa nesse ato, nessa atividade com a Caixa Econômica Federal, em Chapecó. E aqui se precisa fazer justiça à equipe da Caixa Econômica Federal de Chapecó, que se vem destacando nas políticas de habitação não só no meio rural, no interior, mas também na cidade, liberando milhares e milhares de contratos, trabalhando incansavelmente para que as pessoas, as famílias, tenham de fato acesso à habitação e o governo tem colocado recursos à disposição para essas famílias.

Então, estamos muito felizes de poder contribuir com esse processo e estar acompanhando também toda essa luta, seja no encontro na última sexta-feira, seja na assinatura ontem dos contratos de habitação do grupo I, que é o primeiro programa que já começa a ser liberado dessa política nacional de habitação para a agricultura familiar.

Muito obrigado, sr. presidente! Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, pessoas que nos ouvem pela Rádio Aleisc Digital, pessoas presentes.

Senhor presidente, inicialmente gostaria parabenizar e registrar o recebimento de um convite para a inauguração do centro multiuso e revitalização do Hotel Sesc Cacupé, do qual participamos, ontem, na Assembleia. Foi o evento da entrega de um novo prédio do centro multiuso, um auditório especialmente feito para treinamento dos comerciários, para palestras, enfim, maneiras diversas de novos aprendizados fazendo com que os comerciários possam cada vez mais ter qualidade no seu trabalho, na sua qualificação.

Então, parabéns a toda diretoria do Sesc, ao presidente da Fecomércio por esta revitalização, inclusive da parte hoteleira, aumentando o número de apartamentos do Sesc Cacupé. Inclusive, até passaram ontem um vídeo para os presentes da estrutura do Sesc, especialmente na questão dos hotéis, mais especificamente de Lages, de Blumenau e de Florianópolis, três estruturas belíssimas, proporcionando que o comerciário possa circular pelo estado de Santa Catarina e até pelo Brasil em outros endereços do Sesc, fazendo o reconhecimento de todas as belezas do nosso país.

Ontem, tivemos uma palestra oferecida aos presentes pelo sr. Oscar Motomura, falando bastante sobre empreendedorismo, gestão.

Aproveitando o nosso espaço, temos ainda duas requisições, duas solicitações do município de Jaraguá do Sul com relação à infraestrutura, uma das bandeiras deste deputado aqui, nesta Casa, especificamente hoje, na questão do asfalto. Temos duas situações em Jaraguá do Sul: o nosso condomínio industrial, feito, edificado, quando nós estávamos na prefeitura municipal de Jaraguá do Sul, e hoje nós temos diversas empresas neste condomínio industrial. E uma segunda etapa está sendo também feita pela administração atual e pela administração da última gestão, onde existe um espaço reservado para a Apevi, Associação das Pequenas Empresas do Vale do Itapocu.

Estava pleiteado para fazer a instalação de uma incubadora industrial, na qual a Apevi teria espaço para fazer toda a preparação de pequenas empresas do nosso vale. Essa área que foi destinada para esse condomínio industrial, para a geração de emprego naquela região, carece de um asfalto para ter um acesso com mais qualidade. Nós temos algumas casas que ficam próximas ao acesso que estão com dificuldades devido à poeira, aos buracos ocasionados pelo grande fluxo de caminhões que dão acesso a esse condomínio industrial. Inclusive, muitas dessas casas estão rachando.

O estado está com esse projeto, e nós estamos cobrando para que a secretaria de Infraestrutura, na pessoa do secretário Rubens Spornau, possa dar uma atenção especial para essa situação no município de Jaraguá do Sul.

Com relação à infraestrutura, nós temos dois hotéis que ficam no Ribeirão Grande, em Jaraguá do Sul. São dois hotéis bastante conhecidos, Hotel Estância Ribeirão Grande e o Hotel Vale das Pedras. É uma região bastante turística da nossa cidade, com belíssimos morros, só que carece de infraestrutura para um melhor acesso a esses dois hotéis, melhorando todo o turismo daquela nossa região.

Hoje, nesta Casa, tivemos a solicitação de uma pessoa que trabalha aqui, na Assembleia, que vai fazer uma visita a Jaraguá do Sul e vai se hospedar nesses hotéis. E quando informamos que não havia acesso asfaltado num pequeno trecho praticamente houve uma desmotivação dessa pessoa, que, com certeza, gostaria, como todos, que fosse possível chegar nesses hotéis. Então, temos que ter acesso para essa via turística de Jaraguá do Sul, com uma infraestrutura de asfalto.

Fica, então, a solicitação deste deputado para essas duas obras, para as quais a secretaria de Infraestrutura já tem o projeto, já está no governo do estado.

Desta forma, solicitamos que o secretário Rubens Spornau possa dar uma atenção toda especial para a nossa região com relação à geração de empregos. Tanto no turismo quanto no condomínio industrial a preocupação deste deputado sempre é alavancar a questão do apoio a essas bandeiras, que é o turismo no Brasil e a questão das empresas, da microempresa principalmente, dando a infraestrutura necessária para que essas empresas possam se expandir.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu estava inscrito antes do deputado Sargento Amauri Soares, talvez tenha havido algum equívoco. Peço a v.exa. para usar a palavra agora.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Deputado, aqui pela ordem de inscrição seria agora o deputado Kennedy Nunes e depois o deputado Manoel Mota. Se houve esse equívoco não foi da parte desta deputada.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Claro que não!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Então, vai depender dos dois deputados que estão inscritos. Logo em seguida seria v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Só para esclarecer, a deputada Ana Paula Lima havia falado antes porque trocou com outro deputado, e aí seguiria a lista, como a senhora está seguindo. Retirei a minha inscrição por iniciativa própria, portanto não tenho absolutamente nada a ver com esse problema. Houve uma troca, e a lista segue na sequência. Não sou responsável por esse mal entendido.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Não, mas acho que v.exa. está entendendo...

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputada Ada De Luca, a confusão ocorreu por uma troca anterior, mas aí como ao lado do nome da deputada Ana Paula Lima estava assinalado um OK, entendeu-se que todos aqueles que estavam antes já teriam falado. E não foi o meu caso.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Pois é, deputado Serafim Venzon, mas aí quem estava presidindo a sessão não era esta deputada; portanto, não posso explicar. Agora, nesse tempo todo que estamos perdendo aqui, o deputado Kennedy Nunes já poderia ter falado e já estaria quase na sua vez.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Só quero esclarecer novamente que não tenho nada a ver, portanto não é minha responsabilidade se o deputado Serafim Venzon perder sua inscrição. Apenas retirei a minha inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Nessa mesma situação estão os deputados Serafim Venzon, Edison Andrino, Marcos Vieira e Joares Ponticelli. Esses deputados acho que foram chamados e não estavam ou ainda não foram chamados. Não sei o que houve! O deputado Edison Andrino também estava inscrito, não? Ele estava aqui?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - O deputado Edison Andrino estava aqui, deputada Ada De Luca.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Deputado Serafim Venzon, v.exa. quer me responsabilizar por uma coisa que não fez?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Não, deputada, não é isso, apenas estou colocando que a minha inscrição era antes da do deputado Sargento Amauri Soares e estou querendo falar agora apenas para corrigir esse equívoco.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Mas eu não posso alterar a ordem de inscrição agora.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Antes de v.exa. começar, deputado Kennedy

Nunes, permita-me dizer que eu e o deputado Edison Andrino estamos agoniados, deputado Reno Caramori, com a situação de Anitápolis.

Faço esse registro para ver se podemos tomar alguma providência, deputado Reno Caramori, v.exa. que é presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, juntamente com o deputado Edison Andrino, que tem feito um trabalho extraordinário, para que nos socorram. Eles estão apavorados, deputado Kennedy Nunes, não sabem mais o que fazer, e nós, parlamentares, temos que cobrar uma ação rápida.

Veja v.exa. que a estrada está largada, porque há uma empresa responsável, e o governo não pode fazer nada na estrada porque ela é de uma empresa. A situação é realmente dramática, e temos que achar uma saída para tentar resolver esse impasse.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Senhora presidente, srs. deputados, eu penso, deputado Onofre Santo Agostini, que juntamente com essa comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano temos que levar isso ao Executivo, ao Deinfra, à secretaria regional, porque senão é mais um lá para atolar o carro e não vai resolver nada.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Kennedy Nunes, quero somente fazer um esclarecimento, pois estive reunido com o presidente do Partido Progressista de Anitápolis, juntamente com outros srs. vereadores, e já estou formatando um documento, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, dirigido ao responsável pelo Deinfra para que tome as devidas providências e atione a empresa. É lei, ou seja, a empresa é detentora da concessão ou da obra e ela é obrigada a dar trafegabilidade no trecho para o qual foi contratada.

Então, é uma questão de exigência do próprio Deinfra para com a empresa. Já estou formatando esse documento e quero ver se encaminho ainda hoje.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham nesta sessão no dia de hoje, não dá para entender como é que o governo do estado vai tomar uma atitude dessas, deputado Valdir Cobalchini, com relação à Cidasc, que é uma companhia do governo do estado.

Srs. deputados, os funcionários que aderiram a esse PDI agora estão sem saber o que fazer, em razão da Resolução n. 0008/2010, assinada pelo governo do estado, que resolve criar as mesmas regras de impedimentos já rechaçadas pela Justiça do Trabalho, ou seja, em total desrespeito a uma ordem judicial. E esta resolução, inclusive, com a assinatura do governador Leonel Pavan, promete recriar regras ilegais, em total desrespeito à ordem judicial emanada na 1ª Vara de Trabalho aqui da capital dos catarinenses, Florianópolis.

Para resumir a história, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é líder do partido do governo, no mês de maio de 2009, o sindicato impetrou uma reclamatória trabalhista objetivando cobrar diferenças de horas-extras e adicional noturno para trabalhadores da Cidasc, entendendo que essas verbas estão sendo calculadas de forma errada. Em razão dessa ação trabalhista, a Cidasc iniciou a propagação do terror entre os seus funcionários, principalmente aqueles que estavam na iminência de desligarem-se da empresa pela adesão ao PDI.

A Cidasc agindo sem a mínima ética, passou a impedir a saída dos demissionários através do Programa de Demissão Incentivada, afirmando que a culpa era do sindicato que havia entrado com uma ação trabalhista contrariando as regras do referido plano demissional.

Em 21 de agosto do ano passado o sindicato impetrou uma ação anulatória da cláusula do PDI na 1ª Vara do Trabalho, objetivando comprovar que a letra "a" da cláusula do PDI é totalmente ilegal. Diante da urgência na mesma ação, requereu a antecipação dos efeitos da tutela para que a empresa fosse proibida de impedir a saída dos inscritos no PDI sob a alegação de ações trabalhistas individuais e coletivas em tramitação.

Em 25 de setembro de 2009, o Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado nesta ação do PDI, manifestou-se pela legitimidade do sindicato e pela concessão da tutela antecipatória para permitir que os empregados da Cidasc interessados em aderir ao PDI o façam sem necessidade da desistência de ações trabalhistas, sob pena de multa de R\$ 1 mil por dia e por trabalhador. Estou falando de uma decisão da Justiça, deputado Dieter Janssen.

Segundo o mesmo entendimento no dia 22 de outubro do ano passado, o excelentíssimo juiz da 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis, em decisão liminar, acolheu o pedido de antecipação dos feitos da tutela para permitir que os empregados da Cidasc interessados em aderir ao PDI o façam sem a necessidade dessas decisões de ações já ajuizadas.

Após audiência, a Cidasc apresentou defesa, juntou documentos e, no dia 11 de maio de 2010, o juiz do Trabalho, Luciano Paschoeto, proferiu sentença declarando nulas as cláusulas II, alínea "a", VII e X do Programa de Demissão Incentivada da Cidasc - PDI.

O juiz da 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis disse que é nulo. Por quê? Porque o PDI da Cidasc exigia que o funcionário que tivesse ações ajuizadas desistisse ou abandonasse as decisões.

Além das nulidades indiciadas, o juiz do Trabalho confirmou a aplicação de multa contra a Cidasc no valor de R\$ 1.000,00 por mês para cada funcionário negativedo, em razão de ações trabalhistas coletivas ou individuais.

Portanto, para surpresa do Sindicato dos Trabalhadores da Cidasc, quem aderiu ao Programa do PDI, além de ter essa decisão favorável da Justiça, o governo do estado, mesmo com uma sentença judicial impedindo que os trabalhadores fossem prejudicados, o Conselho de Política Financeira da secretaria Executiva do estado de Santa Catarina, através da Resolução n. 008/2010, resolve criar novamente a ilegalidade.

Essa resolução levava a assinatura do governador, dos funcionários da direção da Cidasc, da secretaria da Fazenda, menos, deputado Antônio Ceron, do procurador do estado. O documento leva a assinatura até do governador, menos do procurador do estado. Por que ele não assinou? Claro, ele vai colocar uma assinatura numa resolução fraudulenta, contrariando a decisão do juiz?

Eu quero chamar a atenção dos governistas porque esse assunto não pode ficar assim. Deputado Serafim Venzon, espero que v.exa. amanhã possa trazer uma resposta do motivo pelo qual o estado ignora uma decisão da Justiça, colocando o estado inteiro numa resolução ilegal, tirando do trabalhador que aderiu ao PDI da Cidasc um direito sagrado de ele requerer na Justiça aquilo que acha por bem. E por que o procurador do estado não assinou essa resolução?

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Eu gostaria de tomar conhecimento, com mais detalhes, dessa questão, até porque eu era, na época, secretário da Agricultura e na tramitação dessas questões eu acompanhava com muita atenção a elaboração, a construção desse PDI aprovado em 1994. Mas somente no ano passado nós conseguimos construir isso, em comum acordo, em conversações com o sindicato.

Causa-me estranheza alguns detalhes que v.exa. está trazendo, mas vou procurar me informar a respeito, porque essa questão é muito importante.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, eu vou lhe passar toda a documentação que recebi, até porque esta Casa vai querer alguma resposta, pois não é possível um governo fazer uma resolução sem a assinatura do procurador do estado, ou seja, da pessoa que tem o embasamento jurídico, e tirar do trabalhador um direito sagrado dele de recorrer à Justiça, mesmo depois de ter aderido ao PDI.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar aqui o professor Luiz Antônio, que está representando, nas galerias desta Casa, o secretário estadual da Educação, professor Silvestre Heerdt, como também o nosso sempre presidente do PSDB, Dalírio Beber, que está acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Quero me somar aqui ao movimento que esta Casa está fazendo em prol de Anitápolis, em prol da recuperação de inúmeras estradas, pontes, pontilhões e da recuperação e viabilização do acesso da BR-282 até aquele município.

O ex-governador de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira já fez isso e agora o atual governador Leonel Pavan tem tomado todas as providências para minimizar os efeitos das enchentes, das chuvas, retirando barreiras, ajudando os municípios a recuperar as suas estradas, como também a população a recuperar a sua casa.

Está de parabéns o governador Leonel, pois está presente em todas as reivindicações e tem atendido além do habitual, justamente porque tem ido praticamente todas as semanas, três ou quatro dias por semana, até o interior para inaugurar obras, dar ordem de serviço, ficando cara a cara com a população, com a sociedade, sendo que o coração sente mais e por isso ele tem atendido a todos os pedidos, especialmente como esse de Anitápolis, justamente para minimizar os efeitos das chuvas, das enchentes.

Parabéns ao nosso governador Leonel Pavan.

Sra. presidente, eu quero ater-me, hoje, a uma questão que está batendo forte. Nós vimos, neste plenário, a presença dos reitores das universidades estaduais de Santa Catarina, das universidades que funcionam neste estado, ou seja, o reitor da Udesc, o reitor das universidades fundacionais e os reitores do Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis - IES.

Santa Catarina tem aproximadamente 16 instituições fundacionais, ditas como as que têm cunho público porque têm a ver com a prefeitura, mas os acadêmicos, os alunos, pagam a faculdade, como é o caso da Unifeb, em Brusque, da Furb, em Blumenau, da Unesc, no extremo sul do estado, da Unisul, em diversas cidades do sul e do litoral catarinense.

Existem as instituições particulares que formam a Ampesc, são aproximadamente 52 instituições, depois a Universidade Federal e a Udesc. A soma de todos os alunos matriculados nessas universidades é de aproximadamente 290 mil. Só nas 16 instituições da Acafe temos, aproximadamente, 140 mil. A metade, então, dos acadêmicos está matriculada nas universidades fundacionais. Mais ou menos 125 mil alunos estão nos institutos de educação superior que formam a Ampesc. Vinte e cinco mil estão na Universidade Federal, e a Universidade Federal da Fronteira Sul, recentemente inaugurada, deve ter também uns 1.200 alunos.

Mas eu quero me ater aqui ao art. 170. Noventa por cento dos recursos do art. 170 que este ano somam perto de 50 milhões, 40 era o valor original, mais os 14 milhões que foram decorrentes da Lei Jorginho Mello... Então, podemos dizer que mais de R\$ 50 milhões são enviados do governo para as instituições universitárias, que são destinadas a atender os alunos mais carentes. E 90% desses recursos são dirigidos às instituições fundacionais, ou seja, 90% dos recursos são destinados às 16 instituições que são ditas meio públicas, porque são do patrimônio público, mas os alunos lá pagam a sua faculdade da mesma forma que os que pagam nas outras faculdades. A diferença é que se houver lucro, o capital, que é das universidades fundacionais, teoricamente será de alguém do município, da fundação. Quando é uma universidade particular o lucro ou o capital é do dono daquela universidade. Mas recebem recursos do art. 170 apenas 10% dos alunos.

Qual é a observação que eu quero fazer aqui? É que o ex-governador Luiz Henrique, na história que eu conheço, nos sete anos que esteve lá... E agora o governador Leonel Pavan seguramente continuará honrando o repasse que vinha sendo feito para a universidade, repasse este que virará bolsa para aproximadamente 25 mil, 30 mil acadêmicos que ganham uma bolsa de 25%, 30%, 50% ou até 70% da sua mensalidade, por conta da sua dificuldade financeira.

Ora, se esse aluno que está matriculado lá ganhou uma bolsa de 50%, ele tem que ser responsável pelo pagamento dos outros 50%. Somente dos outros 50% e não dos 100%! O dinheiro não é repassado para o aluno, é repassado para a universidade compensar a conta do aluno.

Então, eu estou elaborando uma lei, e a assessoria legislativa está dando apoio à minha assessoria particular, em que o aluno fica responsável somente pela parte que compete a ele. Se ele ganhou uma bolsa de 50%, quem vai pagar esses 50% será o governo do estado, que vai repassar um montante para compensar dois, três mil alunos, dependendo do tamanho da universidade, e os outros 50% caberão a ele pagar, ele será responsável pelo pagamento.

Mas me parece que algumas universidades não estão entendendo dessa maneira. Inicialmente, cobram a mensalidade inteira do aluno. Quando o governo demora dois, três meses para repassar aquele dinheiro - isso é comum, por vários fatores, e acontece em todos os governos - do art. 170, a universidade vai para cima do aluno e impede que ele entre na sala de aula, impede que ele

tome algum documento da universidade, impede que ele se forme.

Ora, ele é responsável, sra. presidente, apenas pelo pagamento dos 30%, 50%, o restante, aquilo que é bolsa, é de responsabilidade do governo. E cabe à universidade articular com o Parlamento, com o deputado, com a Fazenda, com o governador, a cobrança da parte que é bolsa dessas entidades e não ficar injuriando os alunos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, servidores deste Poder, o assunto que trago hoje é da mais grave importância. Trato do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, porque quando tratamos de trânsito é do direito à vida que estamos falando.

Hoje, apresentei nesta Casa um projeto de lei que institui nas escolas de ensino médio de Santa Catarina a obrigatoriedade da matéria de educação para o trânsito. As estatísticas são assustadoras e ano após ano o número de mortes, de acidentes graves, de tragédias estão aumentando. De certo modo não deveríamos nos surpreender com isso. Uma notícia, na capa do *Diário Catarinense*, do último sábado, dia 29, mostrava o que notamos todos os dias nas ruas: "Venda de carro deve bater novo recorde". "Mesmo com a volta do IPI lojistas têm expectativa de que a comercialização de veículo cresça 9% em 2010, superando o ano passado, quando foram vendidos 129 mil veículos".

É uma questão de lógica elementar: mais veículos, mais acidentes. E como podemos mudar essa realidade? Do modo como formamos os motoristas de hoje, isso é muito difícil, para não dizer impossível. Atualmente, a sequência de informação é a seguinte: o motorista realiza um exame médico elementar e em seguida um psicotécnico também elementar. Após isso, faz um curso teórico em uma autoescola para se preparar para a prova do Detran. Feita a prova, passa às aulas práticas para tirar a carteira de motorista de carro, a famosa carteira "A". São apenas mais 15 horas de aula prática obrigatória, e o aspirante a motorista já pode realizar a prova que lhe dará o direito de ser um motorista habilitado.

É inevitável que com tal formação os motoristas que saem número cada vez maior das autoescolas para as ruas das nossas cidades e mesmo para as nossas rodovias acabem provocando um número igualmente grande de acidentes.

Não vamos mudar isso da noite para o dia, porque são milhões de motoristas formados nessa cultura em todo o Brasil. Mas se tivermos alguma chance de mudar isso, ao menos a médio prazo, o único caminho é a educação, investindo nos motoristas de amanhã, preparando o jovem que ingressa no ensino médio aos 14 anos, 15 anos, porque dali a três ou quatro anos, quando finalmente fizer a sua carteira, terá uma sólida formação nas áreas de primeiros-socorros, legislação, direção defensiva e segura, mesmo sem as aulas práticas.

Não tenho dúvida, sra. presidente, de que investindo na formação dos nossos jovens desde cedo não precisaremos mais ler e ver notícias levadas ao ar todos os dias pelos telejornais, pelas rádios, que comprovam essa triste realidade de jovens que não têm qualquer

problema em pegar carona com motoristas embriagados. Com educação essa realidade certamente se alterará.

Quero também registrar, utilizando o resto do meu tempo, com satisfação a presença nesta Casa do secretário da Educação, professor Silvestre Heerdts que, atendendo ao convite da comissão de Educação, da qual, com muita honra, faço parte, vem prestar esclarecimentos em relação à terceirização da merenda escolar.

Não foi necessário fazer a convocação. Pessoalmente, estive com o secretário e sua equipe transmitindo o convite, que também foi subscrito pelo presidente, deputado Pedro Uczai, e prontamente o secretário Silvestre Heerdts prontificou-se a vir a esta Casa esclarecer as dúvidas dos deputados pertencentes a esta comissão e certamente dúvidas que também são, quem sabe, de milhares catarinenses. E, portanto, acredito que a partir de hoje essas dúvidas serão elucidadas.

Então, parabéns ao secretário e à sua equipe, que vêm a esta Casa atendendo a um convite formulado pela secretaria e pela comissão de Educação.

Quero também, já que estamos comemorando a Semana do Meio Ambiente, registrar aqui a satisfação, como ex-fumante, sra. presidente, de estar sentindo uma melhora sensível na qualidade de vida não apenas minha, como também de muitos catarinenses que seguiram o mesmo exemplo.

Na sessão de quarta-feira, vou trazer pronunciamentos relativos à questão do meio ambiente, tão importante não apenas para Santa Catarina, mas para o país e para o mundo, como também à instituição de uma disciplina que trata de noções básicas sobre a legislação ambiental aos estudantes do ensino médio.

Quero agradecer aos servidores, aos deputados e às deputadas que nos vêem, nos seus gabinetes, através da TVAL e que nos ouvem através da Rádio Alesc Digital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADA ADA DE LUCA - Discorre sobre a importância do meio ambiente e relata sua viagem a Portugal.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Corrobora das assertivas da deputada Ada de Luca sobre a preservação ambiental.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Ressalta a importância do Código Ambiental de Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (aparte) - Reforça o acerto da aprovação do novo Código Ambiental de SC.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Faz um comparativo entre os governos de FHC e Lula.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Faz um alerta sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente e do homem.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta o lançamento de sua candidatura ao governo do estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede socorro urgente às comunidades do sul da ilha; reclama do tratamento dado pelo poder público ao Sindicato dos Trabalhadores da Saúde.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Comenta viagem que fará a Brasília para tratar do problema com a substituição tributária.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Opina que todos os setores envolvidos devem discutir a questão da substituição tributária.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Aborda a questão do colapso do sistema prisional do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cobra empenho do governo do estado na solução do colapso do sistema prisional.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Afirma que educação e desenvolvimento econômico é que solucionam o problema da criminalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até 19 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Nesta semana especialmente, o mundo inteiro volta-se para as questões ambientais. No dia 5 de junho comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente e durante toda a semana estão sendo realizadas, em todos os espaços culturais, atividades e mobilizações com vistas à preservação do meio ambiente, com destaque para a preocupação com o futuro da água, do ar e do solo, tão ameaçados pela mão do homem.

A data foi criada em 1972, depois de uma conferência na ONU da qual participaram mais de 100 países, além de 250 organizações não-governamentais, tal a preocupação das pessoas responsáveis deste mundo. Já naquela época o tema em debate era a degradação que o homem causa ao meio ambiente e os riscos para a sobrevivência da vida sobre a Terra. E lá já se vão 40 anos, mas pouquíssimas coisas foram feitas e as tragédias ocorrem uma após a outra.

A data definida pela ONU serve para reforçar as discussões sobre a poluição do ar, do solo e da água; sobre o desmatamento; sobre a diminuição da biodiversidade e da água potável para o consumo humano; sobre a destruição da camada de ozônio; sobre a destruição das espécies vegetais e das florestas e sobre a extinção de animais.

A vida moderna só agrava os prejuízos ao meio ambiente, principalmente aquela vida moderna irresponsável e ávida para ganhar dinheiro.

Uma quantidade cada vez maior de lixo é descartada todos os dias, como sacos, copos e garrafas de plástico, latas de alumínio, vidros, papéis, causando a destruição da natureza e a morte de várias espécies de animais.

Não só nesta semana, mas durante toda a vida é importante que estejamos conscientes dos problemas causados pela poluição do meio ambiente e das ações em favor do nosso planeta.

A minha preocupação é a seguinte: será que estamos cumprindo o nosso papel - e a minha consciência fala que a maioria não está - e estamos sendo responsáveis com o que vamos deixar para os nossos netos e os seus filhos? A responsabilidade, companheiros, é nossa. Se cada um fizer a sua parte, vamos garantir um mundo melhor para as gerações futuras."

E aí não incluímos somente as pequenas comunidades, mas também os grandes empresários, os grandes investidores. E todos sabem o que quero dizer.

(Continua lendo.)

"A população do planeta está aumentando e os recursos naturais diminuindo, efeito que já vem causando grandes catástrofes. Prova disso é a constante destruição das nossas praias.

Recentemente esse assunto foi debatido em duas oportunidades: no Sustentare 2010, realizado em Chapecó, do qual foram tiradas propostas de encaminhamentos, e na Carta de Chapecó, para uso de energias renováveis e consumo responsável, como já relatou, desta tribuna, o deputado Pedro Uczai. Parabéns, deputado, pelo evento!

Também pude constatar, durante o 7º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, em Seixal, Portugal, do qual participei representando esta Casa, juntamente com o nobre colega deputado Moacir Sopelsa e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio, que na Europa, principalmente nas cidades de Portugal, existe uma grande preocupação com o meio ambiente, comprovada pelo desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis."

E lá, quando se projeta, é por 20 anos. Assim, o próximo prefeito dará continuidade ao programa, independentemente de partido. Eu achei isso muito inteligente.

(Continua lendo.)

"O projeto sensibiliza a população para o impacto que as questões urbanas têm na saúde das pessoas em relação à alimentação, à produção e ao consumo sustentável, e ao tratamento do lixo e da habitação.

Esse projeto tem um conjunto de iniciativas que proporcionam momentos de aprendizagem e reflexão sobre diversos temas ambientais, que visam a estimular comportamentos sustentáveis em relação às florestas, à água, ao solo e ao ambiente, através, sim, de uma educação rígida, séria, bombástica, através dos meios de comunicação, dos jornais. Isso é muito importante!

Verifiquei ainda que a gestão pública municipal em Portugal desenvolve outros problemas, mas levados literalmente a sério. Senão vejamos: semana da saúde, luta contra a pobreza, luta contra a exclusão social, responsabilidade social com o desafio de tornar a sociedade mais justa e mais igualitária, mais justa e mais promissora. O programa para os idosos é um luxo, porque lá na Europa, deputados, o idoso é super, super valorizado.

Dentro do período em que lá estive, entre 24 e 28 de maio, fiquei também, por outro lado, satisfeita ao concluir que algumas propostas de gestão pública apresentadas no 7º Seminário em nada deixamos a desejar em nossos municípios, não todos, é claro, mas em alguns. E fazendo a proporção do tamanho de Portugal para a nossa Santa Catarina, até que dá para comparar, mas em relação à extensão no mapa aí não dá para comparar. Lá o governo federal tem uma participação ativa nos municípios, presente mesmo.

Foi uma oportunidade de observar as ações feitas lá fora e avaliar se os nossos atos estão voltados para a grande preocupação do milênio, que é a sustentabilidade. E nós somos responsáveis, presidente, aqui todos são pais, vários são avós, o que vamos deixar para essas crianças? E a responsabilidade passa muito pelo Legislativo, passa mais por nós do que pela própria população e pelo Executivo.

Encerro com uma frase de Mahatma Gandhi, que dá uma lição de cidadania em poucas palavras: 'Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.'"

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não, deputado Sopelsa, nosso companheiro de viagem.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sra. deputada Ada De Luca, quero cumprimentá-la e parabenizá-la pelo relatório que faz da nossa viagem.

Posso dizer que voltei com a convicção de que sem infraestrutura, sem qualidade de vida, é difícil fazer saúde. Constatamos nessa viagem que a Europa investe em infraestrutura e em qualidade de vida, começando pela água.

Mas a nossa viagem serviu também, deputada Ada De Luca, e devo pronunciar-me nos próximos dias, para vermos que a Europa atravessa uma crise profunda nunca vista antes. O que se escuta, deputados Reno Caramori e Ana Paula Lima, são comentários dos europeus, que estão preocupados com o crescimento da China e do Brasil. Dessa forma, nosso país poderá, quem sabe, tirar proveito da sua produção de alimentos e transformar-se rapidamente numa nação de primeiro mundo.

Valeu à pena a viagem e v.exa. teve presença marcante, acompanhando até prefeitos brasileiros, inclusive muitos catarinenses, que estavam em busca de melhores dias para seus municípios.

Parabéns e nos próximos dias farei também um relatório dessa tribuna.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa o seu aparte engrandece muito o meu discurso.

Agora, nós, que somos do chamado terceiro mundo, não adianta dizer que não, temos muito que aprender ainda com a Europa, apesar de ela estar em uma situação financeira ruim.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Valdir Cobalchini, por até sete minutos, que contou com a benevolência da deputada Ada De Luca.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, presidente, pela sua generosidade!

Sr. presidente, deputada Ada De Luca, deputada Ana Paula Lima, deputado Joares Ponticelli, preparei um pronunciamento que certamente se estenderá por mais de sete minutos. Então, vou deixá-lo para outro momento, quando dispuser de mais tempo.

Mas quero aqui, de carona no tema abordado pela deputada Ada De Luca, já que não estive em Portugal, deputado Moacir Sopelsa, o meio ambiente, até porque dia 5 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente, fazer referência, deputado Antônio Ceron, ex-secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, ao Código Ambiental de Santa Catarina, que a partir de sua vigência já mostrou o acerto de Santa Catarina, do governo catarinense com o setor produtivo.

E quero mais uma vez quero fazer referência aos deputados Antônio Ceron e Onofre Santo Agostini, ambos ex-secretários de estado, e à Fatma, que construíram uma proposta que foi encaminhada pelo Poder Executivo a esta Casa. E este Parlamento, após amplo debate com a sociedade civil organizada, tendo como relator o deputado Romildo Titon, realizou um competente trabalho, deliberou e aprovou o novo Código Ambiental de Santa Catarina, que representou um avanço muito grande na relação do meio rural e da agricultura com o setor jurídico. O novo código devolveu a tranquilidade e garantiu a sobrevivência e a permanência de milhares de agricultores nas suas propriedades, permitindo ainda uma discussão que hoje se trava em nível de Brasil, deputado Dieter Janssen, no Congresso Nacional, onde se discute e já está em vias de deliberação o Código Florestal Brasileiro.

Santa Catarina tomou essa iniciativa por entender que o nosso estado tem as suas peculiaridades, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que já foi secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e que também conhece a questão do meio ambiente, especialmente os interesses dos nossos agricultores. E o Congresso Nacional entendeu que este é o caminho: dar autonomia aos estados para que eles façam a sua legislação ambiental.

Eu vejo isso, deputado Antônio Ceron, com muita alegria, com muito entusiasmo, porque a autonomia é fundamental para que cada um dos estados possa fazer a sua própria legislação, obedecendo as suas condições, as suas peculiaridades, porque cada estado é diferente, tem sua cultura, tem seu relevo, sua topografia, seu solo, sua bacia hidrográfica.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Com muita alegria, ouço o seu aparte.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Deputado Valdir Cobalchini, quero cumprimentar v.exa. pelo tema importante e oportuno que aborda, também em função da data que transcorre esta semana, que é relativa ao meio ambiente.

Ontem à noite, inclusive, estávamos participando da gravação de um programa da TVAL, juntamente com o deputado Dirceu Dresch e o secretário Enori Barbieri, cujo tema era a produção de alimentos. E colocávamos exatamente que um dos grandes problemas, um dos grandes gargalos que temos é a falta de normatização da questão do meio ambiente, adequando-a à realidade, baseada em ensinamentos, em estudos técnicos e científicos.

Em Santa Catarina, de maneira muito especial, havia cerca de 180 mil pequenos proprietários rurais que estavam com uma flecha apontada para a sua cabeça exatamente pela falta de uma legislação adequada.

Mas este Parlamento deu, no ano passado, um exemplo para o Brasil no que se refere à autonomia, à independência, visando ao futuro, já que a aprovação do nosso Código Ambiental motivou uma discussão nacional sobre o tema.

Temos que parar com esse tabu de dizer que tudo está baseado em lei. A colheita do pinhão, por exemplo, está regida por uma norma de 50 anos do extinto IBDF, sem qualquer embasamento científico. Acho as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional têm a obrigação de estar antenados com a realidade para adequar essas normas.

Parabenizo v.exa. pelo pronunciamento, pelo tema, enaltecendo exatamente o papel que este Parlamento desempenhou em 2009, ao dar ao Brasil um exemplo de que devemos pensar no futuro e trabalhar com a realidade.

Muito obrigado pela oportunidade!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Antônio Ceron e mais uma vez quero cumprimentá-lo pelo papel importante que desempenhou na formatação da proposta do Código Ambiental.

Quero também destacar a importância do governador Luiz Henrique da Silveira no episódio, em função da sua ousadia e da sua coragem no enfrentamento desse tema tão importante e polêmico, mas que mostrou os seus acertos, os seus avanços. Santa Catarina fez a sua parte, e continua fazendo, tendo o deputado Valdir Colatto como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária e um dos grandes líderes do novo Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

Não havendo interesse dos integrantes do DEM em fazer uso da palavra, o próximo horário está destinado ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Angela Albino, srs. deputados, gostaria de cumprimentar a sra. Eli Alexandrina de Souza e a sra. Maria Lúcia Ometto, aqui representando a comunidade de Areias, do bairro Campeche, de Florianópolis.

Sr. presidente, gostaria de fazer um pedido verbal e logo após o encaminharei, com a assinatura dos líderes, para que possamos conceder um tempo para a manifestação dessa comunidade do município de Florianópolis.

Srs. parlamentares, o que me traz à tribuna hoje, no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores é uma análise muito rápida sobre o governo federal, o governo do presidente Lula, em comparação com o governo do PSDB.

(Passa a ler.)

"Em 31 de dezembro, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, o presidente Lula encerrará o seu governo, o seu mandato de oito anos de uma administração que é admirada pelo povo brasileiro e, principalmente, pelos demais povos por este mundo afora.

São inegáveis, srs. parlamentares, as transformações que melhoraram a vida da nossa gente. O Brasil hoje é referência para o mundo como um país que distribuiu renda, que cresceu distribuindo renda, criou milhões de empregos e está garantindo mais dignidade para o seu povo.

Encerrado o governo do presidente Lula no dia 31 de dezembro de 2010, o governo do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados, é necessário que a população faça uma análise comparativa entre este governo e o governo do PSDB/DEM, de Fernando Henrique Cardoso.

Temos dados, sr. presidente, que comprovam, definitivamente, o que as pesquisas dizem do presidente Lula, que ele é amado pelos brasileiros, e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja rejeição está nas alturas.

Vamos citar alguns dados até para lembrar àqueles incrédulos como era o Brasil e como é atualmente.

À época do PSDB, do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Risco Brasil estava em 2.700 pontos; no governo do presidente Lula/Dilma Rousseff, está em 200 pontos. Falei em Dilma, deputado Kennedy Nunes, porque ela foi nossa ministra de Minas e Energia e da Casa Civil, porque é uma pessoa capacitada e atuou muito durante os sete anos do governo do presidente Lula.

O salário mínimo à época de Fernando Henrique Cardoso era de US\$ 78; o sonho de todo brasileiro, senhoras e senhores, era chegar a um salário mínimo de US\$ 100. Pelo menos era isso que se propagava em todo país. Pois o governo do presidente Lula conseguiu deixar o salário mínimo na casa dos US\$ 243.

Ao término do governo de Fernando Henrique Cardoso o dólar estava no patamar de R\$ 3,26; hoje o dólar oscila na casa de R\$ 1,78.

A dívida com o Fundo Monetário Internacional triplicou à época de Fernando Henrique Cardoso. O Brasil sempre devia e nós, militantes do PT, vivíamos falando 'Fora FMI!' Hoje não precisamos pichar mais nada porque o presidente Lula pagou toda a nossa dívida com o FMI.

A indústria naval, à época de Fernando Henrique Cardoso, estava desativada; no governo do presidente Lula os estaleiros foram reativados.

A época de Fernando Henrique Cardoso não foi construída nenhuma universidade, ao passo que no governo do presidente Lula, em sete

anos, 12 universidades foram implantadas, inclusive uma na fronteira sul, no oeste de Santa Catarina, em Chapecó.

Quanto à expansão universitária, à época de Fernando Henrique Cardoso nenhuma foi implantada. Já no governo do presidente Lula, 131 novos campi pelo Brasil afora foram criados. Só em Santa Catarina foram instalados campi em Joinville, Araranguá e Curitiba. A Universidade Federal de Santa Catarina atravessou a ponte pela primeira vez desde sua criação, indo para o interior do nosso estado.

Foram criadas 214 escolas técnicas - para relembrar, srs. deputados, são os Ifets e os Cefets -, deputado Dieter Janssen, inclusive na sua cidade, Jaraguá do Sul, mas na época de FHC nenhuma foi implantada. Em Santa Catarina temos 15 novas escolas técnicas, entre elas as de São Miguel d'Oeste, Itajaí, Criciúma, Lages, Gaspar, Canoinhas e Videira.

Quanto às reservas do Tesouro Nacional, na época do FHC tínhamos US\$ 31 bilhões no fim do governo e agora temos uma reserva de US\$ 225 bilhões de dólares!

Há também a questão das estradas de ferro. Na época de FHC não havia nenhuma, hoje o Brasil está construindo estradas de ferro. Tínhamos 90% de estradas rodoviárias danificadas na época do FHC e agora o presidente Lula recuperou 70% delas e 88% estão em boas condições.

A indústria automobilística também estava em baixa e havia muito desemprego. Agora, no governo Lula, a indústria automobilística está batendo recordes atrás de recordes na produção de novos equipamentos.

Esta Casa registrou três crises internacionais na época de Fernando Henrique Cardoso, com uma inflação muita alta e nós sofrendo com isso. Agora, a última crise no Brasil, foi como disse o presidente Lula, uma marolinha!

Srs. deputados, na época de Fernando Henrique Cardoso foram criados 780 mil empregos em oito anos de governo. Agora, com o presidente Lula, vamos fechar o ano de 2010 com 14 milhões de empregos com carteira assinada.

Essas são as diferenças, esses são os investimentos do governo federal em Santa Catarina e em todos os estados da federação.

Temos o programa Minha Casa, Minha Vida e o programa Luz para Todos. Houve um incremento no mercado internacional, na política internacional e hoje dá gosto dizer que somos brasileiros, que vivemos bem.

Hoje somos reconhecidos internacionalmente e o Brasil vai ser a 5ª potência mundial, não tenham dúvida disso!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vi que hoje realmente o nosso Parlamento voltou suas falas, suas preocupações para o meio ambiente. Seria bom que toda a comunidade brasileira tivesse a mesma preocupação e que essa preocupação com o meio ambiente não ficasse nesta redoma parlamentar. Ainda bem, srs. deputados, que a TVAL e a Rádio AleSc Digital externam um pouco daquilo que é discutido aqui.

Quando se fala em meio ambiente pouca gente raciocina sobre a importância do assunto. Meio ambiente não é preservar uma capoeira ou não cortar uma bracinga, um pinheiro para fazer a casa do filho lá no interior,

mas é cuidar da vida do homem, da vida do ser vivo, não só animal e vegetal, mas da vida do ser humano, que é a principal na face da Terra.

Eu me preocupo muito com isso porque entra governo, sai governo, deputada Angela Albino, e muito pouco se faz em termos de meio ambiente. Fala-se bastante em código disso, código daquilo, em lei, em decreto e na prática pouco se faz. O lixo urbano continua atingindo as periferias, as calçadas, poluindo as praias, os rios e os córregos pelas cidades que passam. E as autoridades parecem que não querem entender o quanto é importante, nesse caso, a punição.

Tenho usado um palavreado mais gaudério, quando adequado, e vocês sabem o que significam os dejetos humanos que correm para os rios. E vou dar aqui um exemplo, deputado Valdir Cobalchini, da minha terra, da qual fui prefeito e muito preocupado.

O dr. Moisés Comazzeto, que foi o prefeito que nos antecedeu, contratou uma empresa na época para fazer o levantamento físico de toda a cidade para a confecção de um projeto de esgoto sanitário. Quando assumimos a prefeitura, em 1977, o dr. Moisés Comazzeto disse que a sua maior preocupação, como prefeito, fora o esgoto, mas que não conseguira dar início às obras. Só faltava pagar uma parte do projeto e aprová-lo na Casan e no BNDES para que tivesse condições de executar o projeto.

Nós assumimos, concluímos no nosso mandato ainda o projeto e conseguimos a autorização dos órgãos competentes para eliminar toda a "merda", agora vou dizer o termo certo de Caçador, que até hoje vai para o rio do Peixe. Até hoje, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa, que fez menção a esse termo, e é verdade. Quando se fala em dejetos suínos, dejetos humanos, pouca gente entende ou não dá bola, mas quando falamos o palavreado comum, aquele que até a criança entende, aí preocupa. E até hoje o rio do Peixe é o grande coletor de tudo isso, lá minha terra.

E assim vai para Rio das Antas, Videira, Tangará, Pinheiro Preto, até chegar ao rio Uruguai, que recebe tudo aquilo, leva até o Paraná e depois desemboca no oceano Atlântico.

Esse é o grande problema do meio ambiente, e o principal. Hoje estamos acabando com o manancial de superfície, as nossas águas de superfície estão sendo contaminadas. E a nossa preocupação é furar poço artesiano. Não, temos que fazer poço artesiano, ter água pura, e temos que atingir o aquífero Guarani lá nas profundidades, com poço de mais de 700m para dar água às cidades.

Por que não nos preocupar? A água é o principal alimento para o ser humano e estamos estagnados nas nossas águas de superfície! O nosso homem do campo já há muito tempo vem eliminando qualquer tipo de poluição nos córregos, nos açudes no interior, porque senão a polícia vai lá e prende. E na cidade? Temos que prender o prefeito, o secretário, o governador, o presidente da República, prender os responsáveis, que não estão cuidando disso com carinho.

Quando entreguei a prefeitura de Caçador, entreguei uma pilha de volumes. E a única coisa que pedi ao prefeito que me sucedeu, porque iniciei o esgoto, dentro do projeto, do hospital até o rio do Peixe, até onde passaria o coletor, foi que desse prosseguimento. Sabem o que ele me respondeu? Que não iria enterrar sua administração! Quem estava lá assistiu.

Não foi feito nem meio metro de esgoto! Sucederam-se mais quatro, cinco, seis prefeitos e nada fizeram em termos de

saneamento básico na cidade. Agora, depois de muita luta, o atual prefeito, Saulo Sperotto, conseguiu, através de emendas parlamentares, recursos para começar a fazer módulos nos bairros mais carentes, onde o esgoto corre a céu aberto, onde a legislação muitas vezes até permite ou não há fiscalização. A saúde pública é carente, não tem gente, por isso nada acontece e as epidemias continuam. O prefeito começou fazendo módulos nos bairros mais carentes, repito, para coletar e tratar os dejetos em Caçador.

Em Santa Catarina há muito pouco esgoto. Preocupamo-nos com tanta mesquinaria, em coibir tanta coisa, mas as águas de superfície continuam sendo maltratadas por todos. O ministro da Pesca esteve em Caçador e Videira levando máquinas, financiamento para criar peixes. Pergunto: onde vamos criar peixe no interior se nada foi feito? Será embaixo da cama? E nem há mais pinico porque a modernidade deixou-o de lado.

Precisamos fazer com que as autoridades tenham consciência, não fiquem na demagogia, deixando tudo só no papel ou na publicidade. É preciso levar as ideias para a prática, desde o prefeito do menor município até o do maior. Temos a grande responsabilidade de cuidar do meio ambiente e isso não é só no papel, repito, precisamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Soplelsa) Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes de Rádio Alesc Digital, quero anunciar que realizamos ontem, no centro da capital, o lançamento da nossa pré-candidatura ao governo do estado, com a intenção de firmar uma candidatura própria do PDT.

Foi um evento bonito, com a participação de cerca de 400 pessoas, a maioria lideranças, populares do espaço sindical, estudantes, movimentos sociais em geral, pequenos empresários, comunidade científica.

Lideranças políticas, especialmente do PDT, vieram de diversas regiões do estado de Santa Catarina marcar presença. Inclusive, comunistas, socialistas, trabalhistas, anarquistas, católicos e evangélicos. Isso mostra a diversidade que compõe o conjunto da base da sociedade catarinense. Sim, a base da sociedade catarinense esteve presente no ato de lançamento da nossa pré-candidatura

Esse é o método com o qual queremos fazer política, ou seja, trabalhando, discutindo a construção da própria candidatura com as bases da sociedade catarinense. Estamos cansados de ver os outros partidos fazerem atos dessa natureza e colocando na mesa pelo menos um ou, de preferência, vários grandes empresários para ganhar destaque na mídia, para dizerem que a campanha é forte, que tem estrutura, e com isso querem dizer dinheiro. Outros tomam banho de água de cheiro e enchem a cara de sorrisos para abraçar os grandes empresários.

Não dá para citar porque inexistente uma pré-candidatura entre os grandes partidos que possa dizer que é das classes trabalhadoras e da base da sociedade. Por quê? Justamente porque todo mundo acostumou-se a conviver com a ideia de que é possível administrar o estado em aliança ou em convivência com os grandes empresários, com os monopólios que, na verdade, fazem o estado

refém dos seus interesses econômicos, em prejuízo da maioria da população e do fortalecimento do serviço público.

Nós queremos apresentar uma alternativa popular da classe trabalhadora, dos servidores públicos em especial, das pessoas que vivem do esforço do seu próprio trabalho, do suor do seu próprio rosto. Queremos reacender a chama da boa política, que é feita pela capacidade e pela força das pessoas que vivem do esforço do próprio trabalho e que não exploram ninguém para sobreviver. Não acreditamos, aliás, refugamos, rejeitamos a tese de que a nossa classe, a base da sociedade catarinense, é incapaz de administrar o estado. Entendemos justamente o contrário, ou seja, a nossa classe, aqueles que vivem porque trabalham, a classe que tudo produz, tudo distribui, tudo organiza e tudo administra, pode tudo governar. Não acreditamos, pelo contrário, achamos um erro subordinar o interesse, o rumo, o futuro do estado aos interesses dos monopólios empresariais, porque está aí justamente o cerne dos principais problemas da sociedade catarinense. E pretendemos alterar tudo isso em conjunto com a classe trabalhadora!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Soplelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Está Presidência tem sobre a mesa um requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, solicitando a suspensão da sessão para podermos ouvir as representantes da comunidade de Areias, do bairro Campeche, da capital, sobre a ação do mar que está destruindo casas na região.

Pergunto se todos os srs. líderes aprovam o requerimento.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, suspendemos a presente sessão por até dez minutos, para ouvirmos a sra. Eli Alexandrina de Souza.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Soplelsa) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, representantes da comunidade do Campeche, na semana passada o principal assunto que tratei desta tribuna foi justamente esta questão, mais especificamente a situação da praia da Armação. Com relação ao Campeche, nós sequer sabíamos que estava ocorrendo o mesmo problema. Pela imprensa vimos que na Barra da Lagoa está ocorrendo o mesmo problema também, mas do Campeche não sabíamos.

Ontem, inclusive, parabeneizei o prefeito Dário Berger pela iniciativa que teve a prefeitura, na semana passada, de acudir - essa é a palavra mesmo, deputado Reno Caramori - a comunidade da Armação do Pântano do Sul, que estava perdendo suas casas para o mar, até com riscos de desastre não só social como também ambiental. Agora vem a comunidade do Campeche e coloca a mesma situação.

É evidente que é preciso que o poder público municipal, a prefeitura de Florianópolis, assim como o poder público estadual, através da Defesa Civil e da secretaria de Infraestrutura, que têm os seus mecanismos, os seus contratos, as suas logísticas, estejam à disposição para defender, prioritariamente, as

casas das pessoas. Não se trata de dizer que alguém, supostamente douto no assunto, disse que as pessoas foram lá e construíram a casa na beira do mar, na praia, até porque, na maioria desses casos, não é verdade. A comunidade da Armação é uma comunidade de quase 300 anos e o mar está destruindo-a.

Assim sendo, é necessário fazer uma reflexão muito maior. No entanto, é preciso socorrer a população e aqueles locais de imediato, para evitar que o mar engula a duna, porque na hora em que o mar atravessa a duna, ele se estenderá e irá contaminar os canais, os rios, as nascentes de água e as lagoas. Na praia da Armação corre perigo a lagoa do Peri, e no Campeche, a lagoa que lá existe.

Então, é preciso uma atenção imediata e urgente para evitar um desastre ambiental e para isso são necessários estudos. Felizmente, temos, nas nossas universidades, nos centros de pesquisa, pessoas com bastante conhecimento e que pesquisam essa questão a fundo. Infelizmente, deputada Ana Paula Lima, os governos não dão muita importância! Até há bastante preconceito por parte da administração pública em geral com relação ao conhecimento científico, especialmente quando se trata de questões ambientais.

Nós até acompanhamos, no ano passado, desta tribuna, a briga do Poder Legislativo contra pesquisadores de questões naturais e ambientais, porque se avaliaram eles estavam travando o desenvolvimento e o progresso.

Se formos analisar as causas desse avanço do mar no leste da ilha de Santa Catarina, na Armação, no Campeche e na Barra da Lagoa, por certo, dentre as causas está uso equivocado, a depredação do meio ambiente, o aterramento do próprio mar, para construir, por exemplo, a Beira-Mar de São José, para construir a Beira-Mar Norte de Florianópolis, a Beira-Mar Sul. Toda a baía sul foi aterrada! Esse lugar em que estamos agora, onde está construída a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o antigo Palácio do Governo, o Tribunal de Contas, era mar há 40 anos. Todo o aterro da baía sul, todas essas avenidas, todos esses estacionamento aqui, inclusive este prédio, foram construídos num lugar onde 40 anos atrás era mar.

É evidente, catarinenses, que a água represada num lugar vai para outro lugar, provocando, inclusive, a mudança de curso das correntes marinhas. E isso acarreta consequências em algum lugar! Mas é óbvio que se alguém falasse isso há 40 anos ou mesmo há dez anos levaria pedrada, até do poder constituído; seria um "eco-chato" falando bobagem. Ou seja, a natureza cobra, e cobra muito caro, pode não ser de imediato, mas um dia ela cobra.

Então, agora é preciso segurar à base de toneladas de pedra, deputado Reno Caramori - e cada pedra pesa duas toneladas -, o mar, para que ele pare de derrubar casas, porque se ele passar da duna não haverá somente o problema das pessoas que estão lá, já que o mar contaminará, inclusive, as fontes que abastecem de água 1/3 dos moradores da ilha de Santa Catarina.

Assim sendo, é necessário pensar em socorrer imediatamente as pessoas e fazer estudos aprofundados visando a uma política de longo prazo. Nós não só nos solidarizamos como também requeremos às autoridades municipais e estaduais um socorro urgente para aquelas comunidades que estão sendo atingidas, como já foi feito na Armação, onde se construiu um enrocamento provisório para evitar o avanço do mar sobre a duna. Esse socorro precisa ser feito também no Campeche e na Barra da Lagoa.

Entretanto, isso vai alterar o meio ambiente e é preciso acompanhar os estudos profundos que estão sendo feitos sobre a forma de preservar e de garantir a existência das comunidades e da ilha no seu conjunto. As autoridades municipais e estaduais precisam debruçar-se sobre isso e resolver essa situação. A comunidade vem aqui e diz que nós temos o poder, mas o deputado não faz política pública, o vereador também não. O que fazemos é falar do assunto e cobrar das autoridades competentes do Poder Executivo as ações possíveis e necessárias. Mas socorrer, com certeza, é uma necessidade.

Dentro desses dois minutos que ainda me restam, gostaria de falar um pouquinho mais, mas parece que terei que voltar a este assunto até dezembro deste ano, pela forma como estão sendo tratados os servidores públicos, nesta continuidade do ex-governo de Luiz Henrique da Silveira dentro do governo de Leonel Pavan, da "boa vontade" demonstrada por autoridades do governo para resolver alguns problemas específicos dos servidores estaduais e pelo fato das coisas não acontecerem.

Vou citar uma entidade que está sendo massacrada pelo estado na sua estrutura integral, pelo Poder Judiciário, pela Procuradoria-Geral, pelo Poder Executivo: o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, ao qual foi aplicada uma multa de mais R\$ 1 milhão de um processo que data de 1996, em pleno governo Paulo Afonso, processo este que o secretário da época havia-se comprometido a retirar do Tribunal de Justiça e não o fez, desonrando o seu acordo de final de greve.

E agora, no final, no apagar das luzes, na saída do ex-procurador Sadi Lima, deixou pronta a coisa. Parece que o homem saiu, mas deixou impregnado nas paredes da PGE aquele seu jeito de fazer as coisas, aquela concepção de democracia a la Golbery do Couto e Silva.

O cheiro de estreme, infelizmente, ficou na estrutura. Estão massacrando os trabalhadores! A anistia dos praças da Polícia Militar não sai e adivinhem por quê? Parece que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira não tem interesse que saia. Ou seja, continua mandando no governo do estado.

Essa é a realidade. É com isso que temos que nos conformar? Com certeza não nos conformaremos e continuaremos a nossa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, inicialmente quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Amarildo Sarti, de Jaraguá do Sul, que faz um excelente trabalho naquele município, juntamente com o sr. Raimundo Rahn, que é assessor daquela Casa e que já trabalhou na área da agricultura, principalmente na questão do leite, na qual fez um excelente trabalho.

Assomamos à tribuna, na data de hoje, para registrar que estaremos representando esta Casa, mais especificamente o deputado Silvio Dreveck, em Brasília, na próxima terça-feira, dia 8 de junho, na Câmara dos Deputados, para tratar de assunto relacionado ao aprimoramento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Na terça-feira, às 14h, teremos a abertura de um painel; às 15h teremos a apresentação do Simples Nacional, com a atualização de valores e novas categorias; às 16h, o ICMS, Conflitos e Soluções; às 17h, o

Simples Rural, Empresa Rural e Agricultura Familiar, e às 18h, a apresentação do quarto painel, cujo título é O Papel dos Comitês Gestores e a Eficácia na Implementação da Lei Geral.

A Assembleia Legislativa está bastante envolvida no segundo painel, Os Conflitos e Soluções no ICMS. Já foram feitas, nesta Casa, duas ou três reuniões dentro da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, com relação às micro e pequenas empresas, especialmente no tocante à substituição tributária. Realizamos uma audiência pública sobre substituição tributária, com a presença, inclusive, dos servidores da secretaria da Fazenda, dos contadores e também de todas as pessoas envolvidas com o comércio atacadista que tinham situações a serem solucionadas.

Mas a nossa maior preocupação é com relação às micro e pequenas empresas. Ontem, ainda, fizemos uma reunião para conversar sobre esse assunto com a Federação dos Dirigentes Lojistas do Estado de Santa Catarina, para afinar os discursos e unir esforços com vistas à resolução das questões atinentes às micro e pequenas empresas.

Já chegamos à conclusão de que a substituição tributária implantada pelo governo é uma ferramenta, pode-se dizer assim, que não tem mais volta, porque já há setores no Brasil, como o de combustíveis, de cigarros e outros, que já vinham, há vários anos, utilizando a substituição tributária.

O que é a substituição tributária?

Na realidade, quando as empresas vendem seus produtos, o imposto da categoria já vai estar embutido. Um exemplo que é bastante usado nessas reuniões é o dos colchões. Quando um comerciante vai comprar colchões de uma empresa, ao ser feita a venda da carga de colchões já estará embutido o imposto que o comerciante pagaria no final da sua venda. Há o lado ruim, pois o comerciante tem que adiantar o valor desse imposto, mas o lado bom é que a estrutura do estado é menor e a conclusão a que se chega é que daqui a pouco todos pagarão e diminuirá, então, o imposto geral de determinada categoria.

No dia 1º de maio algumas categorias entraram na substituição tributária. Aquelas empresas que faturam até R\$ 2,4 milhões ao ano, ou seja, R\$ 200 mil por mês, pagam 3,95% de imposto.

Uma pequena loja que fatura apenas R\$ 10 mil por mês, R\$ 120 mil por ano, e que pagava 1,25% de ICMS, passará a pagar 17% sobre o lucro. Ou seja, conforme a categoria, a secretaria da Fazenda estipulou uma margem de lucro para ela. No caso dos colchões, estima-se uma lucratividade de 65%. Ou seja, uma loja que comprava uma pequena quantidade de colchões e que pagava 1,25% de imposto, pagará 17% sobre o seu lucro, no seu caso estimado em 65%.

Essa estimativa de lucro por área de atividade fixada pelo governo é passível de conversa com a secretaria da Fazenda. Foi o que percebemos durante a audiência pública com os fiscais e técnicos, ou seja, essas margens podem até ser alteradas.

Mas o foco hoje - e é o que vamos buscar em Brasília para as micro e pequenas empresas - é que a conquista da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que fixou o ICMS único de 3,95% para quem fatura até R\$ 2,4 milhões e de 1,25% para quem fatura R\$ 120 mil, não caia por terra.

Do jeito que está hoje, tanto uma pequena loja, aquela dos colchões, como uma grande rede acabam pagando de imposto os mesmos 17% sobre o lucro. Há categorias em que o governo estimou o lucro em mais de

65%, ou seja, pior ainda a situação, porque quanto maior o lucro, maior o imposto a pagar.

Uma situação não tão ruim é a da empresa que fatura até R\$ 2,4 milhões, cujo produto tem uma margem pequena de lucro, 30% ou 40%. Uma situação ruim é a daquela empresa que fatura bem pouco, mas com um produto que tem uma margem grande.

Mas foi colocado, por parte do governo, que com relação à margem é possível uma conversa. E agora, em Brasília, teremos a análise da situação dos conflitos e soluções do ICMS.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Sr. deputado, essa preocupação realmente é muito grande não só por parte do pequeno e do médio empresário, como do comércio na sua totalidade.

Por isso ontem, na reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, presidida pelo deputado Edison Andrino - e v.exa. esteve presente também -, sugerimos uma reunião global, na qual devem, necessariamente, estar presentes o governador, o secretário da Fazenda, o pessoal técnico e a Assembleia Legislativa. Queremos todos os setores juntos, sentados, inclusive com o governador, para que, após uma discussão ampla, profunda e bem objetiva, encontremos um caminho para corrigir essas distorções, porque hoje as micro e pequenas empresas nascem, duram quatro anos e morrem, e isso está criando um problema seriíssimo!

O Conselho de Contabilidade deverá estar presente também, para que o governo e os órgãos técnicos entendam o quanto é importante a participação nesse processo todo, porque é lá no contador que a coisa estoura. O empresário do pequeno negócio não conhece profundamente o que vai acontecer. Ele só vai entender quando quebrar. E quebra por quê? Porque não há como sobreviver; ele não compete com os maiores, nem com os médios, e acaba encerrando as suas atividades.

Então, é importante que isso seja discutido numa ampla reunião em que todos os responsáveis participem.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigado pelo aparte, deputado.

Com certeza, acho que essas reuniões na Casa - e o deputado Reno Caramori tem participado - são importantes, pois mostram que Santa Catarina já está avançando no caminho da solução interna, para que os nossos micro e pequenos empresários sejam beneficiados.

A nossa ida a Brasília irá colaborar para que o Brasil tenha uma solução, porque esse é um problema que afeta todo o país. Então, esta Casa já está-se adiantando - e o deputado Reno Caramori colocou muito bem - com vistas à solução dos problemas das micro e pequenas empresas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dieter Janssen.

O próximo orador inscrito é o deputado Marcos Vieira, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Marcos Vieira, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero cumprimentar os trabalhadores presentes, que pertencem à

organização da discussão da MPV n. 0170 de três secretarias de estado; quero abraçá-los fraternalmente, incansáveis que são na sua organização e luta. E permitam-me particularizar na pessoa da Célia, que, no meio disso tudo, enfrentou ainda um processo eleitoral no sindicato e que é alguém que muito nos honra como mulher por haver participado dessa grandiosa disputa. Célia, o meu abraço fraterno!

Sr. presidente, ocupo a tribuna, na manhã de hoje, para relatar que ontem estive na cidade de Itajaí, onde acompanhei a sessão da Câmara Municipal. Aliás, a Câmara de Itajaí vai receber uma moção de aplausos desta Casa, por propositura desta parlamentar, em função de, segundo uma pesquisa da Univali, ser a Câmara de Vereadores com a melhor conceituação na região, porque tem de fato uma grande empatia com a comunidade.

Nós trazemos hoje para a discussão a questão do sistema prisional, que foi o tema do debate ontem naquela Casa. Peço licença ao presidente e com a ajuda dos servidores da Casa vamos projetar um vídeo para fundamentar a fala que farei na sequência.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Sr. presidente, esse vídeo é longo e vamos solicitar que a TVAL reproduza-o compilado, para que possamos entender um pouco mais o sistema de carceragem. Quando eles falam de interdição, o que aconteceu? A capacidade da penitenciária era para 100 presos, havia lá 700, mas o Poder Judiciário determinou que fossem abrigados 500 no máximo. O excedente, portanto, desses 500 está nas delegacias.

Vocês viram também que eles usam saquinhos para dejetos humanos, para não repetir o que disse o deputado Reno Caramori. O que chama a atenção também é o pedido do presidente da Câmara Municipal, vereador Carlos Pissetti, do vereador Marcelo Werner, do meu partido, o PCdoB, além de todos os vereadores, que foram unânimes em pedir que intervenhamos, porque eles estão construindo uma nova penitenciária que terá somente 700 vagas. Só na cidade de Itajaí, deputado Reno Caramori, mais de 1.000 mandados de prisão estão em aberto, pois não há onde colocar essas pessoas.

Portanto, o novo sistema penitenciário já entra esgotado, e o pedido é no sentido de que possamos sensibilizar o governo do estado, já que estão na fase de construção da nova penitenciária, para que aumente o projeto, posto que essas cenas que vimos aqui se repetem em todas as delegacias da região.

Fiquei sensibilizada quando ouvi, ontem, esse debate lá, trouxe o vídeo para compartilharmos e para que a Assembleia não trate a questão como sendo de Itajaí, mas discuta a segurança do nosso estado, já que, apesar de não estar o assunto afeto à secretaria de Segurança, insere-se no âmbito da secretaria executiva de Justiça e Cidadania. Assim, esses dois órgãos governamentais e esta Casa precisam dar uma resposta; o governo do estado precisa sensibilizar-se para que possamos superar esse estado de coisas, pois atualmente é absolutamente impossível evitar que ocorram fugas.

Vocês viram no vídeo que os detentos não têm espaço nem para dormir! As vezes ouvimos discussões meio complexas: "Olha, não estamos aqui para defender direitos humanos". Mas o que precisamos lembrar é que o sistema carcerário é construído para recuperar as pessoas. Ontem, inclusive, o presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí lembrou-nos disto: o cidadão entra como ladrão de galinha e sai como integrante de uma facção de alta periculosidade, porque a convivência infeliz na prisão é uma escola do crime.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Concedo um breve aparte ao deputado Sargento Amauri Soares, porque meu tempo não permite muito mais.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada Angela Albino, quero parabenizar v.exa. por trazer esse assunto à Casa.

Estivemos acompanhando esse vídeo no gabinete para um pronunciamento posterior, e gostaríamos de dizer que é uma realidade que o poder público tem que analisar com mais empenho, porque é uma situação calamitosa, em prejuízo das pessoas que estão presas, mas em prejuízo também de todo o sistema de segurança pública, dos órgãos de polícia, em prejuízo, principalmente, da população catarinense, já que o estado já não tem mais nem onde colocar aqueles que não deveriam estar transitando livremente, assaltando, estuprando.

Então, gostaria de parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, pois com certeza precisamos fazer um amplo debate nesta Casa sobre esse tema.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. deputado, seria interessante convocarmos uma audiência pública, todos nós, para debatermos essa questão, particularmente o problema do sistema prisional de Itajaí.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Tenho pouco tempo, mas prazerosamente o compartilho com v.exa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Apenas gostaria de parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, pois é um problema que não é catarinense, é brasileiro, já que a insegurança é filha da falta de desenvolvimento econômico e neta da falta de educação.

Então, se quisermos resolver isso no futuro, não como uma solução paliativa, devemos investir em educação, em desenvolvimento econômico, pois quem abre uma escola, quem abre uma empresa, fecha um presídio.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigado, deputado, e conto com v.exa. para que possamos encaminhar a realização de uma audiência pública a respeito do assunto, partindo da problemática de Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - V.Exa. tem mais 30 segundos para concluir, deputada Ana Paula. Desculpe, deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito me orgulha ser chamada de deputada Ana Paula. Quiçá eu faça os votos dela e um dia desempenhe tão bem no Parlamento como ela o faz.

Sr. presidente, vamos encaminhar esse vídeo à TVAL e pedimos a v.exa. que nos ajude a veiculá-lo, a fim de que todos os catarinenses o conheçam.

Parabenizo novamente o empenho da Câmara de Vereadores de Itajaí, na pessoa do seu presidente e do nosso vereador Marcelo Werner.

Esta Casa vai encaminhar a realização de uma audiência pública para debatermos o tema e com isso discutirmos todo o sistema prisional de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente

Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATA DA 1731ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às treze horas e trinta minutos, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1731ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 02/06/10. 1) Processos em Regime de Vista: Processo nº 0466/10, de Edelson Elias da Silva, relator Dr. Anselmo Inácio Klein, após várias

discussões aprovado por maioria voto vista do Dr. José Buzzi e Processo nº 0655/10, de Alberto Cechetto Beck, Relatora Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovado parecer por unanimidade. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0909/10, de Michel Ângelo Peixoto; Ofício nº 168/2010/GEAP/MPSC de 20/05/2010, Requerente: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público/SC "possíveis irregularidades na utilização de passagens aéreas e terrestres por membros da ALESC"; Ofício nº 0322/2010/27/PJ/CAP - 19/05/2010, Requerente: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça do Ministério Público/SC "Possíveis irregularidades na utilização de passagens de ônibus", e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior o Ofício nº 017/DAT/2010 de 28/05/2010, Requerente: Deputado Marcos Vieira "assinaturas de jornais para o escritório do Deputado Marcos Vieira, em Chapecó". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0932/10, de Liana Juk Coutinho e Consulta Ofício CL nº 269/2010 - 06/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2007-17, ONDRESPB e ALESC, contratação de Postos de Trabalho". A relatora deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0215/2010 - Ofício nº 623/10, de 19/05/2010, informações no Mandado

de Segurança nº 2010.026105-6 - Impetrante: Gerson dos Santos Sicca - Impetrados: Governador do Estado e outros. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade a Consulta Ofício CL nº 219/2010 - 19/04/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - contratação de empresa para prestar serviço de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, das portas automáticas do Palácio Barriga Verde" e aprovado parecer pelo indeferimento a Consulta Ofício CL nº 293/2010 - 14/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - Contratação da Empresa WS Comunicação, Serviços e Consultoria Ltda. - para prestar serviços de consultoria e treinamento junto à Diretoria de Comunicação Social da ALESC". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0969/10, de Frederico Alexandre Crippa, e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Sérgio Augusto Machado ao Processo nº 0836/10, de José Alberto Braunsperger. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade ao Ofício nº 2691/2010 - 20/05/2010, Processo nº RT05767-2007-030-12-00-6 Interessado: Dr. Nivaldo Stankiewicz - Juiz do Trabalho Titular - Joinville/SC "Administração do Porto de São Francisco do Sul - providências disciplinares civis e penais", também deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0216/2010 - Ofício nº 553, de 17/05/2010, informações no Mandado de Segurança nº 2010.019682-1 - Impetrante: Elizabete Olinda Guerra e outros - Impetrada: ALESC. 7) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0936/10, de Maria Lucia Fedeli Gonçalves; Processo nº 0937/10, de Maria de Lourdes Nasario; Processo nº 0938/10, de Valéria Maria Buss; Processo nº 0918/10, de Jandira Leonilda Menezes e a Consulta - encaminhada pela Diretoria Administrativa em 17/05/2010, Ofício RT nº 137/2010 de 12/05/2010, Interessado: Deputado Romildo Titon - "Multas recebidas pelo carro oficial da ALESC, sejam debitadas do funcionário Gabriel Antônio Gomes, motorista do Gabinete". 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 1884/2010/CGT/TJ-SC - 28/05/2010, Interessado: Desembargador Solon d'Eça Neves - Corregedor-Geral da Justiça/SC "Processo CGL nº 0180/2010, Autos de inspeção em centros de internação provisória na região norte de SC". 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0934/10, de Marilidia Costa Amaral; Processo nº 0935/10, de Madalena Schmidt Pioner; Processo nº 0968/10, de Valdir Machado dos Santos; Processo nº 0940/10, de Laédio Silva; Consulta Ofício CL nº 270/2010 - 06/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 0041/2009 - ONDREPSB, contratação de postos de trabalho para executar serviços nesta ALESC"; Ofício nº 167/2010/GEAP/MPSC de 17/05/2010, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público/SC "Informações acerca dos fatos relatados na Representação 01.2010.0011766-6 (Concurso Público da ALESC)" e Ofício nº 205/2010/GEAP/MPSC de 14/05/2010, Interessada: Gladys Afonso - Procuradora de Justiça - Subprocuradora-Geral de Justiça p/ Assuntos Jurídicos "cópia da decisão exarada nos autos da representação/Protocolo nº 63/2010/GEAP/MPSC, de Florianópolis", sendo este último pelo arquivamento. 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0933/10, de Solon Soares; Processo nº 0419/10, de Maria Aparecida Orsi; Consulta Ofício CL nº 327/2010 - 25/06/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição espaço físico e de stand no 5º Seminário Estadual de Agroecologia no Município de Santa Helena nos dias 20 e 21 de maio de 2010" e ao Ofício nº 103/2010/DF de 25/05/2010, Interessados: Diretoria Financeira e Procuradoria de Finanças "pagamento do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 042/2009-00 com a Empresa GPL Construções e Consultoria Ltda.". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia nove (09) de junho. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 02 de junho de 2010.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Lício Mauro da Silveira, Gilmar Knaesel, Manoel Mota, Darci de Matos, e Pedro Uczai, a deputada Profª Odete de Jesus, justificou sua ausência por estar participando da XIV Conferência Nacional da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, em Belo Horizonte. Ato continuum, o Presidente colocou em

discussão e votação, a ata da 9ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O deputado Gilmar Knaesel relatou o PL./0076.0/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência o deputado Manoel Mota relatou o PL./0036.2/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, relatou o projeto do deputado Renato Hinnig, o PL./0067.9/2010, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvío Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, aos vinte e seis dias de maio do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 18 (DEZOITO) PORTAS AUTOMÁTICAS SOCIAIS DESLIZANTES, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO PEÇAS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA.

DATA: 17/06/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 17 de junho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (. Florianópolis, 07 de junho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 097/2010

REFERENTE: Rescisão de Contrato Emergencial, CI nº 010/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Silitec - Equipamentos Eletrônicos e Serviços Ltda-Me.

OBJETO: Rescisão amigável do contrato emergencial de manutenção dos aparelhos de ar condicionado de janela e Split, com efeitos a partir de 01/06/2010, ante a conclusão do processo licitatório nº 002/2010 (Pregão 011/2010), conforme previsto na cláusula sétima deste contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 07 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Luiz Pedro Maciel - SILITEC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 098/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 029/2010 celebrado em 17/05/2010, oriundo da Inexigibilidade de Licitação CL nº 013/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Prefeitura do Município de Lages

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na Feira que engloba a XXII Festa Nacional do Pinhão que acontecerá no município de Lages no período de 27 de maio a 06 de junho de 2010 do corrente ano, que permitirá no local da feira: fixação de banner institucional; cessão de espaço físico para instalação de estande; espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional; espaço para divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR: R\$60.000,00 (sessenta mil reais), incluindo a construção do stand.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0032/2010; Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais); Inexigibilidade de Licitação nº 013/2010.

Florianópolis, 17 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

Renato Nunes de Oliveira- Prefeito

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 15.189, de 2 de junho de 2010

Institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 179, de 5 de abril de 2010, e eu, **Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural para os servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994.

Art. 2º O valor previsto no art. 1º desta Lei será pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

- I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;
- II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;
- III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011; e
- IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º O valor fixado no art. 1º desta Lei será atribuído a cada servidor, proporcionalmente ao valor da Gratificação de Produtividade conforme o vencimento da Classe, Nível e Referência do cargo ocupado.

Art. 4º As disposições desta Lei não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º O art. 3º da Lei nº 15.162, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Aplica-se o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei aos servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável." (NR)

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 2 de junho de 2010

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 166/10

Ação Paroquial São Judas Tadeu
Relatório de Atividades - Ano 2009

PARTE I - A ENTIDADE

A Ação Social Paroquial São Judas Tadeu (ASPSJT), sita no endereço acima, foi fundada em 20 de setembro de 1985, por decisão de uma Assembleia Geral Comunitária, com o objetivo de atender as famílias e pessoas carentes da comunidade, em especial aos mais idosos. Encontra-se registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas na Comarca de São José/SC, no livro A-2, às fls. 45 e verso, termo 196, e é uma associação civil, sem fins econômicos, de caráter beneficente, de assistência social e filantrópica. Tem por finalidade promover e defender os direitos constitucionais, especialmente no que se refere às Políticas Sociais Públicas; desenvolver ações e projetos que levem à promoção humana, à justiça e à igualdade social sem quaisquer formas de discriminação; planejar e promover ações conjuntas com associações, movimentos e grupos que visem a assistência social; atuar em defesa do meio ambiente, na preservação da saúde e da educação; fazer parcerias com o poder público e a iniciativa privada para consecução de seus objetivos; desenvolver ações e projetos sociais que visem a geração de trabalho e renda, e a defesa da cidadania; promover e manter atividades de cunho formativo, tais como: creches e grupos de educação social; formar e capacitar lideranças para a ação social e o exercício da cidadania; promover visitas domiciliares para orientação à saúde e higiene materno-infantil; realizar estudos sobre problemas sociais e educacionais de nossa realidade, encaminhando sugestões, projetos e reivindicações aos poderes públicos, bem como, acompanhamento as providências pertinentes; incentivar a formação de grupos voluntários que visem recuperar e reintegrar o ser humano à família e à sociedade; dentro de suas possibilidades a ação social poderá criar e desenvolver outras atividades que enquadrem em suas finalidades sociais, tais como:

assistência educacional, à saúde, ao idoso, clube de mães e aos necessitados, bem como, a prestação de serviço de rádio e difusão sonora.

PARTE II - PROJETOS E PROGRAMAS

1 Projeto CONVIVER

Objetivo: Manutenção das atividades sociais desenvolvidas pelos Grupos de Idosos SÃO JUDAS TADEU.

Atividades Desenvolvidas:

- Atendimento ao grupo de terceira idade (lazer, entretenimento, trabalhos manuais, jogos de inteligência e dança);
- Encontros semanais, passeios, confraternizações com grupos de outras localidades, lanches, bingos, eventos culturais, pintura em tecido, trabalhos manuais, tricô, crochê.

Apoio: Convênio com a Secretaria de Assistência Social de Município de São José/SC - doação de alimentos para lanche/café da tarde.

Público atendido: 60 (sessenta) pessoas idosas.

2 Curso de Pintura em Tecido, Petcolagem, Feltro, Crochê, Ponto Cruz e Costura

Objetivo: Capacitação profissional objetivando a geração de renda para as pessoas carentes.

- Aulas uma vez por semana (3ª feira à tarde - das 14 às 17h)
- Professora voluntária
- Material fornecido pela Ação Social
- Organização/realização de bazar nos meses de Julho e outubro

Participantes: 10 pessoas

3 Cursos de Escolaridade e Capacitação Profissional

Objetivo: Formação Escolar básica e Capacitação profissional habilitando encaminhamento para empregos:

- Atuação em parceria com a COOPEPE, possibilitando a conclusão do Ensino Fundamental - EJA para 02 pessoas e Curso Supletivo 2º grau - SEJA para 02 pessoas
- Atuação em parceria em a Empresa BLOCHOSE com a participação de 02 pessoas no Curso de Colocação de blocos de concreto.

4 Programa Cesta Básica de Alimentação

Objetivo: Complementação Alimentar para as famílias que vivem em situação de risco sob o ponto de vista nutricional/alimentar básico.

- Cestas básicas distribuídas no ano: 513 cestas
- Famílias assistidas: 45
- Total de pessoas assistidas: 225 pessoas

5 Programa Fraldas Descartáveis Adulto/Geriátricas

Objetivo: Contribuir na questão da higiene pessoal para as pessoas carentes portadoras de necessidades especiais/idosas-acamadas

- Pacotes de fraldas distribuídas no ano: 36 pacotes
- Famílias assistidas: 4
- Total de pessoas assistidas: 4

6 Campanhas

Objetivo: Captação de materiais e/ou recursos com fins específicos:

- Campanha de Alimentos através da Missa do Kilo realizada todo o dia 28 de cada mês, com o objetivo de compor as Cestas básicas;
- Arrecadação no ano: 2.075 kg + 45 cestas prontas
- Doações via Secretaria Paroquial: 1.140 kg + 46 cestas prontas
- Doações via missa de Corpus Chisti: 749 kg
- Campanhas junto aos colégios da região, objetivando coletar leite e outros produtos para a cesta básica - arrecadando 1.074 litros de leite + 324 brinquedos/doces
- Campanha do Agasalho objetivando arrecadar roupas, calçados, agasalhos, cobertores para distribuição às famílias cadastradas;

PARTE III - CONVÊNIO E PARCERIAS

1. Prefeitura Municipal de São José

- Assistência aos Idosos - doação de alimentos

2. Judiciário de São José

- Penas alternativas convertidas em Cestas básicas de alimentação e direcionadas para a nossa Entidade;

3. AGRECO

- Doação de produtos hortifrutigranjeiros cultivados sem uso de agrotóxicos, consubstanciando-se em um importante incremento para as cestas básicas, tratando-se de alimentos mais saudáveis que chegam à mesa dos pobres.
- Recebido no ano: 1.983 kg

4. MESA BRASIL E CONAB

- Doação de alimentos para composição das cestas básicas
- Recebido no ano: 2.700 litros de leite + 660 kg de feijão

5. INMETRO

- Doação de produtos recolhidos para aferição, com repasse para a Ação social - distribuídos para as famílias carentes cadastradas;
- Recebido no ano: 156 itens

PARTE IV - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - CRONOLOGIA**JANEIRO/2009**

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 40 (quarenta) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 235 (duzentos e trinta e cinco) pessoas.
- 3) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 4) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de janeiro;
- 5) Reunião mensal ordinária da Diretoria em 10/01/2009;

FEVEREIRO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 41 (quarenta e uma) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 220 (duzentos e vinte) pessoas.
- 3) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 4) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de janeiro;
- 5) Reunião mensal ordinária da Diretoria e Conselho Fiscal em 14/02/2009;

MARÇO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, coordenado pela Diretoria da Ação Social.
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 45 (quarenta e cinco) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 230 (duzentos e trinta) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 6) Reunião mensal ordinária da Diretoria em 03/03/2009;
- 8) Realização da Assembléia Geral Ordinária da Entidade em 25/03/2009 para a Prestação de Contas do ano de 2008 e Eleição da Diretoria para o biênio 2009/2011;
- 9) Realização do Curso de Pintura em tecido, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, com a participação de 10 (dez) pessoas;
- 10) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de março;

ABRIL/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, coordenado pela Diretoria da Ação Social.
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 42 (quarenta e duas) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 210 (duzentos e dez) pessoas.
- 5) Distribuição de 70 (setenta) kits de doces e chocolates de páscoa para as crianças assistidas;
- 6) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 7) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de abril;
- 8) Reunião ordinária mensal da Diretoria e Conselho Fiscal em 02/04/2009.
- 9) Realização do Curso de Pintura em tecido, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;

MAIO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.

- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.
- 4) Fornecimento de café colonial para as famílias assistidas - adultos e crianças, em comemoração ao dia das mães;
- 5) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 45 (quarenta e cinco) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 210 (duzentas e dez) pessoas.
- 6) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 7) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de maio;
- 8) Reunião mensal ordinária da Diretoria em 07/05/2009.
- 9) Realização do Curso de Pintura em tecido, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;

JUNHO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 45 (quarenta e cinco) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 205 (duzentas e cinco) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 6) Distribuição de roupas, agasalhos e calçados para 45 (quarenta e cinco) famílias cadastradas, beneficiando 205 (duzentas e cinco) pessoas;
- 7) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de junho;
- 8) Reunião mensal ordinária da Diretoria e Conselho Fiscal em 04/06/2009;
- 9) Realização do Curso de Pintura em tecido, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;
- 10) Realização de bazar beneficente com os artigos produzidos pelo curso de pintura e artesanato, com a renda revertida para a Ação Social;

JULHO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 42 (quarenta e duas) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 225 (duzentas e vinte e cinco) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 6) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de julho;
- 7) Realização do Curso de Pintura em tecido, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;
- 8) Reunião ordinária mensal da Diretoria em 02/07/2009;

AGOSTO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.
- 4) Fornecimento de lanche, bolos, salgadinhos e refrigerantes para as famílias assistidas - crianças e adultos, em comemoração ao dia dos pais;
- 5) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 44 (quarenta e quatro) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 225 (duzentas e vinte e cinco) pessoas.

- 6) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 7) Distribuição de roupas, agasalhos e calçados para 45 (quarenta e cinco) famílias cadastradas, beneficiando 225 (duzentas e vinte e cinco) pessoas;
- 8) Ajuda para a Pastoral Familiar na doação de 500 (quinhentos) salgadinhos e material descartável para a festa do casamento comunitário promovido pela Pastoral Familiar;
- 9) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de agosto;
- 10) Reunião ordinária mensal da Diretoria em 06/08/2009;
- 11) Realização do Curso de Pintura em tecido, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;
- 12) Início das reuniões de negociação com o Colégio Elisa Andreoli para implantação do Projeto EDUCAR a partir de Março/2010.

SETEMBRO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 43 (quarenta e três) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 215 (duzentas e quinze) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 6) Distribuição de roupas, agasalhos e calçados para 43 (quarenta e três) famílias cadastradas, beneficiando 215 (duzentas e quinze) pessoas;
- 7) Reunião ordinária mensal da Diretoria em 03/09/2009;
- 8) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de setembro;
- 9) Realização do Curso de Pintura em tecido e Artesanato em feltro, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;

OUTUBRO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 41 (quarenta e uma) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 215 (duzentas e quinze) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 6) Distribuição de roupas, agasalhos e calçados para 41 (quarenta e uma) famílias cadastradas, beneficiando 215 (duzentas e quinze) pessoas;
- 7) Reunião ordinária mensal da Diretoria em 01/10/2009;
- 8) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de outubro;
- 9) Realização do Curso de Pintura em tecido e Artesanato em feltro, aulas semanais - duração 3 (três) horas/dia, coordenado pela voluntária professora Marli, com a participação de 10 (dez) pessoas;
- 10) Realização de bazar beneficente com os artigos produzidos pelo curso de pintura e artesanato, com a renda revertida para a Ação Social;

NOVEMBRO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Palestra dirigida as famílias assistidas, em parceria com a Pastoral da Família.
- 3) Encontro com as crianças assistidas, em parceria com o Colégio Elisa Andreoli, coordenado pelo voluntário professor Osnilo e equipe.

- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação para 39 (trinta e nove) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 220 (duzentas e vinte) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 6) Distribuição de roupas, agasalhos e calçados para 39 (trinta e nove) famílias cadastradas, beneficiando 220 (duzentas e vinte) pessoas;
- 7) Reunião ordinária mensal da Diretoria em 05/11/2009;
- 8) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de novembro;

DEZEMBRO/2009

- 1) Atividades com Grupos de Idosos, em encontros semanais e mensais pelo Projeto Conviver, sendo atendidas 65 (sessenta e cinco) pessoas;
- 2) Encontro com as famílias assistidas, adultos e crianças, coordenado pela Diretoria da Ação Social, com a participação da Pastoral da Família e Representantes do Colégio Elisa Andreoli - Prof. Osnilo e equipe, com palestra e encenação do Natal.
- 3) Distribuição de lanche e brinquedos, sendo beneficiadas 120 (cento e vinte) crianças pobres;
- 4) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentação e Cestas especiais de Natal para 46 (quarenta e seis) famílias carentes cadastradas, sendo beneficiadas o quantitativo de 240 (duzentas e quarenta) pessoas.
- 5) Distribuição de fraldas geriátricas/adultos para 03 (três) famílias carentes cadastradas, beneficiando 03 (três) pessoas portadoras de necessidades especiais;
- 7) Reunião ordinária mensal da Diretoria em 03/12/2009;
- 8) Realização da coleta de alimentos doados pelos participantes da celebração em honra a São Judas Tadeu, que ocorreu no dia 28 de dezembro;

O presente Relatório foi apresentado e aprovado pela Assembleia Geral da Entidade realizada em 25/03/2010.

São José/SC, 25 de março de 2010
Pe. Eugênio Kinceski - Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 167/10

AMAPEC

SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA

Associação Migueloestina de Apoio às Pessoas Carentes - AMAPEC

Fundada em: 10/04/1985 - CGC: 78.483.468/0001-71

Registro CNAS nº 28995.000948/94-91

São Miguel do Oeste (SC), 31 de Maio de 2010

EXMº Sr.

DEPUTADO

Primeiro Secretário

Senhor Deputado.

Tendo em vista a remessa errônea do relatório de atividade do ano de 2010, remeto a Vossa Senhoria o relatório de atividades do ano de 2009, em cumprimento à Lei nº 14.182/07.

Sendo o que se apresenta no momento, externamos aqui protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Zulma Pina de Almeida

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 168/10

ASSOCIAÇÃO INDÍGINA KANHRU

Ofício 004/2010

Ipuçu, SC, 01 de junho de 2010

A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde

Coordenadoria de Expediente

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

CEP89820-900-FLORIANÓPOLIS-SC

Presados Senhores,

Segue em anexo Relatório de Atividades do Exercício de 2009, para análise sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual dessa Associação.

Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Nilson Belino
Presidente da AIKA

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 169/10
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Exmo Sr.

Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Digníssimo Deputado,

O centro de integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina CIEE/SC, entidade de assistência social, sem finalidade lucrativa ou econômica, de utilidade pública municipal, estadual e federal, tem pautado suas ações nas necessidades de formação para o trabalho de nosso Estado.

Aproximando o jovem estudante da prática nas organizações, através de estágios, programas de aprendizagem e treinamentos, proporciona benefício a milhares de famílias, principalmente aquelas mais empobrecidas. Existe no Brasil há mais de 44 anos, promovendo ações de inserção social do jovem ao competitivo mercado de trabalho.

A sobrevivência do CIEE se dá pela atribuição das empresas e órgãos da administração pública pela administração pública pela administração de seus programas de estágios (lei 11.788/2008) e programas de aprendizagem (lei 10.097/2000). O recursos, oriundos dos convênios de estágios e programas de aprendizagem, são utilizados na própria instituição e na promoção da profissionalização gratuita de jovens carentes.

Seu conselho de Administração, presidido pelo empresário Mércio Felsky, é constituído por voluntários, dentre empresários, educadores e homens públicos, que doam parte de seu trabalho, suas capacidade e criatividade, em benefício dos fins a que se destina a entidade.

Pelo acima exposto e em cumprimento a Lei 14.182/2007 apresenta:

1. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública (exigência do inciso II do Art. 3º da Lei 14.182/2007);
2. Declaração de Funcionamento Regular;
3. Balancete Contábil (exigência do Inciso IV do Art. 3º da Lei 14.182/2007), acompanhado do Relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da entidade.
4. Cópia da Procuração do CIEE/SC ao Sr. Anibal Dib Mussi, para representar a Instituição;
5. Cópia do Estatuto Social da Entidade, atualizada;
6. Cópia da Ata de Eleição da Atual Diretoria;
7. Cópia da Certidão Título de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Municipal;
8. Cópia Certidão de Entidade Beneficente de Assistência - CNAS;
9. Relatório detalhado dos serviços sociais prestados à sociedade catarinense;
10. Relatório de Atividades Publicado.

Certos da consideração do Poder Legislativo Catarinense para com nossa instituição, agradecemos, com distinguido apreço.

Cordialmente,

Anibal Dib Mussi

Superintendente Executivo CIEE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 170/10

LIRO-CIRCOLO ITALIANO DI BLUMENAU

BLUMENAU, SC 17 DE MAIO DE 2010

Excelentíssimo Senhor:

Presidente Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembléia Legislativa do Estado de SC.

Cumprimentando-o cordialmente, o LIRO CIRCOLO ITALIANO DI BLUMENAU pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº 82.666.719/0001-81, com sede na rua Benjamim Constant, nº 2469, no bairro VILA NOVA, na cidade de BLUMENAU, Cep 89035-100, no telefone (47) 3323-4043, que presta serviço de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Diretor Presidente UDOLINO CAMPESTRINI, inscrito no CPF 246.503.319-00, na cidade de BLUMENAU, vem perante Vossa Excelência, **declarar** que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade Pública Estadual, nos termos do dispositivos no parágrafo único do Art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, afirma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

UDOLINO CAMPESTRINI-Diretor Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 171/10

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUSEU DO CONTESTADO/ 2009

O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado com apoio da Associação de Amigos do Museu apresentou no ano de 2009 o tema "Contestando o Contestado", escolhida por votação interna pelas colaboradoras deste museu. Foram firmadas parcerias com diversas instituições locais e regionais, dando ênfase ao sucesso das exposições. Desenvolveram-se atividades educativas com as escolas e visitantes em geral através do Projeto Permanente de Extensão e Assistência Social: Inclusão: Vamos Sentir o Museu? concluindo a elaboração deste projeto tão esperado. Durante este ano foram priorizadas ações envolvendo toda a comunidade, trabalhos voluntários e a inclusão dentro do espaço museal. O Museu do Contestado também organizou junto com a Fundação Catarinense de Cultura e o Sistema Estadual de Museus as Oficinas em Patrimônio Cultural.

Realizaram-se neste ano as seguintes atividades:

Setor de Acervo e Exposição

Atividades Temporárias:

04 exposições temporárias

01 exposição itinerante

Mapeamento museológico: durante um mês, a responsável pelo Setor de Acervo e Exposição Temporária fez o mapeamento de todo o acervo museológico e contou com um número de 7999 peças, tanto em sua Reserva Técnica, quanto em exposição permanente;

Documentação: Catalogação de Acervo;

Organização da unidade Cultural: Durante os meses de janeiro e fevereiro, foi organizada a Unidade Cultural onde estão depositados livros e parte dos Diários Oficiais;

Exposição Itinerante: Uma exposição itinerante foi montada fora da cidade de Caçador para ser exposto por um determinado período;

Nova colaboradora: No mês de setembro uma nova colaboradora do Museu do Contestado foi para o setor de Acervo e Exposição, dando continuidade na catalogação daquele acervo.

Setor Educativo

Atendimento guiado a grupos de visitantes: foram principalmente grupos escolares que fizeram parte deste atendimento;

Atividade educativa: com alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior além de Deficientes Visuais, através de Projeto Permanente de Assistência Social "Inclusão: vamos sentir o Museu";

Atividade Cultural para grupos de turistas.

Artigo: Depois da Semana nacional de Museus, o Setor Educativo do Museu do Contestado elaborou m artigo sobre as atividades feitas pelo Museu do Contestado durante aquela semana.

Setor de Marketing

Informativo: Informativo do Museu do Contestado e trimestralmente enviado para o mailing, possibilitando a população acompanhar as atividades desenvolvidas no Museu;

Captação de Recursos: depois do Projeto de exposição temporária pronto, o setor de marketing empenhou-se para que se faça a captação de recursos necessários para as exposições temporárias anuais.

Setor Administrativo

Mudança de coordenação do museu.

Planejamento de Atividades - divisão em políticas internas (documentação e projetos) e externas (eventos);

Mudança no horário de visitação do Museu: De Terça-feira a Sexta-feira das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h. Sábados das 10h e das 13h30min às 18h30min e Domingos a partir de agosto manteve-se fechado por falta de funcionária;

Programa de Voluntariado: acadêmicos dos diversos cursos da Universidade do Contestado - Campus Caçador motivados pela Bolsa Artigo 170 fazem trabalhos voluntários no Museu, esse ano foram registrados 33 acadêmicos, num total de 862 horas de serviço voluntário;

Projeto Website: No mês de fevereiro, o Museu do Contestado ganhou edital de R\$ 10.000,00 para elaboração do website do Museu do Contestado, sendo feito pela empresa Soluções Tri e Terminada em agosto do ano corrente.

Um Natal Para Todos: Nos meses de outubro, novembro e dezembro, o Museu do Contestado lança campanha "Um natal para todos" onde foi coletado brinquedos e agasalhos e destinados a Casa Lar - Aceias de Caçador/SC.

ATIVIDADES TEMPORÁRIAS

Exposições Temporárias:

Entre Trincheiras: Em comemoração aos 35 anos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado uma série de atividades foram planejadas para o mês de março.

Iniciando com a exposição: *"Entre Trincheiras" - armas de guerra* no período de 18 de março a 19 de abril em parceria com a Fundação Genésio Miranda Lins através do Museu Histórico de Itajaí e com o apoio da Associação de Amigos do Museu, Fundação Universidade do Contestado e Tiro de Guerra - Caçador. A exposição contou com peças de armaria que narram a Revolução Federalista, Guerra do Paraguai e 2º Guerra Mundial. O Setor de Ação Educativa e Cultural elaborou um projeto com ações para diversos níveis escolares, especialmente para esta exposição, sendo assim tivemos a visita de 1532 alunos/visitantes participaram das ações educativas durante o período de vigência da mesma. **Esta exposição teve o total de 2375 visitantes.**

TG005/06 80 anos: Em comemoração aos 80 anos do Tiro de Guerra TG-005/06 da cidade de Caçador/SC, o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e o Tiro de Guerra GT-005/06 firmaram parceria para uma exposição temporária com iconografias da trajetória do Tiro de Guerra durante seus oito séculos de existência nesta cidade. A exposição ficou aberta durante 12 dias na sala de atividade temporária do dia 1º a 12 de julho de 2009 e teve apoio da Associação de Amigos do Museu do Contestado e da Fundação Universidade do Contestado. Em vários outros pontos da cidade foram expostos iconografias em apoio com outras instituições culturais. O Setor de Ação Educativa e Cultural recebeu 17 alunos/visitantes e teve como tema do mês "Aviação". **Esta exposição teve o total de 263 visitantes.**

Reduto: Fortaleza Cabocla: retratava a vida social cabocla durante o conflito do contestado. A exposição ficou aberta durante 30 dias na sala de atividade temporária do dia 04 de agosto a 12 de setembro de 2009 que contou com a montagem de um suposto reduto caboclo e acervo deste museu. A exposição teve apoio da Associação de Amigos do Museu do Contestado e da Fundação Universidade do Contestado. O Setor de Ação Educativa e Cultural elaborou um projeto com ações para os diversos níveis escolares, especialmente para esta exposição. Porém, devido a proliferação da gripe H1N1 em todo país, houve recesso escolar durante duas semanas, contribuindo para pouca visitação e inexistência de grupos escolares durante esta atividade. Mesmo com a prorrogação de uma semana da exposição, o Setor de Ação Educativa e Cultural não desenvolveu atividade. **Esta exposição teve o total de 429 visitantes.**

Histórias da Memória: O Museu do Contestado sempre colaborando com a expansão da cultura e de novos talentos, o museu se fez parceiro da artista plástica Isabel da Cunha. A artista, que vive atualmente na França, fez sua tese de doutorado baseado na Guerra do Contestado, com uma releitura das principais imagens que caracteriza este conflito. O itinerário ficou em exposição na França e durante o mesmo houve diversas dinâmicas explicações sobre esta guerra. Já no Museu do Contestado, a exposição temporária ficou em vigor do dia 15 de setembro a 17 de outubro de 2009. A exposição teve apoio da Associação de Amigos do Museu do Contestado e da Fundação Universidade do Alto Vale do Rio Peixe. O Setor de Ação Educativa e Cultural elaborou um projeto com ações para os diversos níveis escolares, especialmente para esta exposição: **Esta exposição teve o total de 636 visitantes.**

Da fé ao conflito: o messianismo no Contestado: Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado apresentou ao público a exposição temporária: "Da fé ao Conflito: o Messianismo no Contestado" que contou com imagens sacras e objetos que lembravam a religiosidade cabocla no período da Guerra do Contestado. A exposição ficou em vigor durante 26 dias na sala de atividade temporária do dia 23 de outubro a 28 de novembro de 2009. A exposição teve apoio da Associação de Amigos do Museu do Contestado e da Fundação Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. O Setor de Ação Educativa e Cultural elaborou um projeto com ações para os diversos níveis escolares, especialmente para esta exposição, tendo atividades até 4ª série uma montagem da caricatura do Monge João Maria e para alunos mais velhos uma releitura de alguma imagem sacra da época do conflito. **Esta exposição teve total de 903 visitantes.**

Atividades Culturais

Férias no Museu: O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, com intuito de trazer o público infanto-juvenil às instalações do mesmo em um período de recesso escolar promove para o mês de janeiro a segunda edição do "Férias no Museu", que tem em sua base atividades sócio/culturais de educação e lazer, proporcionando à criança momentos de muita diversão. Foram desenvolvidas atividades lúdicas nas terças-feiras 06, 13, 20 e nas quintas-feiras 08, 15, 22 do mês de janeiro, sendo que no último dia: 28, quarta-feira, os dois grupos participaram de uma atividade conjunta.

Férias Culturais: O Museu do Contestado promoveu a edição: "Férias Culturais", em parceria com a Fundação Municipal de Cultura de Caçador. Os trabalhos decorreram entre os dias 27 e 31 de julho e tiveram por sua base atividades sócio/culturais de educação e lazer, proporcionando as crianças momentos de muita diversão. Nesta edição de julho, as Férias Culturais tiveram além das atividades no espaço museal, outras atrações desenvolvidas na Fundação de Cultura e na Biblioteca Municipal Vidal Ramos. De forma que os inscritos no museu também participaram da sessão de cinema proporcionada pela Fundação e, um novo grupo usufruiu da "contação e cantação de histórias" na biblioteca municipal.

Jantar Caboclo: Dando sequência às comemorações dos 35 anos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, foi realizado no dia 21 de março do corrente ano no salão do Parque das Araucárias, um jantar em parceria com o Rotary Club Vale Contestado. Este teve seu cardápio o melhor da comida típica regional. Contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas que lotaram o salão e puderam apreciar uma apresentação tradicionalista com os músicos: Matheus Fendt e Augusto Driessen, além de concorrer a muitos brindes gentilmente cedidos por lojas do município.

Semana Nacional de Museus: Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado estabeleceu uma programação para esta Semana Nacional de Museus - 2009: "Museus e Turismo" que tem por objetivo estabelecer uma relação entre as áreas da Museologia e do Turismo, acreditamos que as mesmas são parceiras para um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente rentável. Os participantes deste projeto terão a possibilidade da interpretação buscando uma compreensão onde por meio desta comecem a apreciar e proteger o patrimônio.

Oficinas de Capacitação em Patrimônio Cultural: O Museu do Contestado no seu papel de difusor de conhecimento vem através de uma parceria com o Sistema Estadual de Museus e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possibilitar aos interessados uma forma de capacitação na área de gestão cultural e na área inclusão sócio-cultural. As oficinas tiveram sua primeira data nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2009, devido a proliferação da gripe suína H1N1, e do decreto lei n 4287 da Prefeitura Municipal de Caçador/SC assinada pelo prefeito municipal Saulo Speroto no dia 17 de agosto de 2009, houve o cancelamento do evento sendo marcado para uma data posterior definida. A segunda data então ficou em 26, 27 e 28 de outubro, decidida em comum acordo com o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e Sistema Estadual de Museu de Santa Catarina, bem como a disponibilidade das ministrantes daquelas oficinas. A abertura do evento aconteceu na manhã do dia 26 no Plenário da Câmara de Vereadores de Caçador, Osvaldo José Gomes e contou com a conferência do coordenador do curso de Museologia da UNIBAVE/ Orleans, Maurício da Silva Seslau. As oficinas foram feitas nas salas 935 e 936 do bloco D da universidade do contestado, campus de caçador. sendo a sala 935 com a oficina de número 01 "museu, escola e comunidade: parceria de inclusão sócio-cultural" ministrado por Christiane Castellen e a sala 936 com a oficina de número 02 "treinamento de equipes administrativa e de apoio" ministrado por Luciane Palmeira.

Estação de Natal - evento em parceria com a função municipal de cultura proporcionou ao público diversas apresentações musicais intercaladas entre o prédio do museu e a fundação municipal de cultura. as apresentações no museu foram: coral da Apas, AMIMU, oficina de sopra e violino da FMC, coral cento lire e Raiz Cabocla. o evento deve de duração de 9 dias.

Oficina Cultural "Ladislao Liskievich": espaço para ensaios e apresentação da oficina de capoeira ministrada pelo Professor Joel Caetano.

PATROCINADORES

PATROCINADORES ANUAIS	VALOR
Prefeitura Municipal de Caçador	R\$ 500,00
Hotel Le Canard	R\$ 2.000,00
Coopervil	R\$ 600,00
Corfio	R\$ 100,00
Auto Elite Ltda	R\$ 100,00
Lojas Renner	R\$ 50,00
Madepinus	R\$ 80,00
Nova Era	R\$ 300,00
Ney Tintas	R\$ 20,00
Omega Presentes	R\$ 50,00
O Boticário	R\$ 50,00
Titu's Cabelereiro	R\$ 30,00
Mina Água	R\$ 30,00
Pizzaria Dona Benta	R\$ 40,00
Pizzaria Roullette	R\$ 75,00
kipratu's Restaurante	R\$ 132,00
Refugio Restaurante	R\$ 72,00

Erva Mate Mazzuti	R\$	10,00
Madeira Agostini	R\$	50,00
Frutolândia Costa e Silva	R\$	25,00
Curtume Viposa	R\$	100,00
TOTAL DE PATROCINADORES ANUAIS	VALOR	
21 EMPRESAS	R\$	4.414,00
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES	R\$	4.809,78
TOTAL ORÇADO PARA EXPOSIÇÕES ANUAIS	R\$	6.734,40
Diferença Economizada	R\$	1.927,62

Júlio Cezar Corrente
Presidente - AAMHARC

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 824, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e tendo em vista o que consta do Processo nº 0419/2010,

RESOLVE:

RETIFICAR os períodos quinquenais de licenças-prêmio concedidas a servidora **MARIA APARECIDA ORSI**, matrícula nº 2084 através da Portaria 503, de 15 de abril de 2010:

ONDE SE LÊ: " referentes aos quinquênios compreendidos entre 01/04/86 a 31/01/99; 05/02/99 a 28/02/99; e 23/04/99 a 30/05/01 e de 31/05/01 a 30/10/02; 05/11/02 a 31/01/03 e 05/03/03 a 20/07/06 ".

LEIA-SE: "referentes aos quinquênios compreendidos entre 01/04/86 a 31/03/91, 01/04/91 a 31/03/96, 01/04/96 a 31/01/99; 05/02/99 a 28/02/99; e 23/04/99 a 30/05/01, 31/05/01 a 28/02/03; e 05/03/03 a 08/06/06 ".

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 825, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1995	Valeria Maria Buss	15/05/05	14/05/10	0938/10
3145	Laércio Silva	16/05/05	15/05/10	0940/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 826, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Maria de Lourdes Nazario	2123	3%	27%	15/05/10	0937/10
Valdir Machado dos Santos	3036	12%	12%	01/05/10	0968/10
Frederico Alexandre Crippa	2037	3%	33%	24/05/10	0969/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 827, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Edelso Elias Silva	6275	36%	36%	16/03/10	0466/10
Liana Juk Coutinho	1604	3%	33%	19/05/10	0932/10
Solon Soares	2127	3%	27%	15/05/10	0933/10
Marilidia Costa Amaral	2137	3%	27%	15/05/10	0934/10
Madalena Schmidt Pioner	2134	3%	27%	15/05/10	0935/10
Maria Lucia Fedeli Gonçalves	2103	3%	27%	15/05/10	0936/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 828, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **AMANDHA CUNHA DA COSTA**, matrícula nº 5523, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Dieter Janssen).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 829, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AMANDHA CUNHA DA COSTA, matrícula nº 5523, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Dieter Janssen).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 830, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KEILLA CRISTINE SILVEIRA CARDOZO ALVES**, matrícula nº 3240, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Dieter Janssen).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 831, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art.154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONSTITUIR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, formada pelos servidores abaixo relacionados, todos do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar possíveis irregularidades na utilização de passagens de ônibus,

descrito nos ofícios nºs 0322/2010/27PJ/CAP e 0191/2010/27PJ/CAP, subscrito pelo Promotor de Justiça do Ministério Público/SC Dr. Durval da Silva Amorim.

MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
0743	José Buzzi	Consultor Especial Jurídico	Presidente
0717	Cecília Biesdorf Thiesen	Consultor Especial Legislativo	Membros
1756	Neroci da Silva Raupp	Consultor Legislativo I	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 832, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA OTILIA DA SILVA DADAM, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 833, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIEL BORGES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 834, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: **TORNAR SEM EFEITO** as Portarias nºs 801, 802, 803, 804, 805 e 806, de 28 de maio de 2010, que exoneraram e nomearam Waldo Luiz Gelosa Filho, matrícula nº 4249, Luiz Cezar Guimarães Marcal, matrícula nº 4135, e Karini Alves Guimarães da Silva, matrícula nº 5573.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 835, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDSON DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 5034, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 836, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDSON DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 5034, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 837, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KARINI ALVES GUIMARAES DA SILVA**, matrícula nº 5573, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 838, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KARINI ALVES GUIMARAES DA SILVA, matrícula nº 5573, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 839, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SIBELE CORREA SANTOS**, matrícula nº 4804, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 840, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SIBELE CORREA SANTOS, matrícula nº 4804, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 841, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IVANIR DOMINGOS PICCOLLI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 842, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROBERTO SOFIA**, matrícula nº 5806, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 8 de junho de 2010 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 843, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROBERTO SOFIA, matrícula nº 5806, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 8 de junho de 2010 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 844, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RODOLFO ZALZWEDEL ESPÍNOLA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 845, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WALTER SALVADOR**, matrícula nº 5893, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de junho de 2010 (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 846, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCAS ANDRÉ FERRARI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-06, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 847, de 07 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 020/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
2169	Sinara V. Dal Grande	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 169/10

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Mato Escuro, de Palmeira.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Mato Escuro, com sede no município de Palmeira.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ozair Polaco

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Mato Escuro, com sede no município de Palmeira.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos de caráter assistencial, cultural, filantrópico e que tem por finalidades apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, e integrar a comunidade promovendo reuniões culturais e educativas, entre outras ações.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 170/10

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Rio dos Índios, de Palmeira.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Rio dos Índios, com sede no município de Palmeira.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ozair Polaco

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Rio dos Índios, com sede no município de Palmeira.

Trata-se de uma entidade sem fins econômicos, de caráter assistencial, cultural, filantrópico, representativo e reivindicatório e que tem por finalidades lutar pelo bem comum em todos os seus aspectos, integrar a comunidade por meio de reuniões culturais e educativas, e promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, constituída das seguintes comunidades: Lourenço, sede do município, Campo Novo, Cerro Baio, Rio Moura, Barreiro e Azulão, entre outras ações.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO LEI Nº 171/10

Declara de utilidade pública o Instituto Naturhansa, município de Ibirama.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Naturhansa, com sede no município de Ibirama.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

O Instituto Naturhansa, com sede no município de Ibirama, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo a promoção da cultura em suas diversas formas de manifestação, defesa e conservação do Patrimônio Histórico e artístico, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, desenvolver projetos técnicos, culturais, informativos e educacionais, incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico voltados para as causas sociais e promover reflexos e debates sobre temas de interesse geral da comunidade.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 172/10

Institui o Dia Estadual do Empreendedor Individual.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Empreendedor Individual, que será comemorado no dia 14 de dezembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

Propõe-se esta data comemorativa em homenagem às pessoas que movimentam nossa economia com pequenos negócios e em sua maioria de gestão familiar.

O empreendedor individual enriquece nosso comércio e o setor de prestação de serviços, constituindo importante alavanca para o crescimento econômico de Santa Catarina.

Propõe-se o dia 14 de dezembro, pois foi nesse dia, em 2006, que ocorreu a promulgação da Lei Complementar n.º 123, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Temos, pois, que manifestar o nosso agradecimento a essas pessoas, prestando-lhes esta singela homenagem na forma da criação do seu dia.

Pela importância desta iniciativa, esperamos vê-la aprovada pelos ilustres Deputados.

*** X X X ***

PROJETO LEI Nº 173/10

Declara de utilidade pública a Associação Blumenauense dos Criadores e Mantenedores de Pássaros Silvestres, município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Blumenauense dos Criadores e Mantenedores de Pássaros Silvestres, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

A Associação Blumenauense dos Criadores e Mantenedores de Pássaros Silvestres, com sede no município de Blumenau, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo difundir os conhecimentos necessários ao êxito na criação em criadouro de pássaros silvestres, colaborando desta forma, com a preservação destas espécies, promover reuniões, treinos e torneios de pássaros silvestres, a fim de difundir e aprimorar a qualidade de seus cantos, difundir e promover atividades esportivas entre associados e dependentes.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 174/10

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Menino Jesus, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Menino Jesus, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Menino Jesus, com sede no município de Florianópolis, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade integrar a família, a escola e a comunidade na obra comum de educação e formação do aluno.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 175/2010

Denomina Rogério Anselmo o ginásio de esportes anexo a E.E.B. São José da rede pública estadual sito à Rua Prudente Cândido da Silva no município de São Joaquim.

Art. 1º Fica denominado Rogério Anselmo o Ginásio de Esportes anexo à E.E.B. São José da rede pública estadual sito à Rua Prudente Cândido da Silva no município de São Joaquim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/10

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo homenagear o Sr. Rogério Anselmo, natural de São Joaquim - SC, falecido aos 21 dias do mês de outubro de 2005, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade local. Com especial destaque a sua atuação no legislativo municipal por duas legislaturas e como comerciante durante 30 anos, inclusive atuando como fruticultor na produção de maçãs, conforme se pode aferir na documentação acostada.

Por esta razão, deve este Parlamento igualmente reconhecer o carinho e a admiração da população de São Joaquim pelo Sr. Rogério Anselmo, prestando esta honrosa e merecida homenagem.

Para fins de instrução, nos termos da Lei Estadual nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002, acostamos a presente proposta Certidão de Óbito e curriculum-vitae do homenageado, bem como, declaração negativa de denominação anterior do bem a ser denominado.

Deste modo, apresentamos a presente proposta e esperamos contar com a aquiescência e o apoio dos nobres pares.

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI Nº 179/2010**

Institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural para os servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994.

Art. 2º O valor previsto no art. 1º desta Lei será pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

- I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;
- II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;
- III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011; e
- IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º O valor fixado no art. 1º desta Lei será atribuído a cada servidor, proporcionalmente ao valor da Gratificação de Produtividade conforme o vencimento da Classe, Nível e Referência do cargo ocupado.

Art. 4º As disposições desta Lei não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, §3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º O art. 3º da Lei Promulgada nº 15.162, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Aplica-se o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei aos servidores lotado e em exercício na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável."

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

DEPUTADO MANOEL MOTA

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179/2010**

Institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural para os servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994.

Art. 2º O valor previsto no art. 1º desta Lei será pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

- I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;
- II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;

III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011; e

IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º O valor fixado no art. 1º desta Lei será atribuído a cada servidor, proporcionalmente ao valor da Gratificação de Produtividade conforme o vencimento da Classe, Nível e Referência do cargo ocupado.

Art. 4º As disposições desta Lei não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º O art. 3º da Lei nº 15.162, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Aplica-se o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei aos servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável." (NR)

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de junho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/10

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 325,83 (trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos)." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2010.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 010, de 03 de dezembro de 2009.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 2 de junho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO Nº 003, de 2 de junho de 2010**

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 325,83 (trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos)." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2010.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 010, de 03 de dezembro de 2009.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 2 de junho de 2010

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***